

APIO CLAUDIO BELTRÃO

RECORTES HISTÓRICOS A HISTÓRIA DE SANTA MARIA EM CINCO CONTORNOS

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE DO SUL**



APIO CLAUDIO BELTRÃO

**RECORTES HISTÓRICOS
A HISTÓRIA DE SANTA MARIA
EM CINCO CONTORNOS**

**IHGRGS
2021**

Autor: Apio Claudio Beltrão

Organizador: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Conselho Editorial: Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Editoração: Priscila Pereira Pinto

Capa: Priscila Pereira Pinto

B453re Beltrão, Apio Cláudio

Recortes Históricos: a história de Santa Maria em cinco contornos [recurso eletrônico] / Apio Cláudio Beltrão – Dados eletrônicos - Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2021. (Série Recortes Históricos, v. 2)

Modo de acesso:

<https://www.ihgrgs.org.br/ebooks.html>

ISBN: 978-85-62943-18-8

1. História. 2. História: Geografia: Santa Maria. 3. História Religiosa: Santa Maria. 4. Ferrovia: Santa Maria. I. Apio Cláudio Beltrão. II. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. III. Título.

CDU94

Bibliotecária: Márcia Piva Radtke.

CRB 10/1557

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@gmail.com / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

PREFÁCIO

A aposentadoria permitiu dedicar-me a atividades diversas das peculiares aos profissionais das ciências jurídicas. Ao longo da vida, fui preterindo ocupações de lazer, quer pela escassez do tempo disponível, quer pela atenção que os afazeres da profissão recomendavam fosse neles concentrada. As atividades diferidas diziam respeito, principalmente, ao convívio social e aos interesses de natureza cultural.

Nunca abandonei o hábito de ler, adquirido na infância, estimulado na adolescência e preservado rigorosamente até hoje, a despeito das solicitações de variada ordem que poderiam determinar sua postergação. Mas as impositivas leituras profissionais cobraram preço alto: as outras, muitas e ecléticas a princípio, foram pouco a pouco reduzindo-se e sujeitando-se a uma progressiva especialização. O sacrifício da ficção tornou-se inevitável. Contudo, do que remanesceu à seleção imperiosa, dois temas nunca sofreram restrição e foram zelosamente cultivados ao longo do tempo: a história, em especial nos seus aspectos político e militar, e as biografias de notabilidades que marcaram época no processo histórico.

As influências exercidas sobre a minha formação fizeram com que fosse atraído, especialmente, pela história de Santa Maria, terra natal, do Rio Grande do Sul, pátria menor, e do Prata, ambiente cultural mais próximo.

Disposto a fazer historiografia apesar das minhas conscientes limitações, orientei a escolha dos assuntos, naturalmente, para esses focos de atração. Assim, nasceram os dez estudos esparsos que, agora, propus-me a reunir em uma única publicação.

Em linhas gerais de consideração temática, Santa Maria estimulou a elaboração de cinco desses trabalhos; o Rio Grande do Sul e o Prata, dos demais. Sete deles são predominantemente históricos. Os outros três, biográficos em sua essência.

Esses estudos, embora elaborados com o cuidado que, nas circunstâncias originais, esforcei-me para que fosse o maior possível, caracterizam-se por estarem, geralmente, fundados em pesquisa restrita aos textos da bibliografia consultada. Todavia, por exceção, um ou outro fato foi revelado à vista de sua fonte documental, de modo direto e imediato. Conquanto leitor assíduo e voraz, não me dediquei à investigação radical de fatos históricos e biográficos, procurados nas suas fontes primárias, como o faria um autêntico pesquisador, do tipo jocosamente **caracterizado como “rato de arquivo”**.

Tendo em vista as matérias dos estudos reunidos, foi possível dividi-los em dois volumes. O primeiro trata dos trabalhos referentes ao Rio Grande do Sul e ao Prata. O segundo, dos artigos relativos a Santa Maria.

Neste segundo volume, a resenha dos trabalhos contidos é a que segue.

Em meados de século passado, costumava acompanhar meu pai em suas andanças pelo interior do Município de Santa Maria. Nesse tempo, Boca do Monte

constituía o 7º Distrito, e São Martinho o 6º. Atualmente, Boca do Monte ainda compõe o elenco distrital, mas São Martinho, que já desfrutara de autonomia municipal de 1876 a 1901, desmembrou-se em 1987 e passou a integrar o novo Município de São Martinho da Serra. Dentre os lugares interessantes que então conheci, um dos que me marcaram a memória com detalhes mais vivos foi a Picada de São Martinho. Tive oportunidade de percorrê-la juntamente com boa parte da Picada da Boca do Monte, com a qual se conecta. A recordação desse tempo levou-me **a escrever, em 2017, o estudo intitulado “A Picada da Boca do Monte e de São Martinho e os Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso”**, que evoca descrições inesquecíveis contidas nos diários do Tenente-Coronel José Custódio Sá e Faria, engenheiro, ajudante-geral de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, comandante do exército português na Guerra Guaranítica, de 1756, e de José de Saldanha, bacharel em filosofia, matemático, geógrafo e astrônomo, encarregado da 1ª Subdivisão, da 1ª Divisão incumbida da demarcação dos limites regulados pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777.

A história do Município de Santa Maria, até o início do Século XX, foi pontilhada por questões que envolveram elementos da política, da sociedade e do clero em conflitos que, ainda na atualidade, merecem a análise circunstanciada dos historiadores locais. Também atraído pelo assunto, preparei o estudo denominado **“Seis Questões Clericais na História de Santa Maria”**, que foi apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em 2017. No desdobramento desse estudo, são expostas ao leitor facetas das personalidades dos Padres Ambrósio José de Freitas, José Marcelino de Souza Bittencourt, Francisco Rositti de Morano, Aquiles Parrela Catalano, Carlos Becker, Pedro Wimmer, Antônio Sório e Caetano Pagliuca, todos de assinalada presença na comunidade santa-mariense das suas respectivas épocas.

Santa Maria e Cachoeira do Sul têm sua vida indissoluvelmente ligada, sob o ponto de vista histórico. Há controvérsia sobre o primeiro povoamento de Cachoeira, em torno de 1759, mas parece indubitável que o povoado elevou-se a freguesia em 1779, a vila em 1819 e a cidade em 1859. Por sua vez, Santa Maria teria entrado para a história, povoada efetiva e continuamente por indivíduos de raça caucasiana, em 1797; em 1837, tornou-se freguesia, em 1858, vila e em 1876, cidade. Aliás, de 1809 a 1820, como também Cachoeira, pertenceu ao Município de Rio Pardo; em 1829, passou a constituir o 4º Distrito do recém-instalado Município de Cachoeira, emancipando-se deste em 1858. Em 2014, a convite de Ivo Almansa, tive oportunidade de apresentar um estudo sobre as relações de Cachoeira do Sul com Santa Maria, em evento cultural promovido naquela cidade por Martins Livreiro, pela Editora e Distribuidora Gaúcha Ltda.-EDIGAL e pela Biblioteca Municipal Dr. João Minssen. Esse estudo, intitulado **“Cachoeira do Sul e Santa Maria”**, mostra-se ainda atual em sua essência e, por isso, é trazido ao bojo dessa coletânea.

De 18 a 20 de maio de 2017, o Instituto Histórico de Passo Fundo, com a parceria do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Instituto Histórico e Geográfico de Getúlio Vargas, promoveu o **“I Fórum Sul-brasileiro de Institutos Históricos”**, cuja temática foi **“ferrovias, território, sociedade e memória”**. Aquela instituição, através de seu Presidente Fernando Miranda, honrou-me com o convite para proferir a Conferência de Abertura. O estudo então apresentado intitulou-se **“A Cidade Ferroviária – Memória” e versou, essencialmente, sobre os transportes e as**

comunicações, em especial de natureza ferroviária, relacionados com Santa Maria ao longo de sua história. Essa simbiose sempre existiu em razão do fator geográfico de Santa Maria localizar-se no centro do Rio Grande do Sul, situar-se na planície (Campanha), porém ao pé do planalto (Serra), e achar-se junto a um dos caminhos seculares de ligação entre as duas regiões. Importantíssima na história santamariense, a fase ferroviária passou deixando muitas recordações e poucas esperanças de retorno. Santa Maria, eterna Cidade Coração do Rio Grande que já foi Cidade Ferroviária, reinventou-se como Cidade Universitária mas precisa descobrir um novo destino.

Em 1892, Santa Maria achava-se em processo de desenvolvimento urbano acelerado, graças a fatores concorrentes como: a consolidação e a prosperidade da imigração de origem alemã; o advento e a recepção dos colonos italianos e de outras nacionalidades; e a fácil conexão ferroviária com Porto Alegre. Entretanto, o Rio Grande do Sul atravessava um período de ameaçadora instabilidade política, tanto que, no início do ano seguinte, foi precipitado em um sangrento conflito de facções que durou até meados de 1895 e causou muitos danos à vida social e econômica da comunidade. Os aspectos políticos e militares dessa conflagração, relativamente a Santa Maria, foram objeto de um estudo que realizei em 2017, sob a denominação **‘Santa Maria e a Guerra Civil de 1892 a 1895’**. **É sustentável a suposição de que Santa Maria pouco sofreu, de modo direto, com a chamada Revolução Federalista, mas o conflito armado, sem dúvida nenhuma, acarretou-lhe prejuízos indiretos de monta, dadas as suas características de centro regional de serviços comerciais e profissionais, afetados pela conflagração.**

Em um volume resultante da reunião de estudos diversos, como o presente, é inevitável a repetição de conteúdos. Embora ela não seja necessariamente ociosa e inútil, contribuindo para a clareza da exposição, a conexão dos assuntos e a fixação das matérias, pode causar estranheza e irritação nos leitores, pelo que o autor antecipadamente apresenta suas desculpas.

Alguns conteúdos dos vários estudos reunidos nesse volume podem mostrar-se de extensão ou profundidade desiguais, ou mesmo contraditórios. Isso se explica pelos momentos diversos e pelas circunstâncias diferentes em que foram captados e registrados pelo autor. Ao leitor fica delegada a estimulante tarefa intelectual de compará-los, aquilatá-los, completá-los e conciliá-los, conforme o caso, o que o compilador deixou de lado porque desejava preservar a autenticidade dos textos, tanto quanto possível.

SUMÁRIO

A PICADA DE BOCA DO MONTE E DE SÃO MARTINHO E OS TRATADOS DE MADRID E DE SANTO ILDEFONSO.....	7
SEIS QUESTÕES CLERICAIS NA HISTÓRIA DE SANTA MARIA	36
CACHOEIRA DO SUL E SANTA MARIA.....	51
A CIDADE FERROVIÁRIA – MEMÓRIA.....	57
SANTA MARIA E A GUERRA CIVIL DE 1892 A 1895.....	66
BIBLIOGRAFIA.....	108
POSTFÁCIO	112



A PICADA DE BOCA DO MONTE E DE SÃO MARTINHO E OS TRATADOS DE MADRID E DE SANTO ILDEFONSO

Há dois modos de considerar a existência da Picada de Boca do Monte e de São Martinho. O primeiro consiste em tê-la como uma única picada com dupla denominação: Boca do Monte, se levada em conta uma de suas extremidades, voltada para a Serra, ou São Martinho, se tomada em consideração a outra, aberta para a Campanha. O segundo implica na admissibilidade de duas picadas distintas, com diferentes denominações, porém de trajeto seqüencial e não alternativo.

A Picada de Boca do Monte e de São Martinho proporcionava um caminho multissecular que permitia, para quem o acessasse vindo da Campanha do atual Estado do Rio Grande do Sul, da República Federativa do Brasil, pela região depois denominada Depressão Central, subir à Serra Geral ou ao mais tarde chamado Planalto Médio, no segmento conhecido como Serra de São Martinho, ou, inversamente, descer dessa Serra para a Campanha. O ponto de partida para a subida era a localidade hoje nomeada Boca do Monte, 7º Distrito do Município de Santa Maria, e, para a descida, a hodierna cidade de São Martinho da Serra, Distrito-Sede do Município de mesmo nome.

Diga-se de passagem que, ao ser criado, em 1857, o Município de Santa Maria conservou a denominação de Santa Maria da Boca do Monte, recebida em 1810 quando a povoação foi elevada de oratório para capela filial da Freguesia de Cachoeira. Essa denominação foi mantida em 1812, quando a capela filial passou a ser capela curada; em 1819, ocasião em que a capela curada passou a ser sede do 4º Distrito do Município de Vila Nova de São João da Cachoeira; e em 1837, ano de a capela curada passou a ser freguesia e paróquia filial de Cachoeira. A denominação extensa foi encurtada entre 1933 e 1936, quando o nome do Município voltou a ser simplesmente Santa Maria, o do primitivo acampamento de 1797 e do oratório, de 1804.

Considerada de modo distinto, a Picada de Boca do Monte principiava na localidade desse nome e estendia-se até o arroio denominado Água Negra. Essa picada, ao longo do tempo, foi sendo convertida em estrada vicinal ou de uso estritamente local; talvez, na atualidade, suporte, quando muito, o tráfego de veículos de tração animal, sequer comportando o trânsito normal de veículos automotores. Desde há mais de um século, a ligação entre Santa Maria e São Martinho vem sendo feita por estrada de rodagem não pavimentada que, partindo do 1º Distrito ou Distrito-Sede do Município de Santa Maria, em seu primeiro trecho encontra o ponto inicial da velha Picada de São Martinho no arroio da Água Negra e, em seu segundo trecho, prossegue desde este arroio até findar em São Martinho da Serra, atalhando destarte o percurso da antiga Picada de Boca Monte. Essa estrada, aberta na década de 1880, era chamada de Estrada de Caturrita porque tinha início na localidade assim denominada. Naquela época, Caturrita já se achava ligada por estradas às vizinhas Santa Maria da Boca do Monte e Boca do Monte. A estrada de Santa Maria a São Martinho da Serra, antes de atingir o arroio da Água Negra, atravessa a localidade de Santo Antão, atual 10º Distrito do Município de Santa Maria.

Por sua vez, tomada como trajeto isolado, a Picada de São Martinho desdobrava-se do arroio da Água Negra até a localidade de São Martinho. Seu percurso, conectado com o da Picada de Boca do Monte, correspondia, em geral, ao segundo trecho da estrada de rodagem de Santa Maria a São Martinho.

A Serra Geral ou, mais precisamente, a borda do planalto por ela conformado, estende-se ao longo do território do Estado do Rio Grande do Sul, de leste a oeste e, em seus contrafortes centrais, mais ou menos coincide com a áreas dos atuais Municípios de Silveira Martins, Itaara, Santa Maria, São Martinho da Serra e São Pedro do Sul, assumindo as denominações locais de Serra do Soturno, Serra do Pinhal, Serra de São Martinho e Serra de São Xavier.

Povoado o território hoje sul-rio-grandense pelos indígenas rudimentarmente civilizados e culturalmente atrasados que precederam os conquistadores hispânicos, é admissível que aqueles, impelidos pela coleta de frutos e pela caça inerentes à sua natureza nômade, em suas andanças descobrissem passagens por campos e matos, adequadas ao deslocamento da Campanha para a Serra e vice-versa, por precárias ou difíceis que se oferecessem. Portanto, é de se acreditar que, muito antes da conquista européia, trilhas primitivas se tivessem antecipado às Picadas de Boca do Monte e São Martinho. Aliás, a presença remota de índios nas cercanias dessas picadas, notadamente aqueles denominados tapes ou minuanos, foi sugerida pela lenda de Imembui, **narrada por João Belém às ps. 5 a 10 da sua “História do Município de Santa Maria.” Seja como for, em meados do** Século XVIII, quando pactuado o Tratado de Madrid, essas picadas já eram praticadas pelos clérigos jesuítas e pelos indígenas, guaranis ou de outras etnias, por eles reduzidos e aldeados nos Sete Povos das Missões Orientais. Foram constatados vestígios de aldeias de índios tapes na encosta da Serra, notadamente em Boca do Monte, Santo Antão e São Martinho, e há informação de que, entre 1784 e 1786, índios minuanos tivessem armado toldos no Rincão de Santa Maria, nas proximidades de Boca do Monte.

Os Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso assinalaram etapas importantes na busca de uma solução final para a questão dos limites a serem estabelecidos entre as possessões dos reinos ibéricos na América do Sul, em especial no que diz respeito ao território agora pertinente ao Estado do Rio Grande do Sul.

Tanto a Espanha como Portugal, desde o Século XIV, voltaram-se para a expansão ultramarina, visando primeiramente ao litoral africano e, em seguida, às Índias. A competição dos dois reinos pelos monopólios comerciais e pelas conquistas territoriais que se ofereciam como frutos dessa expansão, levou-os a conflitos cuja conciliação deu origem a vários acordos sobre limites de domínio. A questão causada por esses conflitos e acordos arrastou-se por muitos séculos e deve ser lembrada, em seus traços principais, de forma a permitir a compreensão suficiente dos aludidos tratados e da sua execução.

Em uma primeira fase, buscou-se solucionar a questão através da intervenção eclesiástica, provocada pelas partes conflitantes e operada mediante a edição de bulas papais. Durante a Idade Média e as décadas iniciais da Idade Moderna, os papas, como chefes da Igreja Católica Apostólica Romana, exerciam autoridade espiritual sobre os cristãos de toda a Europa Ocidental e boa parte da Europa Central. Também reivindicavam o supremo poder temporal relativamente aos governantes e

aos governados submetidos ao seu poder espiritual, apoiando-se principalmente nas doações do imperador romano Constantino, no Século IV (indigitadas como falsas por Lorenzo Valla, no Século XV), do rei de França Pepino III, o Breve, no Século VIII, e do rei de França e imperador romano do Ocidente Carlos Magno, nos Séculos VIII e IX.

À margem da discussão sobre os poderes papais, entendia-se na Cristandade, de modo geral, que a conquista das terras dos infiéis era consequência de uma missão evangelizadora que somente à Igreja competia dirigir. E isso se afigurava suficiente para sustentar a necessidade do reconhecimento, pela Cúria Romana, da soberania real sobre as conquistas levadas a efeito pelos seus súditos.

No Século XIV, o rei Dom Afonso IV, de Portugal, procurou o amparo do papa Clemente VI para a sua reivindicação relativa às Ilhas Canárias. No Século XV, em **1418, a bula “Sane Charissimus”, do papa Martinho V, caracterizou como cruzada** a expedição ao Marrocos do rei Dom João I, de Portugal, que resultou na conquista de Ceuta. Em 1436, a tomada de terras marroquinas foi sancionada pelo papa Eugênio IV, **a pedido do rei D. Duarte, de Portugal, pela primeira bula “Rex Regum”**. O mesmo papa Eugênio IV, em 1442, por meio da bula **“Etsi Suscepti”, reconheceu** à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, da qual era mestre o Infante Dom Henrique, poder sobre as terras que lhe fossem doadas e sobre as ilhas oceânicas, como as da Madeira, dos Açores e do Cabo Verde. Ainda o mesmo papa Eugênio IV, em 1443, por **intermédio da segunda bula “Rex Regum”, reputou cruzada o conjunto das ações** empreendidas na África pelo rei Dom Afonso V, de Portugal, embora ressalvando os direitos do rei João II, de Castela e Leão, às terras que tivessem pertencido aos antecessores deste. Em 1454, a Ordem de Cristo obteve do papa Nicolau V jurisdição **espiritual sobre as terras do Cabo Não à Índia, através da bula “Romanus Pontifex”, confirmada, em 1456, pela primeira bula “Inter Coetera”, do papa Calisto III**. Em 1481, **a bula “Aeterni Regis”, do papa Sisto IV, aprovou o Tratado de Alcáçovas, de 1479. E, em 1486, o papa Inocêncio VIII, pela bula “Orthodoxae Fidei”, estimulou o rei** Dom João II, de Portugal, a prosseguir na política de novos descobrimentos. Até esse momento, Portugal realizara suas pretensões nas diversas oportunidades, **excetuada a ressalva em favor de Castela e Leão, aposta na segunda bula “Rex Regum”. Mas sua sorte mudaria em 1493. Sobrevida a descoberta da América** por Cristóvão Colombo, Fernando de Aragão e Isabel de Castela e Leão obtiveram do **papa Alexandre VI a segunda bula “Inter Coetera”, que lhes concedeu as terras** descobertas ou por descobrir que já não estivessem sob o domínio de algum príncipe cristão. Prevenido da insatisfação ou mesmo da oposição de Dom João II, o papa **Alexandre VI expediu uma terceira bula “Inter Coetera”, assegurando aos referidos** soberanos as terras descobertas ou por descobrir, não dominadas por príncipe cristão e situadas a oeste do meridiano colocado a cem léguas **“de qualquer das ilhas** vulgarmente **chamadas dos Açores e Cabo Verde”. E o papa Alexandre VI fez mais: pela bula “Eximiae Devotionis”, conferiu a Fernando e Isabel os mesmos privilégios** antes outorgados aos monarcas portugueses no tocante às descobertas e, como arremate, pela bula **“Dudum Siquidem”, revogou as garantias reconhecidas às** conquistas do reino de Portugal, inclusive por ele próprio em suas bulas anteriores.

Dom João II não se conformou com a manifesta parcialidade do papa Alexandre VI e buscou entendimento com a Espanha, propondo a divisão das conquistas por um paralelo traçado à altura das ilhas Canárias: ao norte, seriam

espanholas e ao sul, portuguesas. A recusa da proposta ensejou o preparo de uma armada para tomar as Índias Ocidentais recém descobertas por Colombo. A ameaça de guerra propiciou clima favorável à negociação de um acordo entre as potências hispânicas. Em 1479, o Tratado de Alcáçovas atribuiu as ilhas Canárias ao domínio espanhol. O novo acordo, denominado Capitulação da Partição do Mar Oceano, foi concluído em 7 de junho de 1494 e ficou conhecido como Tratado de Tordesilhas; assinaram-no, por Portugal, Rui de Souza, João de Souza e Aires de Almada. Consistiu na fixação de um meridiano a 370 léguas das ilhas do Cabo Verde, além do qual as terras conquistadas ou por conquistar pertenceriam à Espanha; as que ficassem aquém, a Portugal; a exceção seria a possível descoberta por Colombo, em sua segunda viagem, até 20 de junho de 1494, de novas terras a mais de 250 léguas das aludidas ilhas. A celebração do tratado deu-se em 2 de julho de 1494. A ratificação, por Fernando e Isabel, ocorreu em 2 de agosto, por Dom João II, em 9 de setembro de **1494 e pela Santa Sé, somente em 1506, pela bula “Ea Quae Pro Bono Pacis”, do papa Júlio II, mediante provocação de Dom Manuel I, de Portugal. Mais tarde, em 1514, o papa Leão X, mediante a bula “Precelsae Devotionis”, renovou as concessões feitas a Portugal pelos pontífices antecessores.**

A demarcação do meridiano estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas foi praticamente inviabilizada pela indeterminação da ilha, do arquipélago do Cabo Verde, que deveria servir de referência para o seu traçado, assim como da extensão da légua tomada como medida. Além disso, havia interesse em subordinar a exatidão dos procedimentos demarcatórios à posse de determinados locais, como as ilhas Molucas, pela Espanha, e o rio da Prata, por Portugal. A questão das Molucas foi resolvida pela Capitulação de Saragoça, de 1529, celebrada entre os reis Carlos I, da Espanha, e Dom João III, de Portugal; os portugueses ficaram com as ilhas ao preço de 350.000 ducados de ouro. Porém, a questão do Prata ficou em aberto; Pero Lopes de Souza, em 1531, colocou dois padrões das armas do rei de Portugal no banhado dos Carandins ou esteiro dos Querandis, localizado no rio Paraná a cerca de 100 quilômetros da embocadura no rio da Prata, presumivelmente na margem direita e na costa da atual província argentina de Buenos Aires. Essa iniciativa incentivou a Espanha a enviar Pedro de Mendonça para fundar, em 1536, a povoação denominada Puerto de Nuestra Señora Santa Maria del Buen Aire que, abandonada e novamente fundada em 1580 por João de Garay com o nome de Ciudad de la Santíssima Trinidad y Puerto de Buenos Aires, tornou-se a Buenos Aires dos nossos dias, capital da República Argentina. Pedro Nunes, matemático célebre, inventor do nônio e cosmógrafo-mor do reino de Portugal, em 1537, ao traçar a linha do meridiano controvertido, fez com que corresse além da baía de São Matias, na Argentina. Neste passo, vale transcrever o seguinte parágrafo da **“História Diplomática do Brasil”, de Hélio Vianna (p. 22):**

“Depois disso, não foram registradas novas tentativas de demarcação do meridiano do Tratado de Tordesilhas, embora fosse sabido que sua medição caía mais ou menos sobre Belém do Pará, ao norte, e Laguna, ao sul. A união das coroas ibéricas adormeceu a questão por sessenta anos. Quando, depois, fez-se a paz, entre a Espanha e Portugal, em 1668, não cogitaram os dois países dos limites de seus territórios ultramarinos. Mas a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, iria agitar novamente a questão, até a celebração do Tratado de Madrid, em 1750, que anulou o de Tordesilhas. Revigorado, porém, pelo acordo de Pardo, de 1761, somente

pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, ficaria sem efeito, afinal, a **‘Capitulação da Partição do Mar Oceano’, de 1494.’**

Tão logo concluída a Guerra da Restauração com a paz de 1668, Portugal voltou-se para a região do Prata. Após cuidadosa preparação que envolveu, em 1676, a doação ao segundo Visconde de Asseca, de 30 léguas de costa a partir do cabo de Santa **Maria, na boca do rio da Prata, para o norte, e a extensão, ao mesmo curso d’água, da** jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro, obtida do papa Inocêncio XI através da bula **“Romani Pontificis”**, Dom Pedro II, de Portugal, ordenou a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento por Manoel Lobo, na margem esquerda do referido rio da Prata, a uns 100 quilômetros das embocaduras dos rios Paraná e Uruguai, o que se fez em 20 de janeiro de 1680. A reação espanhola foi pronta: em 7 de agosto de 1680, a Colônia foi tomada de assalto por Antônio de Vera Mugica, à ordem de José de Garro. Todavia, em 7 de maio de 1681, Dom Pedro II e Carlos II, da Espanha, pelo Tratado de Lisboa, acordaram a restituição provisória da Colônia, somente efetivada em 1683; recebeu-a Duarte Teixeira.

A mudança de posição de Portugal na Guerra da Sucessão da Espanha, passando do lado do Duque de Anjou para o do Arquiduque Carlos de Habsburgo, provocou novo ataque espanhol à Colônia, chefiado por Baltasar Garcia Ros sob ordem de Alonso João de Valdés y Inclán. Os defensores, comandados por Sebastião da Veiga Cabral, resistiram de 17 de outubro de 1704 a 15 de março de 1705, data em que se retiraram e deixaram-na aberta à ocupação pelo inimigo. No entanto, a celebração do segundo Tratado de Utrecht, entre Espanha e Portugal, em 6 de fevereiro de 1715, assegurou a este reino a segunda restituição da Colônia, tornada efetiva nas mãos de Manoel Gomes Barbosa, em 1716. Para melhorar sua linha de comunicações terrestres com a Colônia, os portugueses tentaram fixar-se em Montevideu por intermédio da expedição de Manoel de Freitas da Fonseca, que chegou ao local em 22 de novembro de 1723 mas teve de retirar-se em 19 de janeiro de 1724, pela alegada carência de recursos para levar avante a missão de que fora incumbida. No entanto, os espanhóis, por ordem de Bruno de Zavala, ocuparam de imediato o lugar e, em 1726, nele fundaram a cidade do mesmo nome ou, mais propriamente, Ciudad de San Felipe y Santiago de Montevideo.

A vulgarmente chamada Guerra dos Lacaios, entre Espanha e Portugal, oportunizou aos espanhóis de Miguel de Salcedo investissem pela terceira vez contra a Colônia que, defendida por Antônio Pedro de Vasconcelos, suportou apertado assédio de 20 de outubro de 1735 a 3 de setembro de 1737, data da implantação do Armistício ou Tratado de Paris, assinado em 16 de março de 1737.

A par da frente de expansão lusitana que tivera seu ponto terminal na Colônia, outra se formara a partir da fundação de Rio Grande, em 19 de fevereiro de 1737, resultante da convergência dos vetores terrestre, personificado pela tropa de Cristóvão Pereira de Abreu, e marítimo, representado pela expedição de José da Silva Pais. Os portugueses, desde Laguna, fundada por Francisco de Brito Peixoto em 1676 ou 1688, avançaram para o sul e para o oeste, aproximando-se do território das reduções de indígenas que constituíam os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, criados pela Companhia de Jesus, sem o beneplácito do rei da Espanha.

A conquista implicava a cristianização dos povos indígenas, pelo que os conquistadores se faziam acompanhar de clérigos da Igreja Católica Apostólica Romana. Já em 1586, Francisco Vitória, bispo de Tucumán, promoveu a vinda de padres jesuítas para catequizar os índios. Buscando a eficiência do seu trabalho, os jesuítas passaram a reunir os selvagens em aldeias para induzi-los a viver segundo os ditames do catolicismo e **da civilização (“ad ecclesiam et vitam civilem reducti”).** Essa a origem **do termo “redução.”** As autoridades coloniais espanholas adotaram, relativamente às reduções, atitude ambígua: de um lado, admitiam-nas como o mal menor, de vez que não tinham recursos para submeter pela força os silvícolas; de outro, eram-lhes indiferentes ou até hostis porque subtraíam os índios à virtual escravidão propiciada pelo regime das encomendas.

A primeira região a ser ocupada localizava-se a oeste e sudoeste do rio Paraná e chamava-se Guairá: nela, em 1610, foi fundada a primeira redução, Nossa Senhora do Loreto. Posteriormente, as reduções espalharam-se pelo nordeste, leste e sudeste do Paraguai, pela área situada entre os rios Paraná e Uruguai (Missões Ocidentais do Uruguai) e pelas terras da margem esquerda do rio Uruguai (Missões Orientais do Uruguai). A partir de 1618, bandeiras de menor porte, constituídas de paulistas, mamelucos aliados e índios auxiliares, invadiram a região de Guairá, atacaram as reduções e apresaram os índios reduzidos. Desde 1628, os ataques passaram a ser feitos por bandeiras mais expressivas. A devastação que causaram foi tamanha que, em 1633, os jesuítas decidiram abandonar a região de Guairá. As investidas passaram, então, a ser dirigidas contra outras reduções, notadamente as estabelecidas, entre 1626 e 1634, na margem esquerda do rio Uruguai – reduções do Uruguai e do Tape, estas distribuídas entre o Alto-Ibicuí e o Alto-Jacuí - onde, de 1635 a 1639, registraram-se fortes ataques de bandeirantes. Em consequência dessas ações ofensivas, boa parte da população reduzida foi morta ou capturada; quase todo o restante, ou retornou à vida selvagem ou, de 1637 a 1639, refugiou-se na mesopotâmia parano-uruguia; poucos permaneceram na terra de origem. Entretanto, em 1641, os bandeirantes sofreram marcante revés em Mbororé, na margem direita do rio Uruguai, que pôs termo às suas investidas por meio de grandes expedições. Desde esse ano até 1669, somente pequenas bandeiras persistiram em incursões esporádicas na margem esquerda do rio Uruguai.

Passados cerca de treze anos, considerações de ordem política, como a fundação da Colônia do Sacramento, econômicas, como a conservação dos rebanhos vacuns e a exploração da erva-mate, e sociais, como a aspiração dos aborígenes imigrados nas Missões Ocidentais do Uruguai ao retorno definitivo para sua terra originária, levaram a Espanha e a Companhia de Jesus a empreender nova ocupação, em larga escala, do território das Missões Orientais do Uruguai. Entre 1682 e 1706, sete reduções, correspondentes a sete povoados indígenas, foram fundadas nessa região, cada uma sustentada pelos produtos das lavouras, pela coleta dos ervais e pelo gado das estâncias. Nasceram os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai: São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luís Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706).

A volta dos índios, orientados pelos jesuítas e a serviço dos interesses espanhóis, inquietou os portugueses na medida em que se sentiram tolhidos e ameaçados na Colônia do Sacramento, da qual tinham posse provisória, além de

obstaculizados e frustrados na intenção de ocupar toda a banda oriental do rio Uruguai, ou pelo menos a parte dela em que os espanhóis ainda não estivessem estabelecidos. Contudo, Portugal não podia ignorar a extrema dificuldade que teria em firmar-se na margem esquerda do rio da Prata, dada a manifesta superioridade dos meios à disposição da Espanha, não só na região disputada como também na metrópole. Essa vantagem só não contava nos períodos em que a Espanha, premida por outras prioridades, via-se compelida a descurar a defesa de seu patrimônio platino.

Afastadas as opções ilusórias, restavam a Portugal, em realidade, dois caminhos, que quase sempre soube trilhar de modo firme, hábil e oportuno. O primeiro, valer-se dos possíveis recursos diplomáticos, explorando eventuais circunstâncias favoráveis e aproveitando-se dos benefícios que pudesse extrair da conjuntura internacional. E o segundo, fortalecer-se no litoral atlântico, principalmente no Presídio de Rio Grande, preservando o acesso ao Continente do Rio Grande, onde tinha condições naturais, bem como recursos humanos e materiais, de assentar sólido domínio. Porém, o tempo urgia. No que diz respeito à fronteira do sul, a insegurança gerada pela persistente questão da Colônia tornava imperiosa a definição dos limites entre as potências disputantes. A qualquer momento e sob qualquer pretexto, a guerra arrefecida em 1715 e 1737 poderia reaquecer-se.

Concebido pelos estadistas Marco Antônio de Azeredo Coutinho e Alexandre de Gusmão e negociado por Tomás da Silva Teles, Visconde de Vila Nova de Cerveira, pelo reino de Portugal, e por José de Carvajal e Lencastre, pelo da Espanha, o Tratado de Madrid foi assinado em 13 de janeiro de 1750. A respeito dele, escreveu Hélio **Vianna na sua “História Diplomática do Brasil” (p. 65):**

“O resultado das negociações, assim tão leal e competentemente conduzidas foi a assinatura, em Madrid, a 13 de janeiro de 1750, do **‘Tratado de** limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores D. João V, rei de Portugal, **e D. Fernando VI, rei da Espanha’.**

Historiando, no respectivo preâmbulo, a situação de fato que ao convênio as havia levado, de acordo com o resumo magistralmente feito por **Capistrano de Abreu, ‘ambas as partes con**tratantes reconheceram neste documento ter violado a linha de Tordesilhas, uma na Ásia, outra na **América. Começaram, portanto, abolindo ‘a de**marcação acordada em Tordesilhas, assim porque se não declarou de qual das ilhas de Cabo Verde se havia de começar a conta das trezentas e setenta léguas, como pela dificuldade de se assinalar nas costas da América Meridional os dois pontos ao sul e ao norte, donde havia de principiar a linha, como também pela impossibilidade moral de estabelecer com certeza pelo meio da mesma América uma linha meri**diana’. Na** mesma ocasião aboliram quaisquer outras convenções referentes a limites, que exclusivamente seriam regidas pelo tratado ora assinado.

(...)

‘Maior importância que às terras prestou-se ao aproveitamento dos rios. Estabeleceu-se que a navegação seria comum quando cada um dos reinos tivesse estabelecimentos ribeirinhos; se pertencessem à mesma nação ambas as margens, só ela poderia navegar pelo canal. Para ficar com a

navegação exclusiva do Prata, a Espanha trocou a Colônia do Sacramento pelas Missões do **Uruguai**.

(...)

De acordo com esse arranjo, conveniente às duas partes, seriam os seguintes os limites entre os domínios portugueses e espanhóis na América do Sul: começando em Castilhos Grandes, na costa hoje uruguaia, procuravam as vertentes da Lagoa Mirim e do Rio Negro, indo alcançar o Rio Ibicuí, pelo qual desciam até o Rio Uruguai; por este acima seguia a divisória até a foz de seu afluente Pepiri-guaçu; (...).

Por sua vez, Carlos Delgado de Carvalho, **na sua “História Diplomática do Brasil”**, afirmou (p.12):

“O Tratado de 1750 tinha dois objetivos principais: estabelecer o ‘uti possidetis’, respeitando os territórios no momento efetivamente ocupados pelas duas Potências contratantes, e delimitar seus respectivos Estados, tomando como bases, não linhas astronômicas, mas cursos de águas e relevos conhecidos que se prestassem à demarcação sem provocar discussões. Desaparecia definitivamente o fantasma do Meridiano e consolidavam-se juridicamente as conquistas dos bandeirantes no interior do nosso **continente.**”

A demarcação dos limites estabelecidos pelo Tratado de Madrid jamais se completou. Em 1751, dividida a linha fronteiriça em dois segmentos, setentrional e meridional, cada uma das partes nomeou duas comissões demarcadoras, uma para o norte, outra para o sul. A Espanha designou comissário para o norte, José Iturrriaga, e para o sul, Gaspar de Munis, Marquês de Val de Lírios; Portugal, Francisco Xavier de Mendonça e, mais tarde, Antônio Rolim de Moura, para o norte, e Gomes Freire de Andrade, para o sul. A comissão portuguesa do sul foi subdividida em três tropas ou partidas, operando a primeira, sob as ordens diretas de Gomes Freire inicialmente e, depois, de Francisco Antônio Cardoso de Menezes e Souza, para demarcar desde Castilhos Grandes até a foz do rio Ibicuí; a segunda, chefiada por Pinto Alpoim, para demarcar desta foz até a barra do rio Igureí no rio Paraná; e a terceira, subordinada a José Custódio de Sá e Faria, para demarcar desta barra até a confluência do rio Jauru no rio Paraguai.

Os trabalhos da segunda e terceira partidas decorreram sem imprevistos mais significativos. Já o da primeira, que começara em Castilhos Grandes, a 1º de outubro de 1752, ficou suspenso após 27 de março de 1753, em Santa Tecla, devido à oposição de um troço de índios do Povo de São Miguel Arcanjo, chefiado por Sepé Tiaraju. Como era de esperar, os jesuítas e os aborígenes das reduções e dos povos missionários recusaram-se a deixar as terras que a pactuação transferia do domínio espanhol para o português, apesar dos esforços para convencê-los da emigração, empreendidos principalmente pelo padre Lopes Luís Altamirano, representante do Padre Geral da Companhia de Jesus. Os comissários resolveram empregar a força armada se os indígenas não iniciassem sua mudança das Missões Orientais até 15 de agosto de 1753. Os índios não se retiraram dos Sete Povos. Em consequência da recalcitrância dos aborígenes, os comissários desencadearam a Guerra Guaranítica.

Houve duas campanhas.

Na primeira, o exército espanhol partiu de Buenos Aires sob o comando de José Andonaegui e, desde 20 ou 21 de maio de 1754, marchou ao longo da margem esquerda do rio Uruguai até o arroio Caasupá, de cujo curso retrocedeu para o rio Daymán, onde, em 3 de outubro de 1753, repeliu um ataque dos indígenas das reduções de Japeju e La Cruz. O exército português, comandado por Gomes Freire de Andrade, saiu de Rio Grande em 26 e 27 de junho de 1754 e foi transportado em embarcações pela lagoa dos Patos e pelos rios Guaíba e Jacuí até Rio Pardo, cuja guarnição, em 2 de fevereiro e 29 de abril de 1754, fora atacada sem bom sucesso pelos índios dos povos de São Miguel, São Luís, São Lourenço e São João. De 24 de agosto a 14 de novembro de 1754, o exército lusitano esteve em campanha na margem esquerda do rio Jacuí, defrontando-se com os contrários postados na margem direita; nesta data, os beligerantes celebraram uma trégua, retirando-se os portugueses para Rio Pardo e os índios para os seus povos. Observe-se que os exércitos de Andonaegui e Gomes Freire atuaram em separado, abrindo duas frentes largamente afastadas e deixando aos indígenas a vantagem da manobra e do ataque a partir de uma posição central, vantagem esta da qual, aparentemente, não se valeram. Como quer que seja, os espanhóis foram detidos por dificuldades logísticas e os portugueses, por fatores climáticos adversos.

A segunda campanha corrigiu o erro estratégico da anterior. O exército espanhol abalou de Montevideu em 4 de dezembro de 1755; seu efetivo seria de 1.500 soldados - castelhanos, blandengues ou belendengues (cavalarianos que guardavam a fronteira contra os assaltos dos índios), corrientinos, paraguaios e santafecinos - ou 1.670 soldados - dos quais 470 infantes e dragões e os demais milicianos a soldo, dentre eles 400 corrientinos e santafecinos, e mais 500 gastadores (sapadores); era apoiado por 20 peças de artilharia, 400 carretas e carretões, 20.000 cavalos e 3.000 mulas. O exército português deslocou-se de Rio Grande em 7 de dezembro de 1755, com 1.000 combatentes, 10 canhões, 14 carros manchegos, 3 carretas de pólvora, 152 carretas de bagagem, 3.760 cavalos, 261 mulas, 1.816 bois, 2.823 reses de consumo, peões, práticos ou vaqueanos, vivandeiros e particulares (acompanhantes? convidados? serviços?), ou 1600 homens ao todo. Os dois exércitos reuniram-se em 16 de janeiro de 1756, nas cabeceiras do rio Negro, e de lá avançaram ao longo da Coxilha Grande. Em 7 de fevereiro de 1756, num encontro de vanguardas entre Santa Tecla e Batovi, morreu Sepé Tiaraju. Em 10 de fevereiro de 1756, os índios, sob a chefia de Nicolau Languiru ou Neenguiru, foram destroçados e dizimados junto ao cerro de Caiboaté ou Caibaté, situado perto das nascentes do rio Cacequi, na batalha que decidiu a campanha e a guerra.

As quantificações pertinentes ao recontro são inseguras, como sói acontecer. Dos exércitos hispânicos reunidos, de 2.500 ou 3.770 soldados, uns 1.800 participaram da batalha porque os demais protegiam as bagagens; os indígenas seriam de 1.300 a 2.176. Os aliados perderam 4 mortos e 40 feridos e os adversários, de 400 a 1.723 mortos e de 100 a 154 prisioneiros; não há alusão a índios feridos; uns 326 teriam sobrevivido e fugido do campo de batalha. Do diário de José Custódio de Sá e Faria, transcrito por **Tau Golin em "A Guerra Guaranítica", reproduz-se a seguinte passagem (p. 427):**

“Em tudo conveio o citado D. Nicolau, pedindo tempo para se retirar, recolher os seus cavalos, com seus víveres e equipagens, para o que se lhe

designou uma hora. E, havendo-se passado mais de hora e meia, e que não só não desalojaram a colina, antes se lhe ajuntava mais gente, prolongando a sua esquerda. Com esta novidade, se reforçou com duas peças a nossa direita. Se mandou formar um martelo [duas linhas de batalha em ângulo reto], para a retaguarda. E cavalaria portuguesa fez o mesmo, à vanguarda, tomando o claro direito da linha contrária. E reparando-se, finalmente, que se levantava terra na frente daquela. Desenganado com isto, o general, ultimamente, lhes mandou dizer: que logo mandava tocar a chamada, e que este seria o sinal de os atacar.

Como, em realidade, assim se executou, disparando primeiro a artilharia. Imediatamente, se desordenaram os inimigos. E avançou o exército, com tal valor e atividade, que a infantaria pretendia igualar em ligeireza a cavalaria, a qual, por direita e esquerda, fez nos inimigos um formidável destroço. Chegando a infantaria à iminência, avançou com arrogância às profundas ravinas, com covas e pequenos matos, donde se haviam refugiado alguns 400 índios, os quais foram vítimas do valor de ambos os exércitos, servindo-lhes de sepultura a sua própria trincheira. Igual sucesso tiveram os que se meteram em um capão de mato, trepando sobre as árvores para escapar, das quais os precipitavam embaixo de tiros dos soldados infantis.

Concluída esta função, que durou hora e quarto, se tocou a recolher e se juntaram os corpos.

(...)

Unidas umas e outra tropas, prosseguiram a marcha, em duas colunas, meia légua. Acampando, depois de 11 horas de fadiga, sobre um regato de pouca água, que descia do cerro denominado de Caibaté, que dá nome a todo o vale”.

Ao que se depreende da narrativa, não se concebeu uma batalha de envolvimento, como já foi sustentado. É certo que se dispunham a infantaria e a artilharia espanhola e portuguesa no centro, com a cavalaria portuguesa à esquerda e a espanhola à direita, e que as cavalarias, por sua maior velocidade, defrontaram-se com os indígenas, pelos flancos, antes que com estes se chocasse a infantaria. Mas o ataque foi frontal e seu início, simultâneo. O envolvimento foi circunstancial; tivesse sido taticamente planejado, a infantaria não se moveria e, caso atacada, até poderia recuar.

Derrotados os aborígenes em Caibaté, os exércitos aliados defrontaram-se com o problema de acessar as Missões Orientais para concluir a campanha empreendida. Segundo Assis Brasil **em “Batalha de Caiboaté” (p. 117):**

“Em todo caso os exércitos para atingir às Missões deviam ascender à **Serra Geral, chamada então ‘Monte Grande’,** pelos castelhanos.

(...)

Não havia nesses tempos uma passagem tolerável ao menos, que permitisse transpor a Serra dos Tapes, como por sua vez a chamavam os guaranis que a habitavam [na verdade, tapes], e os portugueses. Algumas poucas picadas, ou trilhos abertos na mata para o trânsito dos missionários, entre as suas estâncias ao sul do Ibicuí-mirim e Ibicuí, e a região de Cima da Serra.

Entre essas picadas havia duas (...) que pela situação dos Povos e estâncias a que deviam servir, atendendo às necessidades do custeio e abastecimento de gados, se tornaram mais deles conhecidas e frequentadas. Uma e outra cuidadosamente determinadas, depois de reconhecida e explorada a região, foram consagradas até nossos dias pelas facilidades relativas que apresentavam nessa alcantilada e impérvia natureza. Denominavam-se Picada de S. Martinho e Picada de S. Xavier. A primeira foi aberta pelos Povos de S. Luís, S. Lourenço e S. João; corta a Serra numa garganta prenhe de penhascos, formidáveis despenhadeiros, com a vantagem de ser estreita e atravessar somente o Ibicuí-mirim; tinha uma légua de extensão com um desnível – nesse espaço – de 400 metros [Romeu Beltrão anotou ser de 200 metros a diferença de altitude entre o passo ou a ponte do rio Ibicuí ou Ibicuí-mirim e o povoado de São Martinho ou a atual cidade de São Martinho da Serra].

Ligava especialmente, as povoações de Sto. Ângelo e S. Luís e as estâncias que lhes eram tributárias localizadas sobre o Jacuí e o baixo Vacacaí.

Sobretudo era saliente nessa picada, já quase fora, na subida, um cerro com excepcional ingremidade para um lado e outro de sua transposição forçada. Era o Perau, ainda pouco modificado nos nossos dias.

(...)

A segunda picada, feita pela gente de S. Miguel corta a Serra Geral em contrafortes extensos, embora escabrosos, o é muito menos do que a outra. Galga o planalto com uma extensão de 6 léguas. Partindo de S. Lucas, atravessava, o Ibicuí-mirim, o Toropi (não longe de sua barra), cortava o rincão de S. Vicente e remontava a Serra, transpondo o Jaguarí nas cabeceiras, para sair acima de Santiago.

Servia particularmente para conduzir as tropas de gados das estâncias do sul do Ibicuí-mirim, e das que se estendiam às pontas do Vacacaí, do rio Negro e do Ibicuí-grande, cujo posto principal era Santa Tecla, como sabemos.

Os índios logravam atravessá-la com carretas; ao passo que na de S. Martinho nunca o fizeram **am.**”

O exército hispânico optou pela Picada de São Martinho e para ela se encaminhou, marchando pela Coxilha do Pau Fincado, segmento da Coxilha Grande, até atingir o posto missioneiro de São Lucas, atual povoado de Boca do Monte, que marcava a entrada da Picada do Monte Grande, ou das Picadas de Boca do Monte e São Martinho. Registrou José Custódio de Sá e Faria em seu mencionado diário, **“apud” “A Guerra Guaranítica” de Tau** Golin (p. 455):

“(...) Dia 22 de março [de 1756]. Pelas 7 horas e ½ da manhã, nos pusemos em marcha, pelo lado direito, deixando um grosso de cavalaria no acampamento, para recolher as bagagens. Andando coisa de 1 légua, ao noroeste, avistamos os índios, em número de 80, sobre uma lomba alta; e, tanto que chegamos perto, entraram a fazer várias escaramuças (sinais dos seus desafios). Como nos pareceu que, por trás da dita lomba, teriam corpo maior, se formaram as tropas em batalha, dando-nos os espanhóis a direita e o lugar da primeira linha, por não dar lugar o terreno para se formar tudo em uma.

Do nosso lado direito havia bosque, donde saíam vários índios. Pôs o nosso general [Gomes Freire de Andrade] em frente as 3 companhias de granadeiros, e toda a mais linha formando martelo, pelo lado direito. Deram fogo a algumas peças. E os índios se foram pondo em retirada, desalojando o posto até a entrada do Mato [Grande], onde, obrigados de alguns tiros, se esconderam. A nossa tropa veio assim marchando. E tanto que chegou de frente da entrada do Mato, se desfez o martelo, ficando tudo em batalha. Atiraram os índios alguns tiros, que pareciam de pedreiros [peças de artilharia aptas para atirar projéteis de pedra], com balas de pedra, e se via estavam entrincheirados no mato. Marchou 1 peça de amiudar [peça de artilharia que lançava até vinte balas por minuto, em forma de granadas que se amiudavam], com vinte granadeiros; e, outra, dos espanhóis. Disparando alguns tiros, pareceu, depois de outros dos índios, haviam desamparado estes a dita trincheira, à qual concorreram várias pessoas, de peões e criados, e acharam desamparada, e viram ainda os índios em precipitada fuga. Não podíamos entrar no mato, por ser preciso consertar o caminho para passarem as carretas.

Enquanto as tropas estiveram formadas em batalha, se formou o acampamento. Logo marcharam a quartéis, que ficaram à vista da entrada do Mato [Grande], a tiro de pedreiro. Perto da dita boca, se postou uma guarda avançada de 120 soldados espanhóis e portugueses. Deixaram os índios nas chamadas trincheiras uma caixa de guerra, alguns paus de lança, sem ferros, muito poucas com eles, e as peças de taquaruçu cobertas de couro cru, das quais uma estava arreventada [peças de artilharia de taquara grossa, retovadas de tiras largas de couro cru como maneadores, permitindo uns três ou quatro disparos].

As barracas não chegaram senão pelas 7 horas e meia da noite; em que, soubemos, se chamava aquele lugar o Campo de São Lucas, no qual se achou, ao pé de um capão, um corpo morto, ferido com 27 lançadas, da cintura para cima, com as solas dos pés e palmas das mãos repassadas. Se conheceu ser um negro. Havia fugido, no dia 18, do Campo de Vacacaimimini, onde seu senhor, que era um oficial do nosso exército, o havia mandado açoitar.

Esta noite, houve 4 rebates. Os paulistas atiraram a um espia. Pela manhã, acharam um poncho, com o sinal do tiro, cheio de sangue.

(...)

Dia 23. Pelas 8 horas e 40 minutos da manhã, marcharam as tropas, na conformidade da ordem antecedente, em que haviam convindo os 2 generais [José Andonaegui e Gomes Freire]. Menos as companhias de granadeiros, que marcharam atrás da infantaria espanhola, que puxou na frente o governador de Montevidéu [José Joaquim de Viana], o qual se havia queixado de ser contra a honra das tropas espanholas marcharem as companhias de granadeiros portugueses na frente, o que tinha respondido o general espanhol [Andonaegui] que aquelas companhias eram o seu braço direito. Porém, conseguiu o dito governador [Viana] que se mudasse a ordem, nesta parte.

Pelos lados do caminho, por dentro do mato, marchavam, de cada parte, 80 paulistas. Os da direita, com o capitão João Rapozo da Fonseca Leme; os da esquerda, com o capitão Francisco Paes. Levavam a vanguarda de tudo. Marchou-se coisa de $\frac{3}{4}$ de légua por dentro do mato, sem embaraço. E

saímos a um campo, que estava em meio do Grande Mato, pelo qual corriam alguns arroios.

Aqui, paramos por ir bastante cansado e molestado o general espanhol [Andonaegui], que neste dia marchou a cavalo.

E como as carretas ficaram no campo antecedente, e as barracas, passou o exército sem elas. Porém, tivemos a noite boa.

Marcharam 8 homens e dois oficiais a ver o resto da marcha para acabar o mato. Vieram com a notícia de muito mau o caminho para carretas, por causa da subida da montanha.

A infantaria marchou. Investia sem mais coisa alguma que armas, munições e alguma farinha, que puderam carregar nas mochilas. O caminho foi para o norte, e plano até um monte de pequena subida. Porém, todo de pedras soltas. Mas, como o caminho era muito trilhado, mostrava ter tido muita frequência de gente e animais. Era todo toldado de copa do arvoredo.

Com facilidade, o vencemos, ainda que a artilharia deu algum trabalho, até sairmos a um pequeno campo, que terá meia légua de comprimento. E, havendo andado uma légua de mato, ao mesmo rumo, passando um arroio de excelente água, onde nos refrescamos, e outro que a não tinha, no campo, entre o mato, com mais $\frac{1}{4}$ de légua ao norte, quarto a nordeste. Entramos no campo, pela direita. E nos metemos em batalha, ladeando sobre a esquerda.

Dia 24. Marchamos com a mesma ordem do dia antecedente. Pelas 7 horas e $\frac{1}{2}$ da manhã, destroçamos pela direita, para entrar no segundo mato. E, à distância de pouco mais de meia légua, depois de passarmos 3 pequenos arroios, passamos 1 maior, que levava bastante água, chamado Ibicuí Mini, que corre para oeste, por cima de pedregulho. E deste, a pouco mais de $\frac{1}{4}$ de légua, principiamos a subir a serra, que é muito precipitada e com alguma volta sobre rochedos, até sair ao campo, cuja subida terá $\frac{1}{8}$ de légua. Para um e outro lado do caminho, são precipícios de grande altura. Foi preciso tirar os bois das carretas das peças. E, tanto estas, como as nossas de amiudar, foram puxadas à mão pelos soldados, no que tiveram um grandíssimo trabalho, animados pelo nosso general [Gomes Freire], a quem davam vivas. As puseram fora dos precipícios, apressando mais esta diligência a notícia, que veio do campo, que estão ali os índios e haviam morto já 4 portugueses, o que fez a maior ânsia de chegar.

Porém, logo que saímos, tivemos a certeza que esta notícia era falsa. E só, sim, que saindo 7 castelhanos para o campo, encontraram coisa de 20 índios, os quais os atacaram longe do exército. Estes se vieram retirando até ganhar um mato, onde se fizeram fortes. Chamando-os os índios, eles lhes responderam com um tiro de fuzil, ao qual fugiram os índios.

Foram saindo as tropas e formando-se no campo até se unir tudo com a artilharia. A $\frac{1}{3}$ de légua de distância, nos acampamos, ficando logo gente abrindo novo caminho, mais direito, para, por ele, subirem as carretas vazias, tiradas por cabrestante.

A esta grande serraria, chamam os castelhanos Monte Grande. E com propriedade, por ser a mesma grande cordilheira que vem guarneecendo toda a costa do Brasil, aqui chegando à latitude de 30 graus. Correndo do norte para o sul, forma um ângulo reto, dirigindo a sua direção para oeste, **desde a vizinhança do rio Tramandaí. (...)**

Veja-se, agora, a descrição feita **por Romeu Beltrão na “Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho” da marcha dos exércitos ibéricos pela Picada do Monte Grande** (p. 38):

“(…) Março, 20 [1756] – A vanguarda de Gomes Freire e Andonaegui, depois de passar pela Coxilha do Pau Fincado, atinge a entrada da Picada do Monte Grande, no Posto de São Lucas, atual Vila de Boca do Monte, e topa com trincheiras de missioneiros, que fogem aos primeiros tiros.

Para atravessar a Serra de São Martinho, o Monte Grande dos espanhóis e a Serra dos Tapes dos jesuítas, o exército de Gomes Freire e Andonaegui não passou pelo Rincão de Santa Maria, mas seguiu o caminho muito bem **descrito por Saldanha no ‘Diário Resumido’ (p. 254 e ss.), que Belém (1933) transcreve não fielmente.**

Chegaram os exércitos à entrada sul da Picada de São Martinho, chamada pelos índios **de três maneiras: ‘caá-roqué’** – porteira do mato (caá-mato, roqué-**porteira**; **‘caá-guaçu-ro-qué’** - **porteira do mato grande**; e **‘caá-yuru’** – boca do mato). Os espanhóis batizaram-na de Boca do Monte e os portugueses adotaram o nome, que até hoje perdura, na vila ali existente. Após a Boca do Monte vinha uma espessa mataria, varada por uma picada de uns 5 m de largura, que terminava num desfiladeiro, e este, por sua vez, atravessava um descampado, campestre para os portugueses e **‘campechuelo’** para os castelhanos. Mais tarde, um século depois, era conhecido por Campestre da Conceição, devido a passar a estrada pela frente de uma capela dessa invocação, para distingui-lo do Campestre de Santo Antão, cuja estrada de acesso é bem mais recente. Varava, depois, a estrada o Arroio da Conceição e logo chegava à segunda e última picada, à altura de outro arroio, o da Água Negra, para subir a Serra e sair a um terço de légua da atual Vila de São Martinho. Na Água Negra existia uma guarda avançada da Guarda Espanhola de São Martinho [instalada posteriormente a março de 1756]. Ainda hoje, decorridos mais de 200 anos, podem ser vistos no terreno do campestre ou **‘campechuelo’ os vestígios da** antiga estrada, percorrida pelos exércitos de Gomes Freire e Andonaegui.

Foi no desfiladeiro, acima referido, que os guaranis dos povos de São Luís, São Lourenço e Santo Ângelo tentaram opor resistência aos dois exércitos, mas, apenas ouviram os primeiros tiros e viram tropas saírem da mataria, dispostas a atacá-los, deitaram a fugir, diz o Diário de Gomes Freire. Comandou a ação o governador de Montevidéu, José Joaquim Viana.

Março, 22 – O grosso do exército chega ao Passo do Ibicuí, no início do Perau de São Martinho, e de 23 de março a 11 de abril, um contingente de 300 homens trabalha para tornar praticável a Picada de São Martinho e permitir a passagem das carretas e canhões, enquanto o grosso do exército aguarda acampado junto ao passo, sofrendo os rigores dos primeiros frios, que provocam a morte de boa parte da cavalaria e a deserção de muitos soldados.

Assim é descrito no Diário de Gomes Freire o trânsito pela picada: **‘Passamos por mato do mais alto e grosso arvoredo** até um rio da largura de 3 braças (6,60m, Passo do Rio Ibicuí, hoje servido por ponte, no início do Perau de São Martinho), todo de grandes e pequenas pedras soltas, sem se ver na sua passagem outra casta de terreno, por onde corria de altura de

palmo e meio; dizendo-se ser aquele um braço do grande Ibicuí que, quando é tempo de águas, cresce e se engrossa de modo que fica mais de doze braças (28,40m) e muitas de fundo; e tendo-o passado a artilharia e tropas, fomos continuando nossa diligência, caminho de oeste de um altíssimo monte [...] todo de pedra, por cuja eminência continuava o caminho; por onde à força de braços de soldados se levou a artilharia, com excessivo trabalho e admiração de haver feito; e saindo fora do mato, que finda na coroa da Serra, com um terço de légua, caminho do norte, entramos em um mar de campo bastante aprazível (local da hoje vila de São Martinho) e por terreno ma **is alto que a dita Serra'. (...)**

As transcrições dos textos de Assis Brasil, José Custódio de Sá e Faria conforme Tau Golin, Romeu Beltrão e Gomes Freire de Andrade conforme Romeu Beltrão dão ideia suficientemente clara do que era a Picada de Boca do Monte e de São Martinho na época da Guerra Guaranítica, bem como das vicissitudes da sua transposição na marcha estratégica dos exércitos hispânicos para os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai.

O término das operações da Guerra Guranítica, para o exército português, deu-se em 18 de junho de 1756, data em que ocupou o povo de Santo Ângelo. No entanto, a demarcação só teve prosseguimento em março de 1757, com a chegada do Marquês de Val de Lírios acompanhado de Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón. Gomes Freire de Andrade, antes de recolher-se com o exército lusitano para Rio Pardo, em maio de 1757, onde chegou em 19 de junho de 1757, nomeou José Custódio de Sá e Faria para chefiar a primeira partida portuguesa e encontrar-se com seu concorrente espanhol, Juan de Echevarria, autorizado pelo Marquês de Val de Lírios, a fim de ambos prosseguirem na demarcação. José Custódio de Sá e Faria saiu de Rio Pardo em 15 de março de 1759; o encontro com Val de Lírios e Echevarria deu-se em 29 de março de 1759; os trabalhos demarcatórios atolaram-se em protestos, dúvidas e resoluções. Gomes Freire partiu para o Rio de Janeiro em 25 de fevereiro de 1759. As partidas para Santa Tecla findaram em 3 de julho de 1759. José Custódio de Sá e Faria voltou para Rio Pardo e dessa localidade trasladou-se para Rio Grande, de onde, em 31 de março de 1761, também se recolheu ao Rio de Janeiro.

A Companhia de Jesus tornou-se alvo de ataques redobrados. Mesmo nos países cristãos, seus inimigos eram antigos, numerosos e, não poucos deles, também muito poderosos. Uns discordavam de sua teologia e de sua filosofia, outros de sua pedagogia, muitos da proteção que davam aos índios, mas havia também os que invejavam sua grandeza, ressentiam-se do seu poder e cobiçavam o prestígio, as vantagens e os privilégios de que desfrutava junto a monarcas e aristocratas. As dificuldades surgidas quando da demarcação do Tratado de Madrid, a Guerra Guaranítica, a desconfiança em relação à nobreza, causada pelo regicídio tentado em 3 de setembro de 1758, e o estímulo recebido do secretário de estado dos negócios estrangeiros e da guerra, de 2 de agosto de 1750 a 6 de maio de 1755, e dos negócios interiores de 6 de maio de 1755 a 4 de março de 1777, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras em 1759 e também Marquês de Pombal desde 1769, contribuíram para precipitar a resolução de Dom José I, de Portugal, de banir a Companhia de seu reino.

Esse propósito cumpriu-se em três etapas: o sequestro dos bens da Companhia, através da Carta Régia de 19 de fevereiro de 1759; a comunicação ao papa Clemente XIII, mediante a Carta Régia de 20 de abril de 1759, da decisão de expulsá-la de Portugal e seus domínios; e o alvará de 3 de setembro de 1759, que ordenou fossem os jesuítas havidos por desnaturalizados, proscritos, exterminados e expulsos para sempre.

Apesar de pioneira, a medida não se constituiu numa exclusividade portuguesa. A Sociedade de Jesus também foi expelida da Espanha, por Carlos III, através do Real Decreto de 27 de fevereiro de 1767, como já o fora da França de Luís XV, em 1764, e o seria da Nápoles de Fernando IV, em 1767. A Sociedade foi, afinal, extinta pelo papa Clemente XIV, mediante o **breve de supressão “Dominus ac Redemptor Noster”, de 21 de julho** de 1773, mas sobreviveu na Prússia de Frederico II e na Rússia de Catarina II, Paulo I e Alexandre I, até que o papa Pio VII, por meio da **bula “Sollicitudo Omnium Ecclesiarum”, de 7 de agosto** de 1814, restaurou-a em todo o mundo.

A supressão dos jesuítas foi promovida pelos jansenistas, pelos filósofos iluministas contrários ao catolicismo ou ao cristianismo e pelos advogados do absolutismo secular irrestrito. O historiador alemão Leopold Von Ranke afirmou que os jesuítas foram destruídos principalmente por causa da defesa, que faziam, da mais forte **concepção de supremacia da Santa Sé (“Die römischen Päpste, ihre Kirche und ihr Staat im 16 und 17 Jahrhundert”, III, 205**, apud Encyclopaedia Britannica, 14ª edição, volumes 13, **verbete “Jesus, Society of” e 18, verbete “Ranke, Leopold Von”**). Nas Missões, os jesuítas foram substituídos por padres franciscanos, capuchinhos e mercedários.

Ao que tudo indica, a demarcação do Tratado de Madrid foi suspensa em definitivo pelo superveniente desinteresse de ambas as partes. É sabido que, mesmo por ocasião de sua assinatura, o tratado não era bem aceito tanto na Espanha como em Portugal, principalmente porque havia opiniões contrárias à entrega, pela primeira, dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, e pelo segundo, da Colônia do Sacramento. O fim da Guerra Guaranítica, com a aparente eliminação da resistência indígena, não convenceu os portugueses da segurança de um eventual domínio sobre os Sete Povos, potencialmente ameaçados por invasões e insurreições. Por sua vez, os espanhóis não se apressaram em entregá-los por suspeitarem que a Colônia também não lhes seria passada. Não bastassem essas discordâncias e desconfianças, as relações entre Espanha e Portugal também sofreram esfriamento desde 1750. Ao fracasso da demarcação somaram-se outros fatores, tais como o falecimento, em 1758, da rainha espanhola Dona Maria Bárbara, filha de Dom João V, de Portugal, a sucessão do rei da Espanha, o brando Fernando IV, em 1759, por seu irmão Carlos III, partidário de atitudes duras em relação ao reino vizinho, e a ascensão política, desde 1750, do Conde de Oeiras, depois também Marquês de Pombal, que via no Tratado de Madrid um meio de obtenção da Colônia pela Espanha e um sorvedouro de dispêndios para Portugal. Assim, minadas suas bases, a laboriosa e ambiciosa construção do Tratado de Madrid acabou por ruir completamente. O Tratado do Pardo, celebrado em 12 de fevereiro de 1761, cancelou-o, cassou-o e anulou-o, formulando no papel o que já se materializara na realidade do mundo.

Em 4 de novembro de 1756, chegara ao rio da Prata Pedro de Cevallos, para substituir José Andonaegui no governo de Buenos Aires. O novo governador, ciente do êxodo das famílias dos índios missioneiros, muitas das quais imigravam para o território controlado pelos portugueses, mandou instalar uma guarda de 50 homens na entrada do Monte Grande, para evitar o trânsito de migrantes ou refugiados para o rio Jacuí. Esta foi a primeira guarda espanhola permanente, de que se tem notícia na Picada de Boca do Monte e de São Martinho. Não se conhece sua precisa situação: tanto poderia ser na entrada da picada pela campanha, em Boca do Monte, como a entrada da picada pela serra, em São Martinho; a referência à **“entrada do Monte Grande” sugere a primeira** hipótese, mas os acontecimentos futuros permitem que se acolha a segunda. Seja como for, os espanhóis passaram a controlar a passagem de pessoas, animais e carretas pela referida picada.

A Guerra dos Sete Anos, começada em 1756, quase no seu término produziu reflexos na região platina. Por iniciativa de Carlos III, da Espanha, foi firmado, em 15 de agosto de 1761, o Pacto de Família que alinhava, contra a Inglaterra, os monarcas Bourbons dos reinos da França, Espanha e Nápoles, bem como do ducado de Parma. Os coligados esforçaram-se para atrair Portugal que, não querendo romper a aliança inglesa, declarou-se neutro.

A previsão do Conde de Oeiras, contida na carta de 11 de fevereiro de 1762 ao Conde de Bobadela, de que esperava guerra com a Espanha, não tardou em concretizar-se. Na Europa, Portugal teve seu território invadido em 30 de abril de 1762. Na América, Pedro de Cevallos, partindo de Buenos Aires, assediou a Colônia do Sacramento desde 7 de setembro de 1762; passando a atacá-la em 5 de outubro de 1762, obteve sua capitulação em 29 de outubro de 1762 e, por fim, seu abandono em 1º de novembro de 1762, por Vicente da Silva da Fonseca. Depois, dirigiu-se a Maldonado, de onde, em 8 de abril de 1763, à testa de uns 3.000 soldados com 24 canhões (20 peças de campanha e 4 morteiros pesados), marchou contra a fortaleza de Santa Teresa e o forte de São Miguel, situados na angostura de Castilhos. Na fortaleza, armada com 10 canhões (8 médios e 2 pequenos), Tomás Luís Osório rendeu-se a ele em 18 de abril de 1763, sem combater, com 150 dos mais de 1.000 homens que a guarneciam, tendo os demais desertado. O forte também lhe foi entregue sem resistência, na mesma data. Por fim, em 24 de abril de 1763, tomou Rio Grande a Inácio Elói de Madureira e, em 12 de maio de 1763, atravessou o canal e estabeleceu-se na margem norte, a cerca de uma légua de distância.

Cevallos, a par de sua investida contra Rio Grande, não descurou a invasão pelo vale do rio Jacuí. Ordenou a Antonio Catani avançasse das Missões contra Rio Pardo. Catani, a frente de uns 500 corrientinos e 2.000 índios, aproximou-se da margem direita do rio Jacuí e acampou no Monte Grande, junto ao arroio Santa Bárbara, onde levantou um fortim e aguardou ordens para investir contra Rio Pardo. No entanto, os portugueses, sob o comando de Francisco Pinto Bandeira, tomaram a iniciativa de atacá-lo com 1 esquadrão de dragões [soldados de cavalaria treinados para combater também como infantas] e 4 companhias de aventureiros [combatentes irregulares] paulistas, o que fizeram em 1º de janeiro de 1763, surpreendendo-o, dispersando sua hoste e arrasando o fortim. Os vencedores apoderaram-se de 6 canhões, sendo 4 falconetes de bronze e 2 pedreiros de ferro, 7 barrís de pólvora, muitas balas e espingardas, 5.000 cavalos e 9.000 reses, além de prisioneiros.

O Tratado de Paris, celebrado em 1º de fevereiro de 1763, e o armistício de 6 de agosto de 1763, trouxeram a paz aos beligerantes, mas Portugal somente conseguiu da Espanha a restituição da Colônia, em 29 de dezembro de 1763, nas mãos de Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento. Decepcionados, os portugueses desencadearam contra os espanhóis uma guerra dissimulada de operações limitadas e escaladas, visando à recuperação do território perdido e não devolvido. Essa estratégia rendeu-lhes, inicialmente, o retorno à margem esquerda do canal da lagoa dos Patos, por obra do assalto ordenado por José Custódio de Sá e Faria, em 31 de maio de 1767, conquanto tivesse fracassado a tentativa de retomar a vila de Rio Grande, em 28 de maio de 1767.

A reação espanhola foi levada a efeito pelo exército de Juan José de Vertiz y Salcedo, que, tendo começado sua marcha em Montevideu, a 27 de outubro de 1773, invadiu o Continente pelo vale do rio Negro, levantou o forte de Santa Tecla, na elevação situada entre o arroio Bagé e o rio Pirai-mirim, e avançou coadjuvado pelas tropas de José de Molina, vindo de Rio Grande, e Antonio Gómez de Velasco, das Missões. Após ver Gómez de Velasco ser derrotado e aprisionado no combate do arroio Santa Bárbara, em 2 de janeiro de 1774, por Rafael Pinto Bandeira, Vertiz forçou a passagem do arroio Piquiri, em 5 de janeiro de 1774, mas teve sua vanguarda repelida no combate do arroio Tabatingaí, em 14 de janeiro de 1774, também por Rafael Pinto Bandeira. Diante desses maus êxitos, Vertiz resolveu deter-se diante de Rio Pardo e deu sua missão por concluída em 10 de janeiro de 1774, iniciando sua retirada, em 17 de janeiro de 1774, e terminando-a em 9 de fevereiro de 1774, junto ao canal de São Gonçalo. Desse ponto, Vertiz retornou a Montevideu passando por Rio Grande e pelo arroio Chuí.

A reconquista portuguesa completou-se quase dois anos depois.

A guarda espanhola de São Martinho foi desbaratada em 31 de outubro de 1775, por Rafael Pinto Bandeira; o forte de Santa Tecla rendeu-se, em 26 de março de 1776, ao mesmo Rafael Pinto Bandeira, sendo em seguida arrasado; e a vila de Rio Grande foi retomada, em 2 de abril de 1776.

Os portugueses do chamado Exército do Sul, comandados por João Henrique de Bohem, reuniram-se na margem norte do canal de Rio Grande; eram cerca de 6.233 soldados e 16 peças de artilharia, ocupando São José do Norte e guarnecendo 5 fortificações. Defrontavam-se com eles os espanhóis de José de Molina, estabelecidos na margem sul, em Rio Grande e nas 8 fortificações que a defendiam. Em 19 de fevereiro de 1776, a esquadra lusitana de Roberto Mac Douall forçou a barra de Rio Grande com 2 fragatas, 2 corvetas, 3 sumacas, 1 chalupa e 1 bergantim, ao todo 9 navios, 114 canhões e 770 tripulantes, e empenhou-se num combate contra a esquadra espanhola de Francisco Xavier de Morales, composta de 1 corveta, 2 brigues e 2 sétias, montando 88 canhões; Mac Douall perdeu 1 chalupa, 1 sumaca, 17 canhões, 11 mortos e 30 feridos, ao passo que as baixas de Morales limitaram-se a 16 mortos e 24 feridos. O assalto a Rio Grande deu-se em 1º de abril de 1776, com a participação da esquadra portuguesa de Jorge Hardcastle, forte de 2 fragatas, 4 corvetas e 1 sumaca, ao todo 7 navios, 103 canhões e 765 tripulantes. Da esquadra espanhola de Morales, formada por 1 galeão, 3 bergantins, 2 setias e 2 sumacas, somando 8 navios, 110 canhões e 410 tripulantes, apenas seu chefe com 1 bergantim, 1 setia e 1 sumaca, 40 canhões e 145 tripulantes, lograram transpor a barra e adentrar o

oceano; das demais embarcações, o galeão, 1 setia e 1 bergantim naufragaram, e 1 bergantim e 1 sumaca incendiaram-se. Ao ocuparem Rio Grande, em 2 de abril de 1776, os portugueses de Boehm apossaram-se de 88 canhões deixados pelos espanhóis de Molina, sendo 51 terrestres e 37 navais.

O ataque a São Martinho teve os objetivos estratégicos de inquietar, enfraquecer e privar de recursos os espanhóis, porém, acima de tudo, de fechar-lhes a porta à campanha e abri-la aos portugueses para o acesso às Missões Orientais do Uruguai. A guarda de São Martinho consistia em uma trincheira reforçada por uma estacada, armada com uma bateria de artilharia e disposta de modo a barrar a entrada da picada. Defendiam-na 22 dragões e 150 índios, sob as ordens de 1 tenente, Manuel Alvarez. Os atacantes eram 150 homens ou 1 companhia de cavalaria ligeira, saídos da guarda de Encruzilhada em 19 de outubro de 1775, e 1 companhia de dragões, saída de Rio Pardo em 22 de outubro, que fizeram junção no passo do Piquiri. Em 31 de outubro de 1775, os portugueses, por uma nova picada aberta na serra mais a leste, surpreenderam seus adversários e os desbarataram após curto combate. Os defensores perderam 1 dragão e 3 índios mortos, 21 dragões e 21 índios prisioneiros, tendo os demais índios se salvado pela fuga; os atacantes não tiveram baixas. Dentre os bens apresados, 1 morteiro, 6 órgãos de fogo [canhões pequenos], 40 armas [espingardas, carabinas ou clavinhas], 19 pistolas, 16 terçados [espadas curtas], 23 baionetas, 39 lanças, 150 mulas mansas, 2 burros, 1.100 cavalos, 200 éguas **xucras, 250 bois mansos e 6.000 cabeças de gado. Da “Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho”, de Romeu Beltrão, vale transcrever (p. 42):**

“(…) Segundo uma fonte, os conquistadores foram até o Rincão de São Pedro, atual São Pedro do Sul, onde saquearam ‘um pequeno posto espanhol’ e a estância missioneira lá existente, donde partiram para Rio Pardo com ‘270 bois mansos, 168 muares, 980 animais cavalares e 2.901 reses, que tudo foi avaliado em 7 contos, 518 mil e 980 réis. (...) Passaram pelo Passo dos Ferreiros, hoje da Ferreira, defronte ao Rincão de Santa Maria, e cruzaram o Jacuí pouco acima da confluência do Vacacaí-Grande. O Visconde de São Leopoldo (p. 125) registra que, após o assalto a São Martinho, Pinto Bandeira avançou 12 léguas ‘até as estâncias de São Pedro e São José’, podendo ser a estância de São Pedro Tujá, entre a hoje Estação Ferroviária de Taquarém **bó e a cidade de Júlio de Castilhos, ‘recolhendo-se com 4.000 reses, 200 cavalos, 200 mulas, bois mansos etc., avaliou-se o total do saque em 7 contos, 618 mil e 980 réis’. (...)”**

Por sua vez, Tau **Golin, em “A Fronteira 3”,** consignou (p. 367):

“(…) Os ataques dos milicianos de Rafael Pinto Bandeira à guarda de San Martín (atual São Martinho da Serra), em 31 de outubro de 1775, foram comunicados pelo capataz Blas Gomes, de uma das estâncias de São Miguel.

(...)

Assim que recebeu o recado do capataz, o capitão Francisco Piera formou uma partida com o capitão Félix Mestre, o alferes-de-dragões Francisco Xavier Piera e setenta cavalarianos. (...) Às 14 h do dia 4 de novembro, chegou nas proximidades da Boca do Monte Grande, entrada da estrada de

subida da serra para São Martinho. A cavahada castelhana estava **‘sumamente fatigada’ pela ‘marcha acelerada’**. **Caybate ficava a mais de 120 km**. Por essa razão, Piera mandou acampar e destacou um piquete de reconhecimento, liderado pelo alferes Francisco Xavier Piera, com **10 homens**. **Ao chegarem na ‘boca do monte’, encontraram destrocada a guarda indígena de controle, com roupas ensanguentadas e restos de munição pelo chão e o local com o rastro da passagem de considerável tropa de gado vacum e cavalari**.

No dia 5 de novembro de 1774 [1775], cuidando-se de possíveis emboscadas, um destacamento castelhano, formado pelo capitão Félix Mestre, o alferes Francisco Xavier Piera e 25 homens, com os melhores cavalos, ingressou na estrada que serpenteava os peraus em meio à mata fechada e que conduzia até a sua saída, em um platô de campos no cume da serra.

(...)

Quando saiu no descampado do planalto, deparou-se com uma cena desoladora. A Guarda de San Martín estava **aruinada, ‘queimados todos os ranchos e estacadas’**.

(...)

No fatídico dia 31 de outubro, as tropas de Pinto Bandeira entraram em São Martinho por dois caminhos. Usaram a antiga estrada missioneira da Boca do Monte, mas também abriram uma trilha nova, por onde cruzaram os matoeiros a pé para surpreender a guarda. Tal operação realizava-se sob o preceito da tática paulista e brasileira para realizar a surpresa ou emboscar.

(...)

Somente em 9 de novembro de 1775, o tenente-general Boehm recebeu informações sobre a operação das tropas leves e dragões apaisanados em São Martinho. Tratou de comunicar, imediatamente, ao vice-rei [do Brasil]. **(...)**”

Nesse ataque, confundiram-se os preceitos da guerra regular com os da guerrilha irregular. Excessos de certo foram cometidos, porém eram costumeiros no tempo e no lugar, como o são nos conflitos atuais e, presumivelmente, nunca deixarão de sê-lo enquanto houver guerra. É de se acreditar que nem todos os despojos tornaram-se reíúnos, mas, se lesão houve à Fazenda Real, ninguém foi punido por praticá-la.

A Espanha não ficou inerte ante a contraofensiva portuguesa do primeiro semestre de 1776. Sua reação foi imediata ao conhecimento dos fatos, que teve no final de junho de 1776. Em 1º de agosto de 1776, foi criado o vice-reinado de Buenos Aires ou do rio da Prata, sendo Pedro de Cevallos nomeado vice-rei. Três dias depois, recebeu Cevallos, de Carlos III, instruções reservadas sobre a atividade militar a ser desenvolvida no rio da Prata e no sul do Brasil. Em 5 de agosto de 1776, o projeto espanhol já era conhecido do embaixador português em Madrid, que o comunicou ao Marquês do Pombal. Em 9 de outubro de 1776, o governo de Lisboa fez saber ao vice-rei do Brasil, Antônio de Almeida Portugal, Marquês do Lavradio e Conde de Avintes, as instruções de Carlos III ao almirante da esquadra e do comboio que se aprestavam em Cadiz, Francisco Xavier Everardo-Tilly, Marquês de Casa Tilly.

A armada espanhola se fez ao mar em 13 de novembro de 1776. De 17 a 30 de janeiro de 1777, deteve-se na ilha de Trinidad ou da Ascensão. Em 20 de fevereiro de 1777, sem oposição da esquadra portuguesa - às ordens de Robert Mac Douall, composta de 12 belonaves ou 4 naus, 4 fragatas, 2 sumacas, 1 hiate e 1 bergantim e montando 282 canhões - fundeou na costa da ilha de Santa Catarina. Antônio Carlos Furtado de Mendonça e os menos de 2.000 defensores, apesar de contarem com 3 fortalezas, 1 forte e 2 trincheiras, artilhadas com 203 canhões, não se dispuseram a resistir e capitularam sem nenhuma reação efetiva, em 5 de março de 1777.

Cevallos, a seguir, atacou a Colônia do Sacramento, em 22 de maio de 1777. A rendição da tropa que a guarnecia, comandada por Francisco José da Rocha, em 3 de junho de 1777, não impediu fossem minadas as muralhas, obstruído o porto e derrubados os principais edifícios, bem como dispersada a população. Desta feita, não haveria devolução.

Suprimida a Colônia, Cevallos passou a Maldonado para preparar a ofensiva contra Rio Grande. Neste lugar, alcançou-o a ordem de seu rei, Carlos III da Espanha, para interromper as operações bélicas.

Ao fim e ao cabo, a expedição espanhola, exceto quanto à retomada de Rio Grande, alcançou seus objetivos. Todavia, seu custo pode ter excedido o benefício, eis que se fez necessário, para efetivá-la, o vultoso gasto com o preparo e o envio, da Europa à América do Sul, de 20 navios de guerra - 6 naus de linha, 1 fragata, 7 corvetas, 2 paquebotes, 2 bombardeiras, 1 bergantim e 1 sétia - com 674 canhões navais, 5.148 marinheiros e 1.308 infantes de marinha, além de 97 transportes com 71 canhões terrestres e 9.383 soldados de desembarque, ou seja, 117 navios, 745 canhões e 15.839 homens.

Dom José I, de Portugal, faleceu em 24 de fevereiro de 1777, subindo ao trono real sua filha Dona Maria I, sobrinha de Carlos III, rei da Espanha. O Marquês do Pombal demitiu-se em 4 de março de 1777. A paz voltou à região conflagrada por obra de um armistício que se tornou conhecido, no Rio de Janeiro, em 10 de agosto de 1777, e em Maldonado, em 27 de agosto de 1777.

O superveniente Tratado Preliminar de Paz e Limites, com 25 artigos, foi assinado em Santo Ildefonso, a 1º de outubro de 1777, pelo plenipotenciário Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, por Portugal, e pelo ministro João Moñino, Conde de Florida Blanca, pela Espanha. Ao Tratado de Santo Ildefonso seguiu-se, em 11 de março de 1778, um Tratado de Amizade, Garantia e Comércio. A propósito daquele **pacto, referiu Hélio Vianna na sua “História Diplomática do Brasil” (p. 73):**

“(...) De acordo com esse convênio, devolveu a Espanha a Ilha de Santa Catarina e modificava a linha de limites estabelecida no Tratado de Madrid, na parte do Sul, de modo a ficar, não só com a Colônia do Sacramento, mas com os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, dominando as navegações do Prata e desse rio, alcançando-o não mais pelo Ibicuí, porém junto à foz do Pepiri-Guaçu. Além disso, teriam início os limites sulinos na barra do Chuí, e não junto à ponta de Castilhos Grandes, de modo a passar pela Lagoa Mirim e não mais pelas cabeceiras de seus tributários, prosseguindo pelo divisor das águas do centro do atual Estado

do Rio Grande do Sul até atingir o citado Pepiri-Guaçu. Daí em diante, a divisória era quase a mesma do ajuste de 1750, com modificações, inclusive na Amazônia, entre os Rios Japurá e Negro. (...)”.

Fazia-se, pois, necessária nova demarcação, que teria destino semelhante ao da anterior.

A demarcação do Tratado de Santo Ildefonso deveria reger-se pelas instruções de 6 de junho de 1778, que seccionavam a linha fronteira em quatro divisões. À primeira divisão incumbiria a demarcação da linha entre o arroio Chuí e a entrada do rio Igureí no rio Paraná, com base nos artigos III a VIII, do Tratado, partindo os portugueses de Rio Grande e os espanhóis de Montevideú. À segunda, a demarcação entre a entrada do rio Igureí no rio Paraná e a boca do rio Juru no rio Paraguai, com base no artigo IX, do Tratado, partindo os portugueses de São Paulo e os espanhóis de Assunção. À terceira, a demarcação entre a boca do rio Juru no rio Paraguai e a boca mais ocidental do rio Japurá no rio Amazonas, com base nos artigos X e XI, do Tratado, partindo os portugueses de Vila Bela do Mato Grosso e os espanhóis de Santa Cruz de la Sierra. E à quarta, a demarcação entre a boca mais ocidental do rio Japurá no rio Amazonas e os confins dos domínios de ambas as monarquias nos montes [florestas] entre os rios Orenoco e Amazonas, com base no artigo XII, do Tratado, partindo os portugueses do Grão Pará e os espanhóis de São Fernando ou Pebas. Cada divisão deveria compreender 2 comissários, 2 geógrafos, 2 práticos e comitiva proporcionada a este pessoal e ao serviço a ser por ele desempenhado.

Para a primeira divisão, organizada em 12 de fevereiro de 1781, o vice-rei do Brasil, Luís de Vasconcelos, nomeou primeiro comissário a Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara. Seu concorrente espanhol foi José de Varella y Ulloa. Também compunham a primeira divisão portuguesa Francisco João Roscio, segundo comissário; Domingos da Ponte Cabral, ajudante; Alexandre Eloy Portelli, engenheiro; Francisco das Chagas Santos, ajudante de engenheiro; Joaquim Félix da Fonseca e José de Saldanha, matemáticos; Manoel José da Silva e Menezes e Sebastião Pereira Barbosa, comissários assistentes e pagador; João Manoel de Abreu, cirurgião; e Euzébio Manoel Antônio, relojoeiro.

Os trabalhos demarcatórios da primeira divisão tiveram início em 22 de janeiro de 1784; a primeira conferência dos comissários realizou-se em 6 de fevereiro de 1784; e o primeiro marco foi assentado a 150 braças [330 metros, se adotada a braça luso-brasileira de 2,20 metros, ou 274,35 metros, se tomada a braça anglo-saxônica de 1,829 metros] da embocadura do arroio Chui, em 11 de março de 1784. Contudo, o artigo VIII, do Tratado de Santo Ildefonso, previa a demarcação da linha fronteira entre a entrada do rio Pequiri, ou Pepiri-Guaçu, no rio Uruguai e a entrada do rio Igureí no rio Paraná. Convindo iniciar-se este trecho da demarcação, a primeira divisão, em 7 de dezembro de 1786, repartiu-se em duas subdivisões: a primeira subdivisão, sob a direção de Saldanha e incluindo Portelli, continuou os trabalhos demarcatórios desde as cabeceiras do rio Pirai, junto ao forte de Santa Tecla [reconstruído após ter sido arrasado?], ao passo que a segunda subdivisão, chefiada por Roscio e incluindo Fonseca e Chagas Santos, encarregou-se dos trabalhos a serem efetuados do rio Pepiri-Guaçu ao rio Igureí. Saldanha redigiu um **“Diário Resumido e Histórico ou Relação Geográfica das Marchas, e Observações Astronômicas, com Algumas Notas sobre a História Natural, do País”, sinopse do**

diário geral da quarta campanha de 1786/1787, do qual se extraem as seguintes transcrições, que proporcionam detalhada descrição da Picada de Boca do Monte e São Martinho (p. 252):

“(…) Quinta-feira, 29 [de março de 1787]. (...) Um quarto de légua ao norte do acampamento **nto d’aguada de** São João [Durasnal de São João], subimos a uma colina, cotovelo que faz neste lugar, para oeste, o Albardão Grande [Coxilha Grande], em cujo seio, e quebrada de leste há um grande capão de mato, e seguindo-se mais légua e meia a nordeste, atravessando as faldas, e sangas ocidentais da mesma Coxilha Grande, continuamos por ela por mais duas milhas, e meia até a boca do Monte Grande, ou princípio da primeira picada do mato na Serra, pela qual entramos no primeiro quarto de légua, ainda pelo Albardão Grande; porém no segundo já por lombas ao poente dele, e desta sorte saímos no campestre, que há entre a Serra: por este caminhamos dois terços de légua, passando algumas sangas, e regatos, que vêm mais de leste dos serros da Coxilha Grande. Depois do que tornamos a entrar na segunda picada, e mato, de montanhas mais altas, por entre as quais correm também de leste para oeste, dois riachos, e o rio Ibicuí-miri, com bastante água corrente, por cima de grandes, e redondos calhaus, na mediania deste mato, do qual concluída finalmente uma légua, com duas ásperas subidas, chegamos ao campo de cima da Serra, ou da banda do norte, onde existem os ranchos da Guarda de S. Martinho, em uma pequena enseada, ou recanto, que faz o arvoredado para o sul. (...) Nesta primeira derrota, todas as caídas para leste da Coxilha Grande, são abundantemente cheias de bosques, e formam alguns galhos para o Vacacaí-miri, ou Arenal. O terreno é bastante dobrado o que não deixa perceber de longe, o seguimento dos Albardões. Do lado de oeste as colinas são mais baixas, sem tanto arvoredado, e terminam no Ibicuí-miri, à distância como de uma légua, e menos, de sorte que este rio sai da Serra, uma milha ao ocidente da boca do Monte Grande. Aqui houve antigamente, uma estância invocada de S. Lucas, habitada pelos índios, erigida pelos padres da Companhia [de Jesus].

‘Da Estrada ou Picadas do Monte Grande’

A esta entrada da primeira picada do Monte Grande da banda do sul, chamam os índios tapes de três modos, ou caa-roque, que significa porteira do mato, ou caa-guas-roque, porteira do grande mato, ou enfim caa-yuru, boca do mato, porquanto yuru quer dizer boca.

Principia ela na largura, como de duas braças por baixo do arvoredado copudo, e alto, tem no primeiro quarto de légua uma colina não muito elevada da mesma Coxilha Grande, e depois segue baixando a um vale, onde de inverno se formam alguns pântanos, e um córrego, que vem da direita ou de leste da volta que por aquele lado vai fazendo o referido Albardão Geral. Do vale sobe-se a outra lomba maior, ou montanha, e por ela continua a estrada do bosque acabando esta primeira picada no campestre com a extensão de meia légua.

‘Do Campestre’

Este a que os espanhóis chamam – campechuelo, tem duas milhas de comprimento pela estrada, que segue descendo no primeiro quarto de légua por uma ponta de coxilha, até o vale por onde passam dois riachos, que vêm de várias caídas, e vertentes mais a leste coisa de uma légua dos

serros altos, e ásperos, com quebradas partes descobertos, partes cheios de arvoredos, e pelos quais atravessa o Albardão Grande. O rio Ibicuí-miri, por entre o mato, corre aqui o pé da estrada pela banda ocidental, recebendo estas águas, e unindo o seu arvoredos com o de todos aqueles cerros, ou agudos montes da outra costa. Depois do vale torna a estrada a voltar mais para nordeste, e por terreno mais superior, do qual se torna a baixar para chegar à boca da segunda picada, antes da entrada da qual, do lado ocidental, estava no tempo da última guerra um posto avançado da Guarda de São Martinho, agora só persistem alguns pessegueiros desse tempo.

'Da Segunda Picada'

Logo no princípio deste mato há outro riacho, porém também seco no verão, sendo pouco suficientes as suas vertentes, para sustento de tantas raízes do bosque, por pequenas subidas, e descidas, e espaços planos, segue o caminho, e atravessa outro arroio [arroio da Água Negra], que corre com a mesma direção de leste oeste, no fim do primeiro quarto de légua. Há aqui mais ao poente, fora da estrada, a pouca distância e dentro do mato um cerrito, ou monte agudo [cerro de São Miguel], cheio todo de arvoredos, de custosa subida a pé, e que termina em uma grande pedra quadrada, sobre a qual afirmam os índios tapes, se acham esculpidas as plantas dos pés do Anjo São Miguel, de uma das três vezes, que ele baixava a pregar-lhes abraçassem a fé católica, é verdade que se vê em a dita pedra, duas pequenas escavações, que poderiam em algum tempo representar a efígie das solas dos pés, porém já hoje não têm semelhança alguma ao que respondem proceder de várias lascas, que lhe têm tirado para relíquias. Junto desta pedra puseram uma grande cruz de madeira, e nela quase sempre lhe conservam uma pequena bandeira de pano branco, na extremidade de uma cana naquela cruz, e nas vizinhas pedras se divisam vários nomes escritos em guarani, que já pouco se percebem [Romeu Beltrão anotou terem existido esses nomes até cerca de 1940, quando oficiais do Exército tentaram removê-los das pedras e acabaram por destruí-las].

Pela mediania desta segunda picada, que excede de uma légua, por causa das muitas voltas, atravessa o rio Ibicuí-miri com bastante água e correnteza, por cima de puros calhaus, que formam o seu leito, e na direção do nascente para o poente, antes de se chegar a este passo do Ibicuí-miri, a picada, e estrada, continua por uma plana rua, qual a de um jardim, depois do rio para o norte é o terreno de lombas altas, ou montanhas, até que no fim deste segundo mato se chega a duas ásperas, e pedregosas subidas, como degraus naturais da terra, para se sair no campo superior.

'Da Guarda de São Martinho'

E no mencionado recanto do mato, e na situação geográfica dita sobre o elevado terreno da parte do norte desta Serra, e logo pouco adiante da saída da picada, está a guarda chamada de São Martinho, conquistada por assalto pelos portugueses na última guerra [Rafael Pinto Bandeira, 31 de outubro de 1775], dela presentemente se servem os espanhóis como guarda de registro, para evitar os contrabandos das suas povoações das Missões Orientais, e do norte, com as fronteiras portuguesas do Rio Pardo, e de comunicar as suas notícias a Buenos Aires, não só pelo correio das Missões, mas também pelos postilhões, que por terra por Santa Tecla a Montevideu.

Um alferes auxiliar corrientino D. Pedro Paulo de Figueroa, que foi nosso prisioneiro na passada campanha deste Continente é agora o seu comandante. Um número de índios tapes, de cinquenta até sessenta dados e mudados todos os meses pelos Povos Orientais das Missões, são os seus soldados, e os seus serventes. Um rancho coberto de palha junto a uma pequena horta para o comandante, e outros bem mal reparados para os índios, são o seu forte, estacada, e fossos, em que assiste **tem. (...)**”

Quem percorresse esse histórico trajeto em meados do século passado, das localidades de Boca do Monte a São Martinho, então sedes dos 7º e 6º Distritos do Município de Santa Maria, respectivamente, de certo confirmaria, em seu esboço geral, a minuciosa descrição de Saldanha, que impressiona pela capacidade de proporcionar ao leitor uma imagem nítida e viva do seu objeto.

A demarcação do Tratado de Santo Ildefonso arrastou-se até 27 de janeiro de 1797, quando Francisco João Roscio, segundo comissário da primeira divisão e chefe da segunda subdivisão demarcadora, retirou-se do povo missioneiro de Santo Ângelo Custódio para Rio Pardo porque seu concorrente Diego de Alvear, por resolução unilateral, tomara a iniciativa de deixar aquele povo e estabelecer-se no povo de São Luís Gonzaga. Em 13 de maio de 1797 e nos dias seguintes, a segunda subdivisão, fracionada em duas partes, uma às ordens de Francisco das Chagas Santos e outra sob o comando de Joaquim Félix da Fonseca, transferiu-se sucessivamente de Santo Ângelo Custódio para o povo de São João Batista. Em 13 de junho, novamente reunida, a segunda subdivisão recebeu do primeiro comissário da primeira divisão demarcadora, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, através de Róscio, ordem de sair de São João Batista, descer a Serra de São Martinho e acampar junto à guarda portuguesa de São Pedro, no passo do arroio dos Ferreiros. A constituição dessa segunda subdivisão, quando do seu desmembramento da primeira divisão, dá ideia do seu porte: Roscio, comandante; Fonseca, astrônomo; Chagas Santos, ajudante; um esquadrão de cavalaria composto de 30 homens, 15 dragões e 15 voluntários, com um capitão destes e um tenente daqueles; 1 capelão; 1 cirurgião; 1 relojoeiro com a coleção de instrumentos matemáticos; 3 artífices; 2 carpinteiros; 1 ferreiro; 2 capatazes da boiada; carretas e cavalhadas; 8 peões ou moços do trabalho de campo; 1 pedreiro; e os escravos dos oficiais.

O acampamento, afinal, foi instalado no vizinho Rincão de Santa Maria, dando origem à cidade homônima e sendo mantido no local até que, pelas ordens de 26 e 30 de agosto de 1801, do primeiro comissário Veiga Cabral da Câmara, veio a ser levantado, seguindo os militares para os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai para ajudar na conquista aos espanhóis, e os paisanos, como capatazes e peões, sendo despedidos com baixa, exceto os artífices, destinados a Porto Alegre. Os trabalhos demarcatórios, interrompidos em 1797 com os afastamentos de Alvear e de Roscio, não mais foram restabelecidos.

A Espanha de Carlos IV, sucessor de Carlos III, sustentou a paz com Portugal, acordada em 1777 mediante o Tratado de Santo Ildefonso, até não mais resistir à pressão da França, que se ressentia da aliança anglo-portuguesa e da consequente atuação conjunta de esquadras desses aliados no mar Mediterrâneo. Acabaram, Espanha e França, por firmar, em 29 de janeiro de 1801, um tratado em Madrid. Esse acordo acarretou a declaração de guerra das partes signatárias a Portugal, em 27 de

fevereiro de 1801, seguida da invasão do território português, em 20 de maio de 1801. Por sua vez, Portugal declarou-lhes guerra em 24 de maio de 1801. Foi a chamada Guerra das Laranjas. As hostilidades, na Europa, duraram poucas semanas e a pacificação foi celebrada através dos Tratados de Badajoz, de 6 de junho de 1801.

No Continente do Rio Grande de São Pedro, a notícia da guerra tornou-se conhecida em 15 de junho de 1801 e foi confirmada no dia 22 de junho de 1801; por conseguinte, já em 4 de julho de 1801 dispunha-se sobre medidas defensivas. Passando à ofensiva, os portugueses de Manoel Marques de Souza, em 17 de outubro de 1801, investiram contra Cerro Largo, lugar da concentração espanhola comandada por José Bolaños, que capitulou em 30 de outubro de 1801. Os espanhóis de José Ignacio de la Quintana avançaram contra Rio Pardo, atravessando os campos da costa do rio Ibicuí com a intenção aparente de passar o rio Santa Maria, mas foram detidos no passo da Lagoa pelos portugueses de Patrício José Correia da Câmara e retiraram-se sem combater seriamente, de modo que, em 6 de novembro de 1801, a ameaça de invasão estava dissipada.

Em julho de 1801, a guarda portuguesa de São Pedro, postada junto ao passo do arroio dos Ferreiros, nas proximidades da entrada da Picada de Boca do Monte e São Martinho, era comandada por Francisco Barreto Pereira Pinto. Aparentemente por sugestão sua, Manoel dos Santos Pedroso, estancieiro na costa do arroio Sarandi, lugar não muito distante, que reunira 20 companheiros, na maioria seus peões, percorreu a Picada de Boca do Monte e São Martinho e caiu de surpresa sobre a guarda espanhola de São Martinho, que abandonou sua posição sem resistência significativa. Depois de tomado, o local da guarda de São Martinho foi entregue por Pedroso a um contingente da guarda de São Pedro, sob o comando do alferes André Ferreira de Andrade. São Martinho tornou-se ponto de reunião das partidas portuguesas que subiam a picada para, na Serra, hostilizarem os espanhóis. José Borges do Canto, com 13 homens e Antônio de Almeida Lara, com 12, chegados em 1º ou 2 de agosto de 1801, juntaram-se a Gabriel Ribeiro de Almeida, com 6 acompanhantes, e a Antônio dos Santos, com 8 e, em 3 de agosto de 1801, formando uma hoste de 43 homens sob a chefia de Canto, avançaram contra a estância, posto ou guarda espanhola de São Pedro Tujá, próxima à atual cidade de Júlio de Castilhos, que encontraram já ocupada por 7 homens da força de Pedroso. Este foi o auspicioso início da campanha, que resultou na conquista dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai. Embora se possa admitir que tudo teve começo com a iniciativa espontânea de Pereira Pinto ou Pedroso, parece verossímil a hipótese de o empreendimento ter sido estimulado, de Rio Grande, por Sebastião Xavier da Veiga Cabral e Câmara, por intermédio de Patrício José Correia da Câmara, em Rio Pardo.

Acabado o conflito na região missioneira, em 24 de dezembro de 1801, São Martinho converteu-se em porta de entrada, no Continente do Rio Grande de São Pedro, de parte do espólio apresado ao inimigo por Francisco Carvalho. Pela picada, baixaram para Boca do Monte 7.700 cabeças de gado de toda espécie, postas sob a administração de um capataz. É possível que fossem acompanhadas de 6 carretas, mil e tantas varas de pano de algodão [1 vara, 1,1 m] e 12 terços [bolsas de couro, surrões] de erva-mate. Desceram também por ela indígenas a caminho das povoações que se formavam às margens do rio Jacuí, fugindo da desordem reinante nos decadentes Sete Povos e buscando melhores condições de vida. No acampamento de Santa Maria, os índios arrancharam-se em um arrabalde denominado Aldeia,

localizado entre duas sangas que fluíam da encosta oeste da coxilha cuja crista era formada pela rua de São Paulo, hoje do Acampamento: uma entre as atuais ruas Gaspar Martins e José Bonifácio, outra à altura da hodierna rua Tuiuti; essa área, atualmente, corresponde aos quarteirões formados pelas ruas do Acampamento, Pinheiro Machado e José Bonifácio, bem como pela praça Roque Gonzales e o recinto do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo.

Três observações importantes cabem a respeito do Tratado de Badajoz, de 6 de junho de 1801.

Primeira. Na América do Sul, as operações militares foram desencadeadas quase dois meses depois de avençada a paz na Europa. Teriam se iniciado mesmo depois de conhecido o acordo pacificador? Soube-se da guerra, no Continente do Rio Grande de São Pedro, em 15 de junho de 1801; como ela estalou em 20 de maio de 1801 e foi declarada por Portugal à Espanha e à França em 24 de maio de 1801, sua notícia teria de cruzar o oceano Atlântico em 22 dias, feito tido como impossível pelos meios disponíveis na época. Em verdade, o que se tornou sabido, no Continente, foi a declaração de guerra pela Espanha e pela França a Portugal, em 27 de fevereiro de 1801, que teve 108 dias para chegar ao sul do Brasil. Todavia, o que dizer de uma notícia de 6 de junho, em relação ao final de julho, passados, no máximo, 55 dias? Em circunstâncias favoráveis, possivelmente um veleiro rápido pudesse trazê-la de além-mar nesse período de tempo. Portanto, é admissível, em tese, que Sebastião José da Veiga Cabral e Câmara, Patrício José Correia da Câmara e Francisco Barreto Pereira Pinto já tivessem conhecimento do Tratado de Badajoz quando do ataque de Manoel dos Santos Pedroso à guarda espanhola de São Martinho.

Segunda. Portugal, além de uma grossa indenização pecuniária, perdeu algumas praças-fortes, sendo Juromenha e Olivença as mais importantes. Recuperou mais tarde a primeira delas mas, até o presente, não logrou reaver a segunda. Destarte, sua vantagem residiu na conquista das Missões Orientais do Uruguai, que jamais devolveu à Espanha. Assim, compensou prejuízo na Europa com lucro na América do Sul.

Terceira. Nos dizeres de **Hélio Vianna em “História Diplomática do Brasil” (p. 83)**:

“(...) Quanto, porém, aos domínios espanhóis e portugueses na América do Sul, **o convênio ‘n**ão estipulou o status quo ante bellum, nem revalidou o de limites de 1777.

Para que este último, o de Santo Ildefonso, continuasse em vigor, seria preciso, **‘de acordo com os princípios** que dominavam naquela época e com a regra observada uniformemente nas negociações de paz entre Portugal e **Espanha’, que o novo tratado o revalidasse, mesmo parcialmente**, ‘Examinando os tratados de paz entre essas duas coroas depois da restauração de Portugal’ – escreveu o Barão do Rio Branco – **‘ver-se-á** que a revalidação expressa de todas as convenções ante bellum, e muito especialmente das que versavam sobre limites, era condição indispensável para que elas readquirissem a anterior vigência. Assim é que o artigo 13º do Tratado de Utrecht, de 6 de fevereiro de 1715, revalidou os tratados de 16 de fevereiro de 1668 e de 18 de junho de 1701; que pelo artigo 2º do Tratado

de Paris, de 10 de fevereiro de 1763, foram revalidados os de 1668 e 1715 e o de 12 de fevereiro de 1761; e pelo artigo 1º do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, foram ratificados os de 13 de fevereiro de 1668, 6 de fevereiro de 1715 e 10 de fevereiro de 1763 em tudo aquilo que expressamente não fosse revogado pelas disposições do novo tratado **do**.

Como, entretanto, como no convênio de Badajoz foi omitida essa cláusula habitual, a **‘Espanha conservou a praça de Olivença, que tinha conquistado pelo direito de guerra, e Portugal todo o território pertencente à Espanha, que em virtude do mesmo direito ocupara na América.’**

Todavia, embora não especificasse o referido Tratado a restituição das terras conquistadas, pretendeu o vice-rei do Rio da Prata obter que se voltasse ao status quo, que era a situação estabelecida no convênio de Santo Ildefonso, conquanto não tivessem chegado a termo as respectivas demarcações. Opôs-se a essas pretensões o Brigadeiro Francisco João Roscio, novo governador do Rio Grande de São Pedro, assim permanecendo definitivamente brasileiro o território dos Sete Povos das Missões Orientais do **Uruguai.**”

Ao final da Guerra da Província Cisplatina, travada entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata de 1825 a 1828, os platinos do Exército do Norte, do qual era primeiro chefe ausente o governador da Província de Santa Fé, Estanislao López e segundo chefe efetivo no comando José Fructuoso Rivera y Toscana, invadiram o território das Missões Orientais do Uruguai.

O comandante brasileiro dessa fronteira, Coronel Joaquim Antônio de Alencastre, ante o fracasso da resistência aos invasores, confessou-se impotente para detê-los, passou o comando ao Tenente-Coronel João José Palmeiro e, em 23 de abril de 1828, retirou-se para São Martinho, descendo a serra pela Picada da Boca do Monte e refugiando-se em Santa Maria, onde se abrigou sob a proteção do Tenente André Ribeiro de Córdova.

Entretanto, a primeira notícia oficial da invasão somente chegou ao conhecimento do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Brigadeiro Salvador José Maciel, em 8 de maio de 1828, trazida pelo Tenente Francisco Xavier Cañete que passara por São Martinho em 29 de abril de 1828, a caminho de Porto Alegre. Este oficial, em 5 de maio de 1828, foi informado por um morador de que o inimigo entrara em Santa Maria em 3 de maio de 1828.

Essa informação devia ser equivocada porque não há evidência de que Santa Maria tenha sido jamais ocupada por qualquer força riverista. É possível, porém, que um destacamento platino tenha tomado São Martinho e a Picada da Boca do Monte, permanecendo nessa posição por algum tempo e talvez fazendo avançar piquetes de exploração pelo caminho até a saída para a campanha. Seja como for, em setembro de 1828 a Picada de São Martinho foi recuperada pelo 24º Regimento de Cavalaria de Segunda Linha, sob o comando do Coronel Olivério José Ortiz.

A importância da Picada de Boca do Monte e ou de São Martinho, mesmo após cessadas a validade e a eficácia dos Tratados de Madrid e de Santo Ildefonso e terminada a Guerra da Província Cisplatina, não acabou de um dia para outro. Reduziu-se pouco a pouco, ao longo do tempo que passava.

A abertura ao trânsito da Picada do Pinhal, em janeiro de 1840, encurtou de 5 léguas o caminho entre Santa Maria e Cruz Alta, deixando de lado a passagem por São Martinho. Essa picada seguia aproximadamente o trajeto da estrada antiga de Santa Maria para o povoado de Pinhal Velho, que não se deve confundir com a povoação de Pinhal Novo, constituída em torno da estação ferroviária de Pinhal. Esta localidade, em 24 de junho de 1952, tornou-se a sede do 8º Distrito do Município de Santa Maria, com o nome de Itaara. A partir de 28 de dezembro de 1995, o Distrito de Itaara desmembrou-se do Município de Santa Maria e foi elevado à categoria de novo município, conservando a mesma denominação.

A Picada do Pinhal, com o passar do tempo melhorada como estrada de rodagem, por volta de 1950 começava na saída do bairro Itararé, passava junto ao morro onde se erguia o monumento aos ferroviários, atravessava os trilhos da ferrovia da Serra depois de ladeá-los pela esquerda por um curto desfiladeiro, descia para o vale do rio Vacacaí-Mirim (campestre do Menino Deus) e subia a Serra do Pinhal galgando ladeira íngreme que, após uma curva apertada para a esquerda, acentuava-se até atingir o planalto e voltar-se para a direita, rumando para o núcleo do povoado do Pinhal Velho. Atualmente, o entorno do trecho descrito acha-se muito modificado e a estrada deve ser pouco utilizada. Seja como for, a picada ou estrada do Pinhal transformou a Picada de Boca do Monte e ou São Martinho em caminho frequentado quase que exclusivamente pelos usuários locais.

Porém, mais uma frustração estava reservada àqueles que esperavam por uma reabilitação da imemorial passagem de Boca do Monte para São Martinho.

Em maio de 1889, na época em que se procediam aos estudos para o traçado da estrada de ferro de Itararé, no Estado de São Paulo, a Santa Maria, houve quem acreditasse na escolha, pelos engenheiros deles encarregados, do percurso pelo vale do rio Ibicuí, através de Caturrita e de Santo Antônio. No entanto, optou-se por correr a linha férrea pelo vale do rio Vacacaí-Mirim, deixando São Martinho a oeste e Pinhal Velho a leste, o que afastou ambas as localidades da ferrovia, cujos trilhos passaram entre elas. Destarte, ficaram à margem do progresso proporcionado pelo transporte ferroviário.

Foram-se os índios, os soldados e os aventureiros. É possível que, vez por outra, algum tropeiro, tocando uma ponta de gado, ou talvez um carreteiro, picando os bois de uma carreta, ainda perpassem vagarosamente o vetusto caminho, costeando a encosta do Cerrito de São Miguel. Talvez lhes ocorra a ideia de que o Arcanjo, envolto num halo, pisando com firmeza na pedra santa e, com sua espada flamejante, rasgando o véu do passado e desvendando a cortina do futuro, quem sabe um dia retorne para devolver aos deslembados a memória de uma passagem cercada de cenários esplendorosos e, aos idealistas, a perspectiva de um caminho seguro para a prosperidade material e a serenidade espiritual.

SEIS QUESTÕES CLERICAIS NA HISTÓRIA DE SANTA MARIA

PRÓLOGO.

A contemplação da história do Município de Santa Maria permite destacar seis momentos críticos em que a comunidade secular e o clero, através de elementos conspícuos ou ocultos, digladiaram-se suscitando questões ruidosas e de repercussão mais ou menos extensa e duradoura.

Os critérios adotados para selecionar as questões a serem examinadas foram, exatamente, os do maior grau de estrépito e do mais notável reflexo no corpo da sociedade.

A hipótese ora sustentada é a de que essas questões expuseram conflitos de afirmação de poder no meio social.

O poder, consoante a colocação de Alfredo Augusto Becker ao formular sua magistral teoria geral do Direito Tributário, deve ser entendido como a capacidade de agir de fato, com o emprego de força ou energia natural e racional. A atuação do agente capacitado seria orientada no sentido de impor sua vontade a outrem no âmbito da sociedade.

Eis as questões selecionadas.

PRIMEIRA QUESTÃO. A OCUPAÇÃO.

Abstraídas as hipóteses de ocupação indígena, é possível afirmar, com razoável segurança, que o povoamento do local onde se veio a levantar a cidade de Santa Maria deu-se a partir da chegada da Segunda Subdivisão, da Primeira Divisão constituída para demarcar os limites estabelecidos pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1º de outubro de 1777, para as colônias dos reinos de Portugal e Espanha na América do Sul (1). Essa chegada ocorreu entre 18 de julho de 1797 – data da comunicação do Capitão de Artilharia e matemático Joaquim Félix da Fonseca Manso, então exercendo a chefia da Segunda Subdivisão, ao comissário espanhol Diego de Alvear, de que iria deixar o povo missioneiro de São João Batista e acampar junto à guarda portuguesa do Passo dos Ferreiros, comandada pelo Capitão de Dragões Francisco Barreto Pereira Pinto – e 17 de fevereiro de 1798 - data do primeiro batizado no oratório do acampamento no Rincão de Santa Maria, localizado no atual centro urbano junto à praça Saldanha Marinho, ministrado pelo Padre Euzébio de Magalhães Rangel e Silva, Capelão da Segunda Subdivisão (2).

A área do Rincão de Santa Maria já fora visitada e descrita pela Primeira Subdivisão, sob a chefia do Capitão Engenheiro e também bacharel em filosofia, matemático, geógrafo e astrônomo José de Saldanha, que nele acampou em 15 de abril de 1787, no atual bairro Passo da Areia. O perímetro desse rincão era formado, ao norte, pela serra do Monte Grande (a borda do planalto hoje conhecido

vulgarmente como Serra); ao leste, por uma restinga que se estendia do arroio Vacacaí-Mirim (hoje Arenal) ao rio Araricá (hoje Vacacaí-Mirim); ao sul, pelas elevações do Serrito e do cerro atualmente conhecido como do Cardoso; e ao oeste, pelo arroio de Santa Maria (hoje Cadena, Olaria e Taquarixim) (3).

O Rincão de Santa Maria incluiu-se na sesmaria que, em 1789, foi concedida a Francisco Antônio Henriques de Amorim, morador da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, atual cidade de Cachoeira do Sul. Essa sesmaria foi logo transferida ao Padre Ambrósio José de Freitas, que nela se estabeleceu erigindo sede à margem do arroio Santa Maria, em local distinto do que foi posteriormente ocupado pelo acampamento da Segunda Subdivisão.

É provável que o acampamento e os povoadores por ele atraídos tenham perturbado os negócios do Padre Ambrósio como sesmeiro. Embora fosse provisionado, primeiro em 1791 pela Câmara Eclesiástica de Rio Pardo para confessar, e depois em 1794 pelo bispo do Rio de Janeiro para celebrar missa no oratório de sua estância – o que faz presumir presença no local – o Padre Ambrósio, em 1798, atestou ser presbítero secular e morador em Cachoeira. Seu afastamento da sesmaria poderia explicar-se pela intranquilidade que lhe teria causado a ampliação populacional do acampamento, com a conseqüente ocupação das terras circunvizinhas.

Conquistadas as Missões Orientais do Uruguai, a Segunda Subdivisão, após uns quatro anos de sua chegada, retirou-se do acampamento do Rincão de Santa Maria entre 16 e 23 de setembro de 1801 (4). No fim desse ano, foi criado o Distrito de Vacacaí, circunscrição militar com sede no acampamento de Santa Maria. Em 17 de fevereiro de 1802, o Capitão Manoel Carneiro da Silva e Fontoura, comandante, e demais moradores desse Distrito, obtiveram do visitador ordinário das igrejas, capelas e oratórios licença temporária para erguer um oratório público no acampamento, apesar da oposição do Padre Ambrósio, que de certo temia a perda de terras, possivelmente acarretada pelo reconhecimento oficial da povoação (5). O reconhecimento do povoado advindo do antigo acampamento como Oratório de Santa Maria significava o primeiro passo de um percurso que levaria, através das etapas de capela, capela curada, freguesia e vila, à condição de cidade. Com efeito, pouco mais de oito anos decorridos, em 28 de julho de 1810, o oratório converteu-se na Capela de Santa Maria da Boca do Monte, filial da Freguesia da Cachoeira.

Talvez motivado pelo desgosto, o Padre Ambrósio decidiu abandonar sua sesmaria e assumir o vicariato de São Borja, que desempenhou de 1802 a 1803.

Este foi o primeiro conflito entre a comunidade santa-mariense e um clérigo. Não seria o único.

SEGUNDA QUESTÃO. A AGRESSÃO.

O Padre José Marcelino de Souza Bittencourt nasceu na Bahia, em 1837, e foi ordenado em Porto Alegre, em 1864. Coadjutor da paróquia de São Gabriel, foi nomeado vigário de Santa Maria em 12 de fevereiro de 1866, assumindo suas funções

em 4 de março desse ano. Em 2 de junho de 1869 foi nomeado pároco colado, sendo confirmado nesse cargo em 22 de setembro do mesmo ano. Em 23 de dezembro de 1877 foi nomeado cônego. Sua atuação mereceu aprovação geral, tanto que, em julho de 1881, difundindo-se rumores de sua transferência para Porto Alegre, a comunidade movimentou-se pela sua permanência.

O Padre José Marcelino era homem de personalidade notável, talvez o mais destacado dos clérigos que atuaram em Santa Maria no século XIX, mas tinha um temperamento impetuoso e suscetível de expô-lo a desavenças. Na noite de 11 de junho de 1883, ao saírem da igreja matriz, o Padre José Marcelino e seu coadjutor, Padre Francisco Rositti de Morano, foram atropelados, surrados e feridos a cabo de relho por três cavaleiros. Dois dos agressores foram aprisionados, ao passo que o terceiro logrou fugir. O inquérito policial atribuiu a agressão a João Fiel da Silva Filho, que anteriormente se desentendera com o cônego em uma noite da novena do Espírito Santo, prometendo vingança (6). Entretanto, o Padre José Marcelino, em seu relatório ao Bispo Diocesano Dom Sebastião Dias Laranjeira, apontou o Tenente-Coronel da Guarda Nacional Martins Hoehr, veterano das campanhas do Uruguai e do Paraguai, como mandante do atentado. Não há evidência de que este tenha sido inquirido, processado e punido, mas a semente de um futuro crime for a lançada. Felipe Alves de Oliveira, então juiz municipal, tanto se teria empenhado na condenação dos indiciados que viria a incorrer na ojeriza de Martins (7). A aversão que se teria originado desse zelo tido como excessivo foi agravada por fato posterior. Desde setembro de 1886, **circulava em Santa Maria “A Província”, jornal de** tendência liberal de propriedade e direção de Ernesto de Oliveira, depois transferidas a Felipe. Enfurecido por uma verrina dessa folha, Martins agrediu e feriu Ernesto. Felipe, na ocasião delegado de polícia, efetuou sua prisão e o remeteu para Porto Alegre. Após a proclamação da República, Felipe, que fora nomeado juiz de direito da comarca de São Borja, foi transferido para a comarca de Corumbá, no então Estado do Mato Grosso, hoje Estado do Mato Grosso do Sul. Entretanto, estando licenciado em Santa Maria em razão da gravidez de sua esposa, Felipe foi assassinado em 11 de agosto de 1890, a mando de Martins. Este, posteriormente condenado, preso e evadido para o Paraguai, ao retornar para o Rio Grande do Sul foi aprisionado na localidade de São Bernardo, no município de Tupanciretã, e fuzilado em 13 de abril de 1894, a cerca de duas léguas do Capão do Carovi ou da Mortandade, no caminho para São Luís das Missões, por um piquete da força federalista de Dinarte Francisco Dorneles, comandado por Aníbal Soares de Lima e Álvaro Laureano.

A causa da agressão aos Padres José Marcelino e Francisco parece incerta. É provável que o Padre Francisco tenha sido apenas uma vítima colateral. Já o Padre José Marcelino, assim como Felipe, eram aficionados do Partido Liberal, ao passo que Martins, antes também liberal, veio posteriormente a liderar o Partido Conservador em Santa Maria (8). É presumível que o Padre José Marcelino tanto pudesse ter sido atacado pela desafeição pessoal com João Fiel como pela dissensão política com Martins. Seja como for, o atentado não implicou na movimentação imediata dos padres agredidos pelo bispo a quem estavam subordinados.

Depois de uma permanência de vinte e um anos em Santa Maria e passados quase três anos da violência sofrida, somente em 2 de março de 1887 o Padre José Marcelino foi removido para Porto Alegre. Na capital da Província e sede do bispado do Rio Grande do Sul, em 18 de março, recebeu nomeação para vigário da catedral. O Pão dos Pobres de Santo Antônio, instituição datada de 1895 e até hoje atuante com reconhecidos méritos, é obra de sua iniciativa. Veio a falecer septuagenário, em 26 de julho de 1911.

O Padre Francisco, antigo vigário encomendado de São Martinho, depois de sua passagem por Santa Maria veio depois a exercer o vicariato em várias paróquias sul-rio-grandenses (Santo Ângelo, São Luís, São Gabriel, Uruguaiana, Jaguarão e São Miguel das Missões). Jubilado a pedido em 1913, foi autorizado a retornar para a Itália, sua pátria-mãe.

Cerra-se a cortina sobre um caso típico de desacato, do qual os clérigos, embora de algum modo desagradados, certamente não saíram ileso quanto ao prestígio comunitário.

TERCEIRA QUESTÃO. A DEMOLIÇÃO.

Em meado dos anos oitenta do século XIX, a Matriz de Santa Maria achava-se em mau estado de conservação, arrimada em escoras e ameaçando ruir. Por isso, a Câmara Municipal, em 25 de abril de 1884, incumbiu uma comissão de vereadores de dar parecer sobre o estado da igreja.

A comissão, em 20 de junho, opinou pela completa demolição e edificação de um novo templo (9). A Câmara deu conhecimento desse parecer ao Presidente da Província, em 8 de outubro, para resguardar-se da responsabilidade pelo eventual desabamento da igreja. Não se tem notícia de resposta pela autoridade provincial. Passados mais de três meses, em 15 de janeiro de 1885, a Câmara oficiou ao Bispo Dom Sebastião pedindo fosse ordenada ao pároco da cidade, que era o Padre José Marcelino, a remoção das imagens sagradas para a Capela do Divino, a fim de que se viabilizasse a demolição da matriz (10). Dom Sebastião, em 11 de março, solicitou o parecer de José Marcelino que informou estar a igreja em ruína, mas não eminente, com uma parede escorada, acrescentando que a Câmara durante anos descuidara do concerto e atribuindo seu interesse, naquele momento, não ao zelo **mas à “bastarda política”. Diante dessa** manifestação, Dom Sebastião teria negado autorização para a derrubada.

Em 8 de maio de 1887, assumiu o vigário Padre Aquiles Parrela Catalano, em substituição ao padre José Marcelino, removido em 2 de março. O novo pároco, três dias depois de sua investidura, relatou a Dom Sebastião ter-se contristado ao entrar na **Matriz “ameaçando ruínas e de aspecto medonho interiormente”, bem como ter** conferenciado com o Presidente da Câmara para acelerar-se a prontificação da Capela do Divino Espírito Santo e realizar-se, o quanto antes, a transladação das imagens. Noutro ofício, de 5 de setembro, o Padre Aquiles comunicou à Câmara o término das obras da capela e a autorização, que lhe conferira Dom Sebastião, para

demolir a igreja em **ruínas “de acordo com a Câmara Municipal”**. Nesta data, a Câmara dirigiu-se ao Vice-Presidente da Província pedindo autorização para a venda, em hasta pública, dos materiais resultantes da demolição.

Em 10 de setembro, foi inaugurada a Capela do Divino Espírito Santo, para a qual, em 14 de outubro, presente a Câmara incorporada, foram trasladadas as imagens da igreja em ruínas. Em 17 de dezembro, o Governo Provincial informou a Câmara de que ao provedor de capelas e juiz de direito competia providenciar sobre a demolição e a venda dos materiais em hasta pública. Em 25 de abril de 1888, a Câmara, através de edital, assinou prazo para a exumação e traslado dos restos mortais sepultados no cemitério da Matriz. A Câmara dirigiu-se ao Juiz Municipal de Órfãos, Capelas e Resíduos, Dr. José Maria Gonçalves Chagas, em 6 de novembro, pedindo a demolição da igreja e a hasta pública dos materiais. No dia seguinte, o magistrado determinou a hasta pública do edifício arruinado, que se realizou em 23 de dezembro (11). A demolição teve início no dia seguinte e o arrematante, João Daudt Filho, destinou o material aproveitável à construção do Teatro Treze de Maio que ainda hoje presta relevante serviço à arte e à cultura.

Demolida a antiga Matriz, a comissão encarregada de construir a nova, em 10 de setembro de 1895, dirigiu-se ao intendente pedindo o terreno tornado baldio ou um auxílio de dois contos de réis para a compra de outro. Ouvido o Conselho Municipal, foi concedido o auxílio e denegada a devolução do terreno. A nova Matriz foi sagrada em 5 de dezembro de 1909 por Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, bispo do Rio Grande do Sul.

A análise dessa questão, que se arrastou por mais de quatro anos, confirma o pronunciamento do Padre José Marcelino, embora não no sentido por ele pretendido: a comunidade assistiu ao prélio político travado entre a Câmara e a Igreja, postergado de parte desta o interesse público na troca de um templo arruinado por outro digno de uma cidade que entrava em um período de franco progresso.

QUARTA QUESTÃO. A INTERDIÇÃO.

O Padre Aquiles nasceu na Itália e naturalizou-se brasileiro. Conquanto atuante, levava vida irregular, sendo pública e notória sua mancebia. Em 1894, deixou seu rebanho esperando pela Missa do Galo enquanto procurava a amante que o havia abandonado. Em janeiro do ano seguinte, em episódio controvertido, Dom Cláudio, em visita pastoral à cidade, teria censurado publicamente o Padre Aquiles na festa do Campestre de Santo Antônio. Nessa oportunidade, o bispo teria sido desacatado e ameaçado de morte por acompanhantes do padre (12).

O Padre Aquiles, em agosto de 1895, foi substituído pelo Padre Carlos Becker e transferido para São Martinho, onde permaneceu até janeiro de 1897. Foi então removido para Cruz Alta, onde faleceu em 1903 (13).

O Padre Carlos encontrou em Santa Maria um ambiente tenso, toldado pelas nuvens que, desde 1883, se vinham acumulando sobre os vicariatos dos Padres José

Marcelino e Aquiles. Cumpria-lhe agir com tato e habilidade para descontraí-lo e esperar pacientemente que o céu se desanuviasse. Não soube ou não pode fazê-lo. E o resultado foi mau.

Em 13 de novembro de 1895, uma comissão de cerca de trinta cidadãos da sociedade santa-mariense entregou ao Padre Carlos uma intimação para deixar a cidade no prazo de três dias (14). O intimado retirou-se no dia 15, deixando uma candente declaração com o seguinte fecho: **“que venham melhores tempos para este povo infeliz, cujos destinos imortais são dirigidos por homens sem lei” (15)**

A reação a essa atitude insólita não se fez esperar. No dia 17, Dom Cláudio interditou a paróquia de Santa Maria proibindo todo e qualquer ato religioso. A interdição perdurou até 3 de março de 1896. Ao ser levantada, foi nomeado vigário o Padre Pedro Wimmer, que assumiu a paróquia no dia 15 e nela exerceu o ministério até o final de 1900. O novo vigário mostrou-se à altura da delicada missão, fazendo por merecer a estima e o respeito da comunidade. Atingiu a elevada posição de Superior dos padres palotinos e morreu na Alemanha, sua terra natal, em 1928.

QUINTA QUESTÃO. A MUTILAÇÃO.

Os primeiros colonos italianos chegaram ao Município de Santa Maria no princípio do ano de 1877, precedidos por imigrantes poloneses que logo se retiraram por rejeitarem as colônias a eles destinadas (16). A primeira missa foi rezada em Val de Buia pelo Padre José Marcelino, em maio de 1877. Entre 1877 e 1878, organizou-se a Colônia de Santa Maria da Boca do Monte, depois denominada Colônia de Silveira Martins, que foi extinta em 19 de agosto de 1882. Sua área foi dividida pelos Municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e São Martinho, este por sua vez extinto em 27 de julho de 1901 (17).

A paróquia de Santo Antônio de Pádua de Silveira Martins foi criada em 24 de abril de 1884. Em dezembro de 1899, era pároco o Padre Antônio Sório (18). Em 29 ou 31 de dezembro de 1899, à tarde ou à noite, o Padre Sório teria se afastado da casa paroquial para ministrar o sacramento da comunhão a uma paroquiana. Ao voltar, foi emboscado por três ou quatro indivíduos, derrubado do cavalo em que montava, agredido a pontapés, pisoteado, espancado com cabo de relho, ferido e mutilado. Apesar de socorrido, não resistiu à gravidade dos ferimentos e morreu em 2 ou 3 de janeiro de 1900, sem que houvesse comunicação do atentado à autoridade policial. Embora consciente até o fim, o Padre Sório nada revelou sobre os fatos, seus antecedentes ou sua autoria. Apenas teria dito, laconicamente, essas três palavras: **“se vivró, parleró”.**

Quem matou o Padre Sório? Luiz Eugênio Véscio, que abordou o assunto em monografia de 2001, assim iniciou sua conclusão: **“passados cem anos, em Silveira Martins, os habitantes sustentam ainda a versão de que a Maçonaria conspirou e assassinou o Padre Antônio Sório.” A seguir, apontando os discursos da Igreja Católica, da Maçonaria e da comunidade como essenciais à compreensão do problema, o citado autor escreveu: “na clivagem entre esses discursos revela-se um**

crime. Um padre foi castrado e morto. As testemunhas, presentes em seu testamento, afirmaram que os ferimentos foram causados pela queda de um cavalo, o que explicaria não ter havido processo criminal e, conseqüentemente, inexistiram as diligências policiais, a possível identificação dos autores do crime, o processo, a condenação, permanecendo no anonimato seus autores, totalmente infensos à **punição.**”

Esta questão, envolvida em mistério e mergulhada na obscuridade secular, continua a ensejar variadas especulações.

SEXTA QUESTÃO. O ESBULHO.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário teria sido fundada, em 1873, pelo Padre José Marcelino, pároco colado de Santa Maria. Teve curta e, aparentemente, não muito ordenada duração, vindo a ser dissolvida, dois anos depois, pelo mesmo Padre José Marcelino por desvio de finalidade, inobservância de estatuto e desobediência às determinações vicariais.

Decorridos quatorze anos, o Padre Aquiles, pároco desde 8 de maio de 1887 em substituição ao Padre José Marcelino, restabeleceu a Irmandade. Esta, em junho de 1889, adquiriu personalidade jurídica sob a denominação de Sociedade Beneficente e Religiosa Irmandade do Rosário e, em 31 do mês seguinte, obteve da Câmara Municipal pedras e tijolos para a construção de sua capela, cuja pedra fundamental foi lançada em 26 de janeiro de 1890.

A existência da Irmandade não se pautava por estrita ortodoxia religiosa. Em 1900, às turras com o vigário Padre Wimmer, a Irmandade admitiu em sua capela o ministério do Reverendo James Wattson Morris, da Igreja Episcopal Brasileira. As boas relações com a Igreja Católica recompuseram-se sob o vicariato do Padre Caetano Pagliuca, que assumiu suas funções em 25 de dezembro de 1900.

Em 1913, o Padre Caetano, tesoureiro da Irmandade, propôs reforma estatutária que a declarava corporação religiosa participante da Igreja Católica. Seu patrimônio, indisponível em regra geral, somente poderia ser disponibilizado mediante autorização eclesiástica; além disso, o exercício de sua personalidade jurídica dependeria do beneplácito da autoridade diocesana. A proposta não foi aceita e, na assembléia de 8 de outubro de 1914, o padre Caetano foi acusado pelo Presidente da Irmandade, Ignácio Martins Garcia, de negar-se à prestação de contas e reter livros, documentos e haveres confiados à sua guarda.

Depois de uma tentativa de acordo mediada pelo Delegado de Polícia Otávio de Lemos, que restou frustrada pela recusa do Padre Caetano em devolver a chave da capela, a Irmandade, em 21 de dezembro de 1914, através do advogado Demétrio Niederauer, aforou ação de reintegração de posse contra o Padre Caetano.

O Juiz Distrital Dr. Walter Só Jobim deferiu o provimento liminar em 9 de janeiro de 1915 e, por sentença prolatada em abril desse ano, julgou procedente o pedido. Contudo, o Padre Caetano, através dos advogados Jacinto Barbosa e Ernesto

Barros, logrou reverter com brevidade o decisório desfavorável. Seu recurso, interposto perante o Juiz de Direito Dr. Alberto Rodrigues Fernandes Chaves, foi provido em 24 do mesmo mês de abril, no sentido de ser reformada a sentença recorrida e dada a ação por improcedente (19). Era Promotor Público o Dr. João Geiger Bonumá.

Encerrada nas instâncias judiciárias, a contenda prosseguiu na imprensa. Em 1º de maio de 1915, surgiu **o periódico “A Reação”, “órgão das ideias liberais”, com** orientação marcadamente anti-clerical e adversa à pessoa do Dr. Alberto. Teve como redatores João Bonumá, João Belém e Demétrio Niederauer, e como gerente responsável Ângelo Caldonazzi. O caso da Igreja do Rosário foi versado nos seus números de 1º de maio, 15 de maio e 1º de junho de 1915, ainda nas de 1º de agosto e 1º de setembro de 1916. A publicação teve trinta e três edições e circulou até 16 de fevereiro de 1917 (20).

Essa questão pôs em evidência personalidades notáveis.

Caetano Pagliuca, nascido a 28 de março de 1874 em Montefalcone, na Itália, e falecido a 10 de julho de 1957, em Santa Maria, foi talvez o mais destacado clérigo católico a atuar nessa cidade durante o Século XX e ficou conhecido não só pela virtude sacerdotal como também pela humanidade, liderança, operosidade e visão social.

Walter Só Jobim, nascido e falecido em Porto Alegre, respectivamente em 26 de agosto de 1892 e 17 de fevereiro de 1974, foi juiz distrital, promotor público, advogado e político, exercendo os altos cargos de Secretário de Viação e Obras Públicas, Secretário do Interior e Justiça, Governador do Estado do Rio Grande do Sul e Embaixador na República Oriental do Uruguai.

João Geiger Bonumá, nascido a 21 de fevereiro de 1890 em Santa Maria ou em Uruguaiana e falecido a 15 de junho de 1953 em Júlio de Castilhos, foi policial, jornalista, juiz distrital, promotor público, advogado, professor universitário, autor de literatura jurídica referencial e Procurador-Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

E João da Silva Belém, nascido a 4 de março de 1874 em Porto Alegre e falecido a 24 de junho de 1935 em Santa Maria, foi uma das grandes expressões culturais dessa cidade como professor, literato, jornalista e historiador.

EPÍLOGO.

A sinopse das questões escolhidas parece demonstrar a tese de que os conflitos de afirmação de poder, mencionados no prólogo como hipótese, realmente se verificaram nas quatro primeiras e na sexta questões, sendo possível sua ocorrência também na quinta questão.

Expostas as questões, impõem-se alguns registros.

Primeiro. Atitudes como a do Padre Ambrósio, resistindo e afinal cedendo à expansão do povoado, correspondem a impulsos exclusivamente profanos. Ao ver perdido seu poder na sesmaria, reagiu abandonando-a como imprestável à sua realização no século e partiu para uma paróquia que lhe pudesse devolver a tranquilidade espiritual e material.

Segundo. A disputa pelo poder também está à mostra no episódio do atentado aos Padres José Marcelino e Francisco. Fosse por humilhar um indivíduo na novena do Espírito Santo, fosse por contrastar o mando de um chefe político adversário, o Padre José Marcelino ficou exposto ao revide que significava a restauração de um poder perdido ou ameaçado de perda no plano puramente secular.

Terceiro. A controvérsia acerca da demolição da velha igreja matriz, por igual demonstra um confronto entre as autoridades do Município e da Igreja com vista à afirmação de poder. Ao rejeitarem o que viam como submissão à Câmara Municipal, o Vigário José Marcelino e o Bispo Dom Sebastião deixaram de lado a segurança dos fiéis e os anseios de progresso da comunidade.

Quarto. O conflito que deu causa à interdição da paróquia revela luta pela imposição de poder, desta vez entre o Bispo Dom Cláudio e o Padre Carlos de uma parte, e um segmento expressivo da comunidade, de outra, chocado este último pela remoção aparentemente punitiva do Padre Aquiles. Tivesse o bispo medido com maior acuro o risco de sua decisão, e o novo vigário se conduzido com habilidade suficiente para conjurar a crise, talvez pudessem evitar a solução desastrosa em que se precipitou.

Quinto. O nebuloso crime que vitimou o Padre Sório não proporciona base suficiente para afirmar-se seu caráter de solução final de uma luta por poder. No entanto, essa possibilidade não deve ser excluída, dado o murmúrio persistente da comunidade sobre a culpa da Maçonaria.

Sexto. O caso da Irmandade do Rosário escancara a oposição dos poderes civil e eclesiástico pelo mando de uma corporação e a disposição do seu patrimônio. Dado o envolvimento de uma entidade pouco representativa do ponto de vista político, social e econômico, a repercussão seria pequena se elementos anticlericais não abraçassem a causa dos leigos que se tinham por esbulhados.

Outras considerações desafiam análise mas não cabem nas apertadas proporções deste trabalho.

Talvez o futuro lhes dê oportunidade.

NOTAS

(1) Poderia ter-se localizado no Rincão de Santa Maria, entre 1632 ou 1634 e 1638, a redução jesuítica de São Cosme e São Damião. Mais tarde, um posto de estância missioneira lá talvez se tivesse estabelecido, entre 1682 e 1756, com a denominação de

Guarda de Santa Maria. Finalmente, entre 1784 e 1786, é possível que uma aldeia de índios minuanos fosse levantada no local.

(2) O Tratado Preliminar de Paz e de Limites na América Meridional, de Santo Ildefonso, celebrado entre as Coroas de Portugal e da Espanha em 1º de outubro de 1777, foi seguido pelo Tratado de Amizade, Garantia e Comércio, do Pardo, firmado em 11 de março de 1778.

Segundo as instruções de 6 de junho de 1778, a demarcação dos limites convencionados pelo Tratado de Santo Ildefonso foi atribuída a quatro Divisões. À Primeira Divisão tocou o segmento da delimitação compreendida entre os arroios Taim e Chuí e a embocadura do rio Igurei no rio Paraná, conforme os artigos 3º a 8º do referido diploma.

A Primeira Divisão foi organizada em 12 de fevereiro de 1781, compondo-se do primeiro comissário Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara; do segundo comissário Coronel Francisco João Roscio; do ajudante Capitão Domingos da Ponte Cabral; do Capitão de Engenheiros Alexandre Elói Portelli; do Ajudante de Engenheiros Francisco das Chagas Santos; dos matemáticos Capitães de Artilharia Joaquim Félix da Fonseca Manso (ou Joaquim Feliz da Fonseca) e José de Saldanha; do comissário assistente Manoel José da Silva e Menezes; do comissário pagador Sebastião Ferreira Barbosa; do cirurgião João Manoel de Abreu; e do relojoeiro Euzébio Manoel Antônio.

Embora os componentes da Primeira Divisão estivessem reunidos em Rio Grande desde 12 de junho de 1783, a demarcação somente teve início em 22 de janeiro de 1783, junto ao Forte do Arroio. A conferência inaugural entre os comissários portugueses e o seu concorrente espanhol José de Varella y Ulloa deu-se em 6 de fevereiro de 1783, junto ao arroio Chuí, sendo assentado o primeiro marco a 150 braças da foz deste **curso d'água**, em 11 de março daquele ano.

Chegada a demarcação às cabeceiras do rio Pirai, em 7 de dezembro de 1786, junto ao Forte de Santa Tecla, entendeu-se conveniente principiar os trabalhos relativos aos limites entre a entrada do rio Pequiri ou Pepiri-guaçu no rio Uruguai e a confluência do rio Igurei com o rio Paraná, nos termos do artigo 8º do Tratado. Portanto, decidiu-se desmembrar a Primeira Divisão. À Primeira Subdivisão, dirigida por José de Saldanha e incluindo Alexandre Portelli, coube dar prosseguimento à demarcação do trecho que findava na foz do rio Pequiri ou Pepiri-guaçu no rio Uruguai. À Segunda Subdivisão, chefiada por Francisco Roscio e também constituída de Félix da Fonseca e Chagas Santos, atribuiu-se a delimitação entre a aludida foz e o encontro do rio Igurei com o rio Paraná.

A demarcação incumbida à Segunda Subdivisão arrastou-se até que, em 27 de janeiro de 1797, estando Francisco Roscio e seu concorrente espanhol Diego de Alvear no povo missioneiro de Santo Ângelo, aquele retirou-se para Rio Pardo com uma fração da sua partida. Por volta de 13 de maio desse ano, Chagas Santos deixou Santo Ângelo com outra parte e Félix da Fonseca, com o restante da partida portuguesa, transferiu-se para o povo de São João. Diante dessa movimentação, Diego de Alvear também se trasladou de Santo Ângelo para o povo de São Luiz, em 25 de maio de 1797. Assim terminaram os trabalhos demarcatórios no âmbito da Segunda Subdivisão.

(3) Registrou o Diário Resumido e Histórico da Primeira Divisão da Demarcação da América Meridional, de José de Saldanha (Volume LI, de 1929, dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, editado em 1938 pelo Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde), nas páginas 275 e 276: **“Domingo 15** [de abril de 1787]. No dia 13 nos recolhemos ao Acampamento do dia 10-e no dia 14-ao

Acampamento do dia 9 do corrente mês [Arroio do Só], pela estrada de cujo dia seguimos depois até que concluindo-se o terreno configurado à saída das Picadas das Tronqueiras, ou 1.l.1, m.8 a Sudoeste 74° deste Acampamento último, continuamos as operações Topográficas para Noroeste pelo Albardão da Forqueta Grande, e muito imediato a costa do Sul do Araricá [Rio Vacacaí-mirim], e tendo-se caminhado mais duas Léguas, e três quartos, atravessamos a Picada de uma Restinga de mato, que entra neste Rincão, chamado de Santa Maria, além das faldas da mesma Serra, e bordando os Cerros deste nome, prosseguimos mais ao Oeste, uma légua, e meia milha por uma ponta de coxilha, porquanto a da forqueta grande, Logo aqui entra na Serra, e acampamos na margem Ocidental do Passo do Arroio de Santa Maria [Passo da Areia no Arroio Cadena], um terço de Légua ao Sul da Serra do Monte Grande. (...) O campo examinado neste dia constava de um Rincão e de um Potreiro, cercados por Oeste, com o Arroio de Santa Maria, de que tomam o nome, pelo Sul com o Arenal ou Vacacaí-mirim, pelo Norte, com o mato da Serra, e pontas do Rio Araricá, e por Leste, com a grande restinga de Bosques, que principiando desde o Vacacaí-mirim, pouco acima do seu Passo chamado do Arenal, e atravessando na direção de Norte a Coxilha da forqueta grande no Lugar das Tronqueiras, vai terminar no Araricá. Esta Coxilha que é aqui de Lombas baixas, próxima ao mesmo Araricá, e mais Livre de Capões de mato, forma com as suas colinas Laterais este Rincão de Santa Maria de comprimento de duas Léguas e dois terços e de largura de duas e meia, a mesma coxilha da forqueta Grande passa pelo Picacho do Cerro de Santa Maria [Serrito] cujo de acha meia Milha ao sul da Serra, ou uma Légua, e um quarto de milha a Sueste 86° do Acampamento do Passo de Santa Maria, e na figura de qual outro Cuña taycambi, mais a Sudoeste três quartos de milha, tem outro Cerro mais baixo e redondo [Cerro do Cardoso], do qual seguindo o arvoredo pelas suas caídas meridionais formam o dito Potreiro, entre esta restinga, galho do Arroio de Santa Maria, e o próprio Arroio, no comprimento de quase duas Léguas Norte Sul, e largura de 1, m.8. Uma milha a Noroeste do Cerro de Santa Maria, esta Coxilha da Forqueta Grande, se perde na Serra, subindo por ela em várias voltas, na direção geral de Nor-Noroeste e distância de pouco mais de duas Léguas até se juntar ao Albardão grande, repartindo por entre estas asperezas as caídas para Leste do Araricá, e para Oeste ao Arroio de Santa Maria. Por uma oculta Picada nesta Coxilha atravessou a Serra, o Coronel Rafael Pinto Bandeira com sua Tropa, para sair no campo superior e tomar por assalto a Guarda de São Martinho [31 de outubro de 1775 ou 1776], como com efeito felizmente conseguiu na última Guerra, em que ela estava mais fortificada, e dirigindo as suas Peças de Artilharia para a saída da estrada geral das Picadas do Monte Grande, por donde julgavam os Espanhóis, somente poderiam ser **atacados.**” Observe-se que José de Saldanha adotou, como medidas, a légua de 5.555,55 m, a milha de 1.851,85 m e os decimais de milha.

(4) Em 26 de agosto de 1801, o primeiro-comissário da Primeira Divisão ordenou o recolhimento da Segunda Subdivisão a Porto Alegre mas, quatro dias depois, houve por bem modificar essa determinação prescrevendo aos militares da partida marchassem para os Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, sem nada dispor acerca dos paisanos. Ante o silêncio da contraordem, é possível que estes se tenham recolhido a Porto Alegre conforme a ordem anterior ou, pelo menos em parte, talvez permaneceram no acampamento do Rincão de Santa Maria.

(5) O visitador ordinário das igrejas, capelas e oratórios era o Padre Fernando José Mascarenhas Castelo Branco, vigário colado de Rio Pardo.

(6) Cristiane Debus Pistoia, em **“O Coronel, o Jornalista e o Delegado Cultura, Política e Violência em Santa Maria (Rio Grande do Sul 1889-1890)”**, Santa Maria, 2011, às páginas 37 e 38, apontou como agressores João Fiel da Silva Filho, José da Costa Leite e Patrício Machado de Souza, os primeiros presos e o último evadido.

(7) Alexandre de Oliveira Karsburg, à página 164 da obra resenhada na bibliografia, indicou Felipe Alves de Oliveira como promotor atuante no caso da agressão aos Padres Marcelino de Souza Bittencourt e Francisco Rositti de Morano. Mas Cristiane Debus Pistoia, na obra citada na nota anterior, à página 41, mencionou Felipe como juiz de direito interino **“in casu”**. **E Edmundo Cardoso, em sua “História da Comarca de Santa Maria (1878 – 1978)”, Imprensa Universitária-UFSM**, Santa Maria, 1979, às páginas 75, 76 e 87, arrolou Felipe como oitavo juiz municipal, nomeado em 13 de junho de 1881, com exercício após 24 de agosto de 1881 e sucedido pelo Dr. José Maria Gonçalves Chagas, nomeado em 11 de abril de 1888, porém não o listou como promotor público. Romeu Beltrão, à página 399 da obra sob resenha bibliográfica, referiu a suspensão de Felipe do exercício do cargo de juiz municipal e de órfãos, em 7 de novembro de 1886, e João Daudt Filho, à **página 81 das suas “Memórias”, narrou** que Felipe não reassumiu o cargo de juiz municipal antes de aceitar provisoriamente o cargo de delegado de polícia.

(8) Cristiane Debus Pistoia, na obra citada nas notas de nºs 6 e 7, às páginas 41 a 43, **escreveu: “**Apesar de algumas testemunhas terem citado o nome do coronel [Martins Hoehr], este, não foi chamado para depor. Tal procedimento talvez esteja relacionado com o fato de que, nesse momento, o coronel ainda fazia parte do Partido Liberal, o qual dominava a situação política local e por isso recebeu proteção, sendo livrado de um julgamento. Apesar do benefício recebido, a relação de Martins Hoehr com a agremiação liberal ficou insustentável, provocando a filiação do coronel ao Partido Conservador. Ao certo, não se sabe que motivos teriam provocado o atentado contra a vida dos sacerdotes, já que nem os padres nem o coronel depuseram no processo. (...) O espancamento pode ter ocorrido tanto por questões políticas quanto por questões pessoais. (...) Da leitura dos depoimentos dos réus, das testemunhas e do próprio fragmento do relatório do Cônego Marcelino Bittencourt, não é possível saber quais foram os motivos do atentado. Apesar de o cônego afirmar que o coronel foi o mandante e relacionar o caso com a política, não apresentou subsídios concretos para estas **acusações.”**

(9) A comissão encarregada de opinar sobre o estado da igreja matriz era composta pelos vereadores Basílio Francisco de Queiroz e Frederico Haeffner e seu parecer **continha a seguinte conclusão: “**(...) a Igreja Matriz desta cidade seja completamente demolida, empregando-se todos os meios tendentes à edificação de um novo templo que, além do aspecto externo mais ou menos imponente, que tanto aformoseia uma cidade em estado progressivo como se acha Santa Maria, reúna as comodidades internas em relação à população, e garantidos os numerosos devotos que a frequentam, de cujas condições essenciais se ressentem o edifício atual, em estado de absoluta **ruína.”**

(10) A postulação da Câmara de Vereadores ao Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira era vazada nos seguintes **termos: “**(...) que há mais de um ano esta Câmara, em vista do ruinoso estado da nossa Igreja Católica, nomeou uma comissão de peritos para examiná-la e dar parecer e que esta comissão, depois de minucioso exame e bem fundamentado parecer, opinou que o edifício estava em ruínas e que o que o tem

detido de desabar são os grossos madeiros que o escoram; que deste parecer a Câmara já deu conhecimento ao Exmo. Sr. Presidente da Província, para tirar de si a responsabilidade, visto que com a aglomeração do povo, por ocasião das festas do Divino Espírito Santo, pode-se dar o desabamento; que esta Câmara pode mandar demolir o edifício em ruínas, mas que respeitando as imagens sagradas de nossa religião não o faz e por isso pede a S. Exa. Revdma. de ordenar ao pároco desta cidade a mudança das referidas imagens para a Capela do Divino, donde serão removidas, logo que se construa uma nova igreja, para assim efetuar a demolição daquela; que esta Câmara, confiada no quanto S. Exa. Revdma. se esforça a bem da humanidade e prosperidade da religião que tão dignamente representa nesta Província, espera que dará providência satisfatória a **respeito.**”

(11) Do ofício do Dr. José Maria Gonçalves Chagas, Juiz Municipal e de Capelas e Resíduos à Câmara de Vereadores, datado de 7 de novembro de 1888, transcreve-se a **seguinte passagem: “ (...) Convencido, pois, pelas razões expendidas por V. Sas. da necessidade da demolição e remoção desse imóvel, mesmo no sentido de aproveitar-se algum material, tem resolvido este Juízo mandar pôr em hasta pública o edifício no estado em que se acha, obrigando-se o arrematante a efetuar em prazo curto e razoável a demolição e remoção dos materiais, sindicando primeiramente se esse imóvel é de propriedade de alguma congregação religiosa, para de acordo com a mesma efetuar a venda, sendo o produto líquido recolhido aos cofres do Estado, para que tenha o destino legal. (...)”**

(12) Romeu Beltrão, às paginas 466, 467 e 477 de sua obra aludida na bibliografia, referiu o episódio da censura e do desacato como tendo acontecido em janeiro de 1895, quando da visita pastoral do Bispo Dom Cláudio José Ponce de Leão, e lembrou outra visita pastoral da mesma autoridade, ocorrida em 7 de janeiro de 1897. Alexandre de Oliveira Karsburg, no livro incluído na bibliografia, à página 278, **escreveu: “ (...) Dando sequência à sua visita pastoral, o bispo seguiu para povoados próximos a Santa Maria, até que chegou a São Martinho da Serra e realizou um sermão, aproveitando o último dia da Festa de Santo Antão Abade, no Cerro do Campestre, em 17 de janeiro de 1897. Foi nessa ocasião que humilhou publicamente o padre Aquiles Catalano, acusando-o como responsável pela derrubada da velha matriz de Santa Maria, em dezembro de 1888, e por ser um sacerdote sem moral. Pelas informações do jornal ‘O Combatente’, não houve reação a mais essa atitude ‘intempestiva’ do bispo, (...)”.**

(13) O Padre Carlos Becker era irmão de Dom João Becker, que foi arcebispo do Rio Grande do Sul. Foi sagrado sacerdote em 1889, com 25 anos, e faleceu em 1911, como monsenhor.

(14) Romeu Beltrão, na primeira edição de sua obra mencionada na bibliografia, referiu que a intimação ao Padre Carlos Becker foi **assinada por “mais de 80 pessoas de relativa representação social” (página 98)**; na segunda edição, a quantidade de pessoas manteve-se em **“mais de 80 pessoas de relativa posição social” (página 396)**; já na terceira edição, póstuma como o fora a segunda, a quantidade foi reduzida para **“mais de 30 pessoas de relativa posição social” (página 469)**. Contudo, a última quantificação também é insegura porque, a teor das notas apostas por José Antônio Brenner ao pé das páginas 469 e 470 dessa terceira edição, o Padre Carlos registrou, no arquivo paroquial, ter **sido intimado por “um grupo de cerca de 30 homens”**. O Padre Caetano Pagliuca transcreveu, do livro tombo, a citação, pelo Padre Carlos, de

30 homens; e destes, 26 identificaram-se ao assinar artigo de imprensa assumindo o ato e reafirmando seus propósitos.

(15) A data da partida, de Santa Maria, do Padre Carlos Becker é controvertida. Em suas obras constantes da bibliografia, Romeu Beltrão e Alexandre de Oliveira Karsburg sustentaram, respectivamente, que se deu em 15 e em 18 de novembro de 1895. As duas datas apoiam-se em declarações contraditórias do Padre Carlos. Todavia, ambos os autores citados admitiram que a interdição foi lançada em 17 do mesmo mês. Portanto, é de estranhar-se que o ato episcopal sobreviesse enquanto o sacerdote ainda se achava na cidade, sem que o Bispo Dom Cláudio José Ponce de Leão, antes de aplicar à paróquia sanção de tamanho rigor, que atingiria inevitavelmente culpados e inocentes, julgasse de bom aviso ouvir, pessoalmente, o Padre Carlos acerca dos graves acontecimentos que culminaram na intimação do dia 13 de novembro. E mais: há notícia de um abaixo assinado que teria circulado entre 18 e 23 de novembro de 1895, declarando que os signatários foram alheios à intimação nem a sancionaram com sua aquiescência por considerá-la atentatória às liberdades individual e de consciência. O documento continha 112 assinaturas de mulheres e 132 de homens, dentre estas as do intendente municipal, dos juizes de direito, municipal e distrital, do presidente do Conselho Municipal, de médicos, advogados, funcionários públicos, comerciantes, capitalistas e artistas. Diante desse expressivo movimento social, cujo rumor deve ter antecedido a efetivação, certamente seria razoável, de parte do Padre Carlos, aguardar a repercussão da iniciativa, passível de sensibilizar o prelado diocesano, induzi-lo à reconsideração e ensejar o levantamento do interdito. Se não o fez, possivelmente foi por não mais se achar na cidade.

(16) Os colonos poloneses, assim como alguns dos colonos alemães, eram provenientes de regiões do Império da Rússia que subsistiu até 1917 e, por isso, registrados como russos nos arquivos eclesiásticos. A primeira expedição de colonos italianos teria chegado a Santa Maria, com destino ao núcleo colonial de Silveira Martins, no começo de 1877.

(17) Silveira Martins, então distrito do Município de Santa Maria, em 11 de dezembro de 1987 foi desmembrado e elevado a município. O Município de São Martinho, com a denominação de São Martinho da Serra, foi restaurado em 20 de março de 1992.

(18) O Padre Antônio Sório nasceu na Itália, em Zévio, na diocese de Verona, em 4 de maio de 1844. Tendo se ordenado em 22 de dezembro de 1866, era secular da diocese de Belluno-Feltre e encontrava-se sem paróquia quando veio para o Brasil, em 1881, juntamente com o Padre Vittore Arnoffi, frade capuchinho evadido do seu convento, para prestar assistência religiosa aos colonos assentados na região de Vale Veneto, freguesia de Silveira Martins. Por escolha consequente à decisão do Bispo do Rio Grande do Sul, Dom Sebastião Dias Laranjeira, Arnoffi ficou em Silveira Martins e Sório em Vale Veneto, subordinado ao seu colega, até mudar-se para aquela localidade após a morte de Arnoffi, em abril de 1884, possivelmente por suicídio causado pela gravidez de uma criada. Antes e depois da mudança, as relações do Padre Sório com a comunidade de Vale Veneto foram conflituosas. Um episódio é ilustrativo dessa desavença: em um domingo, os colonos recusaram ao Padre Sório a chave da capela e não compareceram à missa que pretendeu rezar noutro local; em vista desse fato, Sório pediu à cúria diocesana a interdição do templo, mas não foi atendido; Sório acabou recuperando a chave por meio da autoridade policial, porém

não logrou proveito dessa intervenção porque alguém inutilizou a fechadura da capela. O Padre Sório, aparentemente não vocacionado para o sacerdócio - teria dito seguir a carreira eclesiástica para agradar aos parentes - era acusado de cobrança vexatória de contas e comportamento inadequado raiando a falta de decoro, por não gostar de usar batina nem colarinho clerical e fazer-se acompanhar de uma criada. A chegada dos padres palotinos em Vale Veneto, em julho de 1886, e sua posterior expansão pela região colonial, ensejou entre eles e o Padre Sório um confronto que veio a culminar na disputa pela paróquia de Santo Antônio de Pádua, de Silveira Martins, a partir de 1896. O falecimento do Padre Sório fez com que a referida paróquia fosse entregue a um palotino, o Padre Mathias Shoenauer. Opiniões pósteras reputaram o Padre Sório incapaz de enfrentar influências anticlericais, assim como envolvido em política, favorável ao Estado italiano e contrário ao poder absoluto do papa, pelo que não se enquadraria no projeto reformador de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, Bispo do Rio Grande do Sul de 1890 a 1912.

(19) A cronologia das decisões foi estabelecida com base na obra de Vítor Biasoli, constante da bibliografia, que, às páginas 158 e 159, consignou: "(...) O processo foi instaurado no dia 21 de dezembro de 1914. No dia 9 de janeiro do ano seguinte, saiu a sentença do juiz distrital Walter Jobim: (...) Para isso, a paróquia contratou os advogados Jacinto Barboza e Ernesto Barros e requereu novo julgamento. (...) Houve novo julgamento em abril de 1915, o juiz Walter Jobim confirmou sua sentença, e o pároco recorreu ao juiz da comarca, o católico Alberto Fernandes Chaves. A sentença saiu no dia 24 de abril e deu ganho ao **"Reverendo Pagliuca", condenando "o apelado [Ignácio Garcia] nas custas". É notável a circunstância** de, no apertado período de 24 dias ou menos, terem sido prolatadas as duas sentenças.

(20) Mostrou-se oportuna a transcrição do que Vítor Biasoli escreveu, na página 174 da sua obra citada na bibliografia, a respeito da **"A Reação" e seus colaboradores**: "(...) A Igreja foi capaz de quebrar o instrumento de luta da Maçonaria – a revista **'Reação'** – e alguns dos articulistas tiveram que sair da cidade, devido às pressões dos aliados do padre Caetano. Para Romeu Beltrão (1979, p. 586), os artigos de João Bonumá, João Belém, Demétrio Niederauer e Walter Jobim foram objeto de **'tremenda campanha subterrânea' por parte da Igreja local. João Bonumá**, que atuara como promotor na questão da Irmandade do Rosário, foi transferido para Bagé em julho de 1915. Walter Jobim, que fora o juiz distrital favorável ao presidente da Irmandade, foi transferido para São Gabriel em dezembro de 1916. A capacidade de articulação da Igreja junto às autoridades parece evidente. Sua força política recrudesce. A partir desse momento, entendemos que a hegemonia católica pouco a pouco se tornava evidente. (...)" Acrescenta-se que Demétrio Niederauer, nascido em 25 de junho de 1890 e falecido em 5 de fevereiro de 1970, também deixou Santa Maria, tendo residido em Caxias do Sul.

CACHOEIRA DO SUL E SANTA MARIA

Não sou historiador de ofício, sequer diletante. Tenho-me como simples curioso dos fatos da história, cujo conhecimento empolga-me desde a infância e vem sendo obtido principalmente através da leitura continuada e da conversação com os que se dedicaram ou continuam entregues ao seu estudo.

Criado no meio de livros, revistas e jornais utilizados por meu pai para pesquisar a história de Santa Maria e São Martinho, não me julgo demasiadamente audacioso ao escolher, como tema desta despreziosa e talvez enfadonha exposição, os vínculos entre Cachoeira do Sul, cidade que sempre admirei, e Santa Maria, minha terra natal.

Esses laços vêm sendo apertados durante cerca de duzentos anos. Entretanto, limitações impostas pelas circunstâncias da elaboração e pelo tempo colocado à disposição obrigam à redução do discurso e ao conseqüente sacrifício de temas interessantes que mereceriam desenvolvimento. Também por essas restrições espero ser perdoado. Portanto, a essência da palestra não se estenderá muito além do período em que Santa Maria da Boca do Monte foi distrito da Vila Nova de São João da Cachoeira.

Fortunato Pimentel – em “Aspectos Gerais de Cachoeira”, edição de 1941 - afirmou ser imprecisa a data exata da fundação dessa localidade, aludindo à devastação do respectivo território pelos bandeirantes de Raposo Tavares, em 1637; à ocupação pelos primeiros estancieiros paulistas e lagunenses, em 1724; e, com ressalva de controvérsia, ao primeiro povoamento por 110 soldados destacados por Gomes Freire de Andrade da guarnição do Forte Jesus, Maria e José em Rio Pardo, para o passo do Fandango sobre o rio Jacuí, por volta de 1759.

Citando Clemenciano Barnasque, Fortunato também se referiu à construção da igreja em louvor de Nossa Senhora da Conceição e à elevação do povoado a freguesia, em 1779, e a vila, em 1819, sob a denominação de Vila Nova de São João da Cachoeira.

Por fim, Fortunato mencionou a lei que erigiu a vila de Cachoeira à categoria de cidade, em 1859, transcrevendo-a

Romeu Beltrão – na Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787-1930, edições de 1958, 1979 e 2013 - agregando contribuições de José de Saldanha, Hemetério José Veloso da Silveira, Aurélio Porto, João Belém e outros às próprias constatações, apontou uma seqüência hipotética de possíveis etapas de povoamento do lugar da atual cidade de Santa Maria: entre 1632 e 1638, redução jesuítica de São Cosme e São Damião; posto de estância missioneira denominado Guarda de Santa Maria; entre 1784 e 1786, aldeamento de índios minuanos; em 1789, sesmaria do Rincão de Santa Maria, doada a Francisco Antônio Henriques de Amorim; e em seguida, sesmaria vendida por Francisco Antônio ao Padre Ambrósio José de Freitas, um e outro moradores de Cachoeira.

Romeu Beltrão asseverou, no entanto, que em tese o povoamento efetivo iniciou-se em 1797, quando no Rincão de Santa Maria, já descrito por José de Saldanha dez anos antes, mais precisamente na sesmaria do Padre Ambrósio, veio acampar a partida portuguesa da Segunda Subdivisão da Comissão Demarcadora de Limites criada pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, sob o comando do Sargento-Mor Joaquim Félix da Fonseca. O acampamento, chamado de Santa Maria da Boca do Monte, passou a atrair habitantes e foi elevado a oratório em 1804.

Sobre a fundação de Santa Maria há uma lenda divulgada por João Cezimbra Jaques em 1912, reproduzida por João Belém em 1933 e por mim agora resumida como segue. As margens da sanga denominada Itaimbé viviam em paz duas tribos indígenas, uma de tapes, outra de minuanos. A primogênita do cacique dos minuanos, Imembui, Filha da Água, apaixonou-se por Rodrigues, bandeirante aprisionado, intercedendo por sua liberdade. Rodrigues, incorporado à tribo com o nome de Morotin, casou-se com Imembui e das Missões trouxe ferramentas, sementes e gado para promover o progresso das tabas. Anos passados, José, filho do casal, perdeu-se durante uma caçada, sendo dado como morto; no entanto, foi encontrado por Acangatu, índio tape errante e antigo pretendente rejeitado por Imembui, que o restituiu à família. Assim, a tranquilidade voltou a reinar em Ibitoriretan, isto é, na Povoação da Terra da Alegria.

Em 1807, o Governo de Rio Grande de São Pedro do Sul foi substituído pela Capitania de São Pedro e, em 1809, sobreveio a divisão desta em seus quatro primeiros municípios, sendo um deles Rio Pardo, ao qual ficaram pertencendo a freguesia de Cachoeira e o oratório de Santa Maria. Este, em 1810, foi alçado a capela filial da freguesia de Cachoeira, passando a ser capela curada em 1812. Registro como curiosidade que, tendo assumido o primeiro cura em 1814, cem anos passados, por experimentar a cidade a animação de vigoroso surto de progresso, houve por bem comemorar ruidosamente um equivocado centenário **io...**

Em 1820, instalado o município de Cachoeira, Santa Maria tornou-se o seu quarto distrito, sendo que o quinto, Pau Fincado, posteriormente veio a ser subdistrito do município de Santa Maria. Nessa ocasião, o povoado contava com quatro ruas. A de São Paulo, hoje do Acampamento. A Pacífica, depois do Comércio e agora Doutor Bozano. No vértice dessas ruas existia um descampado, fronteiro a uma modesta capela, que, após chamar-se praça da Conceição ou da Igreja, atualmente se denomina praça Saldanha Marinho. Pela frente da referida capela passava a rua da Conceição ou da Igreja, mais tarde da Matriz, do Doutor João Inácio e, por último, Venâncio Aires. À direita do pequeno templo começava a rua do General Rafael Pinto, depois do Coronel Valença, avenida do Progresso e hoje Rio Branco. Afora esses logradouros, havia duas estradas, a das Tropas, atual rua Gaspar Martins, e a da Aldeia, agora correspondente às avenidas Ipiranga e Presidente Vargas.

Em 1837, em plena Revolução Farroupilha, foi criada a freguesia de Santa Maria, paróquia filial de Cachoeira.

Em 1858, por emancipação do município de Cachoeira, foi instalado o novel município de Santa Maria, passando de freguesia à categoria de vila; porém, somente em 1861 recebeu seu primeiro vigário colado.

Em 1876, finalmente, a vila de Santa Maria atingiu o estado de cidade.

A seguir, esboço os principais eventos militares de Santa Maria, até 1858.

Já em 1756, o exército português e espanhol de Gomes Freire de Andrade e Jose Andonaegui, perseguindo os índios missioneiros derrotados em Caaiboaté, subiu a Serra do Monte Grande pela entrada sul da picada de São Martinho, chamada de Boca do Monte.

Nove ou dez anos depois, a expedição portuguesa de Rafael Pinto Bandeira, por uma nova picada aberta mais ao leste, atacou e tomou de assalto a guarda espanhola de São Martinho. Antes de ser povoado, o Rincão de Santa Maria foi protegido pela guarda portuguesa de São Pedro, postada no passo dos Ferreiros ou da Ferreira sobre o arroio de mesmo nome e próxima à Boca do Monte, ou seja, à entrada baixa da picada de São Martinho.

Em 1801, Manuel dos Santos Pedroso Filho e seus 20 companheiros conquistaram a guarda castelhana de São Martinho e a entregaram à guarnição da guarda de São Pedro, comandada pelo Alferes André Ferreira de Andrade.

Também em 1801, foi criado o Distrito de Vacacai, com sede em Santa Maria e sob o comando do Capitão Manuel Carneiro da Silva e Fontoura.

Em 1829, em decorrência da invasão das Missões pela hoste de José Frutuoso Rivera y Toscana, estacionou em Santa Maria o 28º Batalhão de Caçadores do Exército Imperial, formado com alemães e comandado pelo Coronel irlandês Alexander Mac Gregor, em seguida fracionado em destacamentos e por fim dissolvido em 1831.

Sobrevinda a Revolução Farroupilha, Santa Maria vivenciou o recrutamento, o trânsito e o estacionamento de tropas assim como escaramuças de pequena importância, sofrendo os ônus da prolongada guerra civil juntamente com Cachoeira e toda a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Essa província, constituída em 1824, de 1835 a 1845 foi teatro da luta entre o Império do Brasil e os revoltosos que, em 1836, proclamaram a República Rio-Grandense. O fato mais significativo do período revolucionário no distrito de Santa Maria foi a permanência da coluna de Davi Canabarro, por cerca de um ano, entre 1841 e 1842.

Em 1850, Cachoeira e Santa Maria, cada uma com um corpo de cavalaria, concorreram para que fosse criada uma legião da Guarda Nacional. Santa Maria talvez sediasse o 24º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, em 1852 sob o comando do Tenente-Coronel José Alves Valença. Valença, em 1851, já comandara o 1º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional na campanha contra Manuel Ceferino Oribe y Viana e Juan Manuel José Domingo Ortiz de Rosas, unidade esta que compreendia os corpos oriundos das duas localidades.

Conforme Edmundo Cardoso - História da Comarca de Santa Maria (1878-1978), sem data de edição - Santa Maria, em 1820, teve nomeadas pela Câmara de Vereadores de Cachoeira suas primeiras autoridades: o Juiz Vintenário Francisco

José Abade, o Escrivão de Vintena Joaquim da Silva Moraes, o Aprovador de Testamentos Manoel Batista Damasceno e o Cobrador de Impostos de Tabernas Jacinto José de Souza. Esse juizado foi extinto em 1821 porém restaurado em 1823.

Em 1829, o Alferes João Nicolau Tavares Leiria prestou compromisso como primeiro juiz de paz de Santa Maria. E em 1878, criada a Comarca de Santa Maria, James de Oliveira Franco e Souza assumiu como primeiro juiz de direito. Antes desse ano, de 1859 a 1873, Santa Maria fora termo da Comarca de Caçapava e, posteriormente, da Comarca de São Gabriel.

Comparando-se a evolução das localidades de Cachoeira e Santa Maria, observa-se que a prioridade do povoamento de Cachoeira pelos lusos e luso-brasileiros pode ser facilmente explicada pelo sentido da principal corrente povoadora, expandida do leste para o oeste ao longo do rio Jacuí. Como é sabido, as águas desse curso d'água fluem inicialmente do norte para o sul, correndo depois do oeste para o leste até se despejarem no rio Guaíba.

É certo que a partida portuguesa que deu origem ao povoamento de Santa Maria proveio das Missões Orientais do Uruguai pela picada de São Martinho, por conseguinte de nordeste para sudeste, mas na sua esteira, depois de 1801, não emigraram significativamente espanhóis ou hispano-americanos, mas principalmente indígenas dos Sete Povos. Aliás,avas desses índios chegaram a aldear-se em Santa Maria por mais de meio século.

Em contraste, houve um expressivo deslocamento, no sentido contrário ao do curso do rio Jacuí, por ele e por suas margens, de militares e paisanos de variada qualificação, desertores e aventureiros uns, mercadores e agricultores outros, muitos procurando fixar-se como sesmeiros ou posseiros nas terras que então vinham sendo incorporadas ao domínio lusitano. Boa parte desse fluxo demandou Cachoeira e Santa Maria, ocupando seus territórios e convertendo-se em povoadores estáveis. Cachoeira, por situar-se mais a leste, recebeu por primeiro essa corrente migratória.

Suponho que a economia cachoeirense, no período sob consideração, tenha sido em geral assinalada pela atividade agrícola, em especial pelo pastoreio do gado vacum. Todavia, no distrito de Santa Maria, predominou acentuadamente a característica de um entreposto comercial. Mercadorias procedentes de Porto Alegre e outras localidades do litoral eram transportadas para as fronteiras nordeste, oeste e sudoeste por uma rota de comércio que se utilizava do rio Jacuí até Rio Pardo ou Cachoeira e prosseguia por terra até Santa Maria, seu termo difusor, de onde ramificava-se para destinos como Caçapava, São Gabriel, Rosário, Alegrete, os povos missioneiros, Cruz Alta ou Passo Fundo.

Em 1872, o Engenheiro José Ewbank da Câmara apresentou o plano pioneiro para a implantação sistemática de estradas de ferro na Província do Rio Grande do Sul. Segundo José Roberto de Souza Dias – em “Caminhos de Ferro do Rio Grande do Sul”, edição de 1986 - o projeto, de orientação predominantemente militar e estratégica, estava assim delineado: “A proposta consistia na articulação de um sistema ferroviário cuja artéria principal seria a linha que, partindo de Porto

Alegre, avançaria rumo a Taquari, Rio Pardo, Cachoeira, São Gabriel e Alegrete, atingindo nossos limites internacionais em Uruguaiana e Quaraí. Ao sul, projetava-se uma outra linha partindo do litoral, do porto de Rio Grande, atravessando Bagé e conectando-se em São Gabriel com a artéria principal. (...) Da cidade de São Gabriel uma outra linha rumaria para o noroeste, pelo fértil vale do Jacuí, passando por Cruz Alta e indo até a confluência do Ijuí com o rio Uruguai. (...) Na direção norte, uma linha percorreria o vale do rio Taquari, região de importantes núcleos coloniais, avançando pelos campos de Vacaria, até atingir a província de Santa Catarina.”

Em 1875, ante a definição governamental do plano ferroviário que idealizar a, Ewbank contestou a pouca importância atribuída à linha Norte, ressaltando que a passagem da estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana por Santa Maria, a partir de Cachoeira, não atrairia um fluxo expressivo de produtos por se tratar de município de importância comercial reduzida e até insignificante se comparada com os do norte da Província. Ewbank preferia São Gabriel que, no seu entender, ofereceria condições tanto militares como econômicas suficientes para centralizar o sistema ferroviário e entroncar a linha Noroeste com a linha Leste-Oeste.

Aponte-se que o Marechal do Exército Manoel Luís Osório, consultado por Ewbank sobre o seu projeto, teria opinado pela intermediação de Santa Maria entre Cachoeira e São Francisco de Assis, com um ramal de Santa Maria para São Gabriel. No projeto definitivo afinal executado prevaleceu a passagem por Santa Maria, a meu ver com as vantagens que o tempo veio a evidenciar.

As viagens entre Santa Maria e Cachoeira eram então penosas e demoradas. Antes de 1884, quando se inaugurou o transporte por ferrovia e proporcionou-se alternativa de transporte mais cômoda e expedita, o deslocamento em regra se fazia por caminho que melhor se definiria como trilha sulcada pelas rodas das carretas e pisoteada pelos cascos dos animais vacuns e cavалares. O traçado da estrada de ferro seguiu, em geral, esse antigo caminho que, partindo de Santa Maria, passava pela estância da Tronqueira, pelo arroio do Sol ou do Só, pela estância da Restinga Seca e pelo potreiro da Estiva até atingir a margem direita do rio Jacuí e, ultrapassado este, afinal alcançar Cachoeira.

Auguste de Saint-Hilaire – “Viagem ao Rio Grande do Sul”, edição de 2002 - narrou sua viagem de carreta entre os dois lugares, em 1821; foram 26 léguas percorridas em 12 dias. João Daudt Filho – “Memórias”, edição de 2003 - relatou ter viajado numa carretilha de Santa Maria a Rio Pardo, em 1865, gastando 15 dias. Contudo, desde 1829 havia serviço regular de correio entre as duas localidades, com uma viagem semanal.

Diversamente de Cachoeira, fundada à margem esquerda do rio Jacuí, navegável por embarcações de pequeno porte pelo menos até o sítio dessa fundação, Santa Maria não foi servida pela natureza por rios passíveis de navegação. O rio Vacacai-Mirim, nas suas vizinhanças, não passava de um estreito e pedregoso curso d'água e posteriormente veio a ser represado, contribuindo para o abastecimento hídrico da cidade. Já o rio Vacacaí-Grande, bem mais distante ao sul, pode ter sido navegável no passado, ao menos em fases de cheia.

No início da década de 1950, assisti ao carregamento de arroz em lanchões ou **barcaças a motor conhecidas como “gasolinas”, acostadas** no aterro da estrada que vai de Santa Maria a São Sepé, junto à ponte pênsil que existia abaixo do passo do Verde.

Por óbvio, é descabido falar de transporte aéreo regional nessa época, mas não se poderia deixar de mencionar que Santa Maria, tendo presenciado de modo inédito elevar-se um balão tripulado em 1909, também pela vez primeira, em 1914, viu voar um avião; este, após decolar e sobrevoar a cidade, dirigiu-se precisamente para Cachoeira, onde pousou duas horas depois.

Não busquei dados sobre a população de Cachoeira na época sob análise. Apurei, entretanto, que no distrito de Santa Maria, em 1834, viviam 2.290 pessoas, com 160 casas na povoação e 197 no interior. Havia juiz de paz, escrivão, fiscal, guarda municipal e cura, mas faltava escola pública, somente aberta em 1838. Um simples povoado, de certo assolado pelas desgraças, danos e misérias da luta entre farrapos e imperiais, mas sem dúvida assumindo alguma importância.

Obviamente, a emancipação política do distrito de Santa Maria não rompeu as ligações com o município de Cachoeira. Pelo contrário, as vinculações entre os dois locais cada vez mais se acentuaram ao longo do tempo, quer sob o aspecto econômico quer sob o ponto de vista social. Cachoeira acrescentou notável posição industrial à sua anterior situação agropecuária, ao passo que Santa Maria mais e mais incrementou seu comércio, tirando partido da peculiar posição geográfica e convertendo-se em importante entroncamento de vias férreas e rodovias.

Hoje, não saberia o que dizer da atualidade cachoeirense por não estar informado das suas reais condições. Por outro lado, é perceptível que Santa Maria vale-se da natureza de centro universitário consolidado para, ao menos em âmbito local e regional, expandir a prestação de serviços qualificados.

O que o futuro reserva às duas cidades, não me é dado conhecer. Contudo, uma previsão parece razoável: continuarão elas aproximando-se com vista a uma complementação de ideais, meios e objetivos em tudo e por todos desejável.

Penitenciando-me por eventuais erros, omissões e delongas, agradeço a honra do seu comparecimento.

Muito obrigado!

A CIDADE FERROVIÁRIA – MEMÓRIA

Não sou historiador de ofício, embora há menos de um ano tenha sido honrado com a distinção de participar do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul como membro efetivo. Tenho-me como simples curioso dos fatos da História, cujo conhecimento empolga-me desde a infância e vem sendo arduamente obtido, principalmente através da leitura continuada e da oitiva daqueles que se dedicaram ou continuam entregues ao seu estudo.

Criado no meio de livros, revistas, jornais e documentos utilizados por meu pai, Romeu Beltrão, para pesquisar a história de Santa Maria, minha cidade natal, e de São Martinho – município extinto em 1901, posteriormente recriado sob a denominação de São Martinho da Serra e histórico portal luso-brasileiro para a conquista dos Sete Povos da Missões Orientais do Uruguai – não é de causar surpresa o interesse que alimento pelo papel desempenhado pelos caminhos de terra e de ferro no desenvolvimento da comunidade santa-mariense.

A atual cidade de Santa Maria teria se originado da redução jesuítica de São Cosme e São Damião, entre 1632 e 1638. Mais tarde, no local teria sido instalado um posto da estância do Povo de São João Batista ou São João Velho, que se chamou Guarda de Santa Maria. Entre 1784 e 1786, foi aldeia de índios minuanos. Em 1789, o Rincão de Santa Maria passou à qualidade de sesmaria, doada a Francisco Antônio Henriques de Amorim e em seguida vendida ao Padre Ambrósio José de Freitas. O povoamento efetivo da localidade teria se iniciado em 1797, quando no referido Rincão - já descrito em 1787 por José de Saldanha, capitão de engenheiros, astrônomo e comandante da Primeira Subdivisão da Comissão Demarcadora de Limites da América Meridional, decorrente do Tratado de Santo Ildefonso de 1777 – ou, mais precisamente, na mencionada sesmaria, veio acampar a Segunda Subdivisão dessa Comissão, sob a proteção da Guarda de São Pedro, no passo dos Ferreiros.

O acampamento, chamado de Santa Maria da Boca do Monte, atraiu moradores e foi elevado a oratório em 1894. Quando da criação dos quatro primeiros municípios da Capitania de São Pedro, em 1809, ao de Rio Pardo ficaram pertencendo a Freguesia de Cachoeira e o Oratório de Santa Maria, este alçado a capela filial em 1810 e a capela curada em 1812. Instalado o Município de Cachoeira em 1820, Santa Maria tornou-se o seu Quarto Distrito.

Nessa ocasião, o povoado contava com quatro ruas. A de São Paulo, hoje do Acampamento. A Pacífica, depois do Comércio e agora Doutor Bozano. No vértice de ambas existia um descampado fronteiro a uma modesta capela que, após chamar-se praça da Conceição ou da Igreja, atualmente se denomina praça Saldanha Marinho. Pela frente da referida capela passava a rua da Conceição ou da Igreja, mais tarde da Matriz, do Doutor João Inácio e, por último, Venâncio Aires. E à direita do pequeno templo, começava a rua do General Rafael Pinto, depois do Coronel Valença, avenida do Progresso e hoje Rio Branco. Afora esses logradouros, havia duas estradas: a das Tropas, atual rua Gaspar Martins, e a da Aldeia, agora correspondente às avenidas Ipiranga e Presidente Vargas.

Em 9 de abril de 1821, chegou a Santa Maria o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire. Sua viagem iniciara-se em 4 de junho de 1820, quando entrou na Capitania de São Pedro pela Guarda de Torres; prosseguira por Porto Alegre, Capela do Viamão e Barra do Rio Grande; estendera-se à Banda Oriental e às Missões

Orientais do Uruguai; e, na sua etapa imediatamente anterior, demorara 13 dias para que se perfizesse o trajeto entre o Povo de São João e Santa Maria, com passagem pelas estâncias de Tupanciretã, Santiago, São Lucas, Filipinho, Durasnal de São João e Rincão de Santa Maria. Em 11 de abril de 1821, Saint-Hilaire deu prosseguimento ao seu roteiro, dirigindo-se a Cachoeira com trânsito pelas estâncias da Tronqueira e Restinga Seca. Ao entrar na povoação, o naturalista provavelmente o fez pela estrada da Aldeia e, ao sair, é quase certo que passou pela estrada das Tropas.

Saint-Hilaire deixou registros notáveis sobre a Capela de Santa Maria. Existiam umas 30 casas, um par de ruas e várias lojas comerciais bem montadas. Havia exportação de pequenas quantidades de produtos de lavoura para a Capela de Alegrete, excedentes da produção local. E houvera exploração do corte de madeiras e exportação de tábuas serradas para Montevidéu, por lenhadores bascos, ao tempo em que os espanhóis ocuparam a margem oeste do arroio dos Ferreiros, ao lado do Rincão de Santa Maria. Essas exportações se faziam por caminhos melhor definíveis como trilhas sulcadas pelas rodas das carretas e pisoteadas pelos cascos dos animais de tração, carga ou montaria.

Dois exemplos ilustram o que significava viajar pelas trilhas, picadas ou estradas daqueles tempos na depressão central da então Província do Rio Grande do Sul: Saint-Hilaire, em 1821, demorou 11 dias para percorrer de carreta 26 léguas - cerca de 172 quilômetros se adotada a légua portuguesa de aproximadamente 6.600 metros - entre a Capela de Santa Maria e Cachoeira. E João Daudt Filho relatou ter viajado durante 15 dias numa carretilha de Santa Maria a Rio Pardo, em 1865.

Santa Maria tornou-se freguesia em 1837; foi elevada a vila, emancipando-se de Cachoeira e passando à categoria de município em 1858; finalmente, atingiu o grau de cidade em 1876.

A localização no centro geográfico da Província, situada na Campanha porém junto à encosta do Planalto (geralmente designado como Serra) e perto da margem direita do rio Vacacaí-Mirim, afluente pela margem direita do rio Jacuí, mas também próxima às nascentes do rio Ibicuí-Mirim, favoreceu o desenvolvimento dos serviços em geral, e do comércio em especial, como característica econômica predominante da comunidade santa-mariense. Essa atividade comercial pressupunha operação por diversas vias de transporte e comunicação; os mais importantes caminhos, do oeste para o leste, eram as picadas do Gama, do Canabarro, Boca do Monte, São Martinho, Pinhal e Pains, além das estradas da Caturrita e de Silveira Martins.

A picada do Gama deve sua denominação ao brigadeiro José Maria da Gama **Lobo Coelho d'Eça, Barão** de Saicã, sesmeiro na região de São José da Porteira, no atual Município de Dilermando de Aguiar.

A picada do Canabarro, localizada no distrito de Boca do Monte, possivelmente recebeu seu nome de Antônio Ferreira Canabarro, que em 1806 detinha terras no local, ou de Tristão Enéas Canabarro, contratante, em 1873, do conserto desse caminho e da construção de uma ponte sobre o rio Ibicuí-Mirim, mas não do general da República Rio-Grandense e brigadeiro honorário do Império do Brasil David José Martins ou David Canabarro.

A picada de Boca do Monte situava-se no distrito homônimo e conectava-se com a de São Martinho, vila que, como acima se disse, foi município de 1876 a 1901,

posteriormente converteu-se em distrito de Santa Maria e, há algum tempo, voltou a emancipar-se com foro de cidade e nome de São Martinho da Serra.

A picada do Pinhal e a estrada da Caturrita referem-se a povoações que hoje fazem parte do Município de Itaara.

A picada dos Pains, conhecida como tal já em 1841 e com topônimo persistente até a atualidade, ficava na estrada geral de Santa Maria para Cachoeira, no distrito de Arroio do Só.

E a estrada de Silveira Martins, originalmente uma simples picada, teve início em 1881 e conclusão no ano seguinte; diga-se de passagem que a Colônia Silveira Martins, existente entre 1877 e 1882 ou, oficialmente, 1888, foi assim nomeada em alusão ao tribuno, estadista e magistrado Gaspar Silveira Martins; o primitivo núcleo colonial, na atualidade, também se acha erigido em município.

Desde 1829 havia serviço regular de correio entre Santa Maria e Cachoeira. A linha telegráfica entre Santa Maria e Porto Alegre foi inaugurada em 3 de maio de 1876. A telefonia somente começou a funcionar em 1º de fevereiro de 1901.

Em termos políticos, no Império do Brasil, a questão ferroviária foi colocada sob a regência do Padre Diogo Antônio Feijó, quando da edição do Decreto-lei nº 101, de 31 de outubro de 1835, visando à construção de um sistema de estradas de ferro que ligasse as Províncias de Minas Gerais, Bahia e São Paulo com o Rio de Janeiro e se estendesse até a Província do Rio Grande do Sul.

Na província sul-rio-grandense, o tema das ferrovias teria sido ventilado primeiramente em 1865, a propósito de um projeto de estrada de ferro que conectasse Pelotas com Bagé. Contudo, o ideal ferroviário só se veio a realizar através do processo da Lei Provincial nº 599, de 10 de janeiro de 1867, que mandou contratar a construção de uma estrada de ferro de Porto Alegre a São Leopoldo ou Hamburger-Berg (Novo Hamburgo). Essa ferrovia teve sua primeira seção, de Porto Alegre a São Leopoldo, inaugurada em 14 de abril de 1874, e a segunda, de São Leopoldo a Hamburger-Berg, aberta ao tráfego em 1º de janeiro de 1876. A Porto Alegre and New Hamburg Brazilian Railway Company Limited constituiu-se no marco inicial da viação férrea no Rio Grande do Sul.

A visão pioneira das ferrovias sulinas como sistema integrado deve-se ao Engenheiro José Ewbank da Câmara que, em 1872, apresentou ao governo imperial seu Projeto Geral de uma Rede de Vias Férreas Comerciais e Estratégicas para a Província do Rio Grande do Sul.

O sistema proposto por Ewbank compreendia quatro linhas, uma principal e três secundárias. No centro da Província, uma linha principal de Porto Alegre a Uruguaiana, passando por Margem do Taquari (General Câmara), Rio Pardo, Cachoeira, São Gabriel e Alegrete. Ao Sul, haveria uma linha secundária de Rio Grande a São Gabriel, com ramais para Jaguarão e Santana do Livramento. Ao Norte, uma outra linha secundária conectaria São Gabriel com a região missioneira, passando por Cruz Alta. Afinal, uma última linha secundária partiria de Margem do Taquari e, pelo vale do rio de mesmo nome, demandaria os campos de Vacaria e a Província de Santa Catarina.

O projeto de Ewbank foi aprovado em sua essência, sobrevivendo o Decreto Legislativo nº 2.397, de 10 de setembro de 1873, mandando construir uma estrada de ferro que comunicasse o litoral e a Capital da Província do Rio Grande do Sul com as fronteiras nos pontos mais convenientes, e o Decreto nº 5.500, de 10 de dezembro de 1873, que aprovou o contrato para exploração e estudos da linha férrea de Porto Alegre a Uruguaiana.

Anote-se que, pela Lei Provincial nº 773, de 4 de maio de 1871, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul fora autorizado a contratar com Francisco Antônio Pereira da Rocha e Feliciano Joaquim Bormann a construção de um trecho ferroviário entre Santo Amaro e Santa Maria, sem que a providência se efetivasse.

A via férrea de Porto Alegre a Uruguaiana foi dividida em quatro seções. A primeira, de Porto Alegre a Cachoeira, passando por Santo Amaro e Rio Pardo. A segunda e a terceira, de Cachoeira a Alegrete, passando por São Gabriel ou Santa Maria. E a quarta, de Alegrete a Uruguaiana.

Ultimados os estudos e tomadas as providências preliminares, inauguraram-se os trabalhos de construção da ferrovia em 23 de dezembro de 1877. O ponto inicial da primeira seção, que seria Porto Alegre, passou a ser Margem do Taquari. O trecho de Margem de Taquari a Cachoeira foi aberto ao tráfego em 7 de março de 1883. Em 15 de outubro de 1885, foi inaugurado o trecho de Margem do Taquari a Santa Maria, embora já em 10 de setembro os trilhos tivessem atingido o local onde depois foi edificado o prédio da estação ferroviária desta cidade, junto ao pátio de manobras e nas proximidades das oficinas centrais e do depósito de locomotivas a serem instalados. Por isso, mesmo antes da inauguração puderam correr trens de carga sobre a nova linha. A ferrovia tornou-se trafegável até Cacequi em 23 de dezembro de 1890, porém o último trecho, de Cacequi a Uruguaiana, apenas foi concluído e inaugurado em 24 de dezembro de 1907.

Ewbank, em 1875, criticou a modificação de seu projeto quanto à preterição de São Gabriel do trajeto da linha principal, de Porto Alegre a Uruguaiana, fazendo-se com que a via férrea passasse por Santa Maria. Alegou, em primeiro lugar, argumento de natureza estratégico-militar, afirmando que São Gabriel oferecia suficientes condições de segurança. Em segundo lugar, sob o ponto de vista econômico, sustentou que o Município de Santa Maria tinha reduzida importância comercial e a ferrovia, ao passar por ele, não iria atrair um fluxo expressivo de produtos. Contudo, os engenheiros que planejaram o traçado da aludida linha principal preferiram o traçado por Santa Maria, seguindo pelos vales dos rios Jacuí e Ibicuí, porque encurtava a via em 24 quilômetros e percorria terreno menos acidentado, barateando os custos de construção e manutenção.

Acrescente-se que o Marechal do Exército Manoel Luís Osório, Marquês do Herval, consultado por Ewbank, sobre o seu projeto, opinou pelo traçado Margem do Taquari-Rio Pardo-Cachoeira-Santa Maria-São Francisco de Assis-São Borja, com um ramal derivando de Santa Maria para São Gabriel.

Estava dado o primeiro passo para que Santa Maria se tornasse Cidade Ferroviária.

O povo de Santa Maria acompanhava com atenção e zelo os acontecimentos referentes à execução do projeto elaborado por Ewbank. Veiculando o interesse dos munícipes, a Câmara Municipal, em 10 de abril de 1883, dirigiu-se ao governo

imperial para solicitar que o entroncamento da linha secundária do Sul, cujo ponto de partida era Rio Grande, com a linha principal de Porto Alegre a Uruguaiana se fizesse em Santa Maria e não em Cacequi, estação determinada pelo Decreto nº 8.346, de 24 de dezembro de 1881. Apesar de sua aparente razoabilidade, a postulação foi indeferida.

Em 1883, a cidade de Santa Maria tinha 3.224 habitantes. Desde 1881, tinha iluminação pública por lâmpadas a querosene. Todavia, o calçamento das ruas e avenidas com pedra irregular somente teria começo em 1895, a substituição dos lâmpadas a querosene por lâmpadas elétricas só ocorreria em 1897 e o tratamento da água e do esgoto apenas seria disponibilizado em 1931.

Embora o 15 de outubro de 1885 fosse um dia de gala para a população santamariense, marcado pela inauguração oficial e solene do trecho de Margem do Taquari a Santa Maria pelo então Vice-Presidente em exercício da Província do Rio Grande do Sul, Doutor Miguel Rodrigues de Barcelos, nem tudo eram rosas na cidade. Em 28 de setembro de 1885, a Câmara Municipal lavrou voto de censura contra Ernesto Beck por não manter a cessão de terrenos de sua propriedade para a abertura de via pública – partes das futuras ruas Visconde de Ferreira Pinto e Silva Jardim - que proporcionasse o acesso à futura estação ferroviária e solicitou ao engenheiro-chefe da ferrovia **“ordem de serviço e desapropriação”**.

A estrada de ferro de Itararé a Santa Maria foi concedida à iniciativa privada através dos Decretos nºs 10.452, de 9 de novembro de 1889, e 305, de 7 de abril de 1890. Seus estudos definitivos foram aprovados pelos Decretos nºs 670, de 14 de novembro de 1891, em relação à linha de Santa Maria a Cruz Alta, e 1.089, de 10 de outubro de 1892, com referência ao trecho entre Cruz Alta e o rio Uruguai (Marcelino Ramos).

Os trabalhos de construção foram iniciados em 4 de janeiro de 1892 e a inauguração do tráfego, no trecho de Santa Maria a Cruz Alta – cuja construção fora contratada pelo Visconde César de Ferreira Pinto em 7 de maio de 1893 – deu-se em 20 de novembro de 1894. Em 31 de maio de 1897, ocorreu a inauguração do tráfego no trecho de Cruz Alta a Pinheiro Marcado e, em 15 de novembro do mesmo ano, no trecho de Pinheiro Marcado a Carazinho. O trecho de Carazinho a Passo Fundo teve seu tráfego inaugurado em 31 de janeiro de 1898, o de Passo Fundo a Capo-Erê em 3 de maio de 1910 e, finalmente, o de Capo-Erê ao rio Uruguai em 25 de outubro desse ano.

Há notícia de que, em 26 de maio de 1889, chegou a Santa Maria uma comissão de engenheiros incumbida de estudar o traçado da estrada de ferro de Itararé a Santa Maria, que foi jubilosamente recebida pela população.

Essa visita, prévia à concessão da futura ferrovia, teria sido promovida pelo governo imperial ou, talvez, pelo engenheiro João Teixeira Soares, que seria o primeiro concessionário, sucedido pela Compagnie Générale des Chemins de Fer Sud Ouest Brésiliens, no trecho Santa Maria-Cruz Alta e pela Companhia União Industrial dos Estados do Brasil, mais tarde pela Companhia São Paulo-Rio Grande, por meio do Decreto nº 1.386, de 6 de maio de 1893, no trecho de Cruz Alta ao rio Uruguai.

Em 1902, a estrada de ferro veio a ser resgatada pela União e, mediante os Decretos nºs 5.548, de 5 de junho de 1905 (trecho de Santa Maria a Passo Fundo), e 6.673, de 3 de outubro de 1907 (trecho de Passo Fundo ao rio Uruguai), foi arrendada à Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil.

A propósito desses eventos, merecem destaque duas circunstâncias. A primeira é a formação de um novo bairro na cidade de Santa Maria, o de Itararé, em torno do segmento inicial da linha vulgarmente conhecida como da Serra, cuja artéria principal é a rua Visconde de Ferreira Pinto. E a segunda é frustração da expectativa das pessoas que esperavam cortasse o traçado da ferrovia a borda do planalto, passando pela Caturrita, por Santo Antão e pelo vale do rio Ibicuí, as quais, visando à especulação imobiliária, adquiriram terras ao longo desse trajeto; entretanto, a via seguiu pela vertente direita do vale do rio Vacacaí-Mirim; essa opção afetou negativamente o desenvolvimento do então Município de São Martinho, cujo núcleo urbano ficou afastado da via férrea.

Nos últimos anos do século XIX e nos primeiros de século XX, o Município de Santa Maria vivenciou notável evolução. A população aumentou de 11.000 habitantes em 1888 para 25.207 em 1890 e 54.951 em 1913, dos quais 15.538 na cidade. Em 1920, os cidadãos eram 15.802. A quantidade de prédios urbanos passou de 400 em 1887 para 830 em 1898 e 2.605 em 1920. E a renda municipal incrementou-se de 15 contos de réis em 1889 para 112 em 1898 e 297 em 1914. É provável que a migração decorrente da colonização de Silveira Martins e arredores, de 1877 a 1882, e da guerra civil, de 1893 a 1895, contribuíssem para tamanho crescimento, mas é certo que o advento da ferrovia trouxe expressivo desenvolvimento à comunidade santa-mariense. Fato significativo foi a mudança da denominação da via pública que unia o centro urbano à estação ferroviária, de rua do Coronel Valença para avenida Progresso, cujo calçamento foi executado em 1899.

Dera-se o segundo passo para que Santa Maria recebesse o cognome de Cidade Ferroviária.

No final do Século XIX, o governo federal decidiu revisar sua política ferroviária. Em consequência disso, foi baixado o Decreto nº 2.413, de 28 de dezembro de 1896, estabelecendo as bases para o arrendamento das estradas de ferro pertencentes à União.

Relativamente à estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, a concorrência pública foi aberta em 1897, apresentando-se dois licitantes. Preferindo a proposta de Afonso Spée em detrimento da oferecida pelo Estado do Rio Grande do Sul, a União contratou com aquele concorrente o arrendamento da referida ferrovia, mediante o Decreto nº 2.830, de 12 de março de 1898. Afonso Spée promoveu em 3 de abril de 1898, em Bruxelas, a constituição da Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil, à qual, em 15 de março do mesmo ano, cedeu o arrendamento que contratara.

À companhia arrendatária, autorizada a funcionar no Brasil pelo Decreto nº 2.884, de 25 de abril de 1898, foi entregue a estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana pelo Estado do Rio Grande do Sul, que a administrava, por termo lavrado em 3 de maio do mesmo ano. Os escritórios da ferrovia foram transferidos de Porto Alegre para Santa Maria, onde permaneceram por mais de 23 anos. Essa transferência causou protestos de parte das entidades representativas dos comerciantes de Pelotas e Rio Grande, que queriam sediá-los nas respectivas cidades.

Por intermédio do Decreto nº 5.548, de 5 de junho de 1905, a União contratou com a Auxiliaire o arrendamento e a construção de diversas estradas no Rio Grande do Sul e, por meio do Decreto nº 5.549, dos mesmos mês e ano, estabeleceu as bases de

um acordo a ser celebrado com o governo do Estado para a incorporação de linhas férreas de concessão estadual às linhas federais. Nascia assim, sob a gestão da Auxiliaire, a Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Consumado se achava, portanto, o processo pelo qual Santa Maria evoluíra de um povoado com inclinação mercantil para uma autêntica Cidade Ferroviária.

O coroamento desse epíteto consagrou-se através da via férrea construída da estação de São Pedro (Dilermando de Aguiar, então 2º Distrito do Município de Santa Maria) a São Luís Gonzaga e São Borja, cujos trabalhos estenderam-se de 1911 (Lei Federal nº 2.356, de 31 de dezembro de 1910 e Decreto nº 8.559, de 15 de fevereiro de 1911) até 1957, quando sobreveio a inauguração do último trecho, de São Luís Gonzaga a Cerro Largo. Os demais trechos foram inaugurados como segue: da estação de São Pedro a Jaguari, em 13 de maio de 1919; de Jaguari a Curuçu, em 16 de setembro de 1935; de Curuçu a Santiago, em 1º de julho de 1936; de Santiago a São Borja, em 1º de janeiro de 1938; e de Santiago a São Luís Gonzaga, em 1º de junho de 1943. Transparecem desse calendário de inaugurações duas influências: a político-militar, ditada pela necessidade de conectar guarnições de fronteira, e a político-econômico-social, correlata com a primeira passagem de Getúlio Dorneles Vargas pela presidência da República.

Os fatos ferroviários projetaram-se inevitavelmente na vida da comunidade santa-mariense. A partir de 1898 surgiu a Vila Belga, conjunto de casas edificadas pela Auxiliaire para moradia de seus funcionários. Em 26 de outubro de 1913, foi fundada a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea, entidade de maior relevância econômica e social que atuou amplamente nas esferas municipal e estadual. Da Cooperativa emanaram notáveis instituições de natureza educacional, como a Escola Profissional, em 13 de maio de 1918, mais tarde denominada Escola de Artes e Ofícios e, por fim, Escola Hugo Taylor, cuja seção feminina era constituída pela Escola Santa Terezinha do Menino Jesus, e hospitalar, qual seja a Casa de Saúde que teve seu prédio principal inaugurado em 24 de abril de 1931. Paralelamente a essas iniciativas vinham sendo ampliadas, ao longo do tempo, as instalações ferroviárias propriamente ditas. Sobrevieram oficinas como as do Quilômetro 3 da linha de Porto Alegre, e armazéns como o do Quilômetro 2 da linha da Fronteira. Foi também criada, em junho de 1943, a Escola Profissional Ferroviária, para formação de técnicos destinados a operar a Viação Férrea.

Mas às **nuvens claras do vapor d'água seguiram**-se os rolos escuros da fumaça carvoeira. Em 1911, os acionistas da Auxiliaire, insatisfeitos com os resultados do empreendimento, alienaram o controle da companhia à Brazil Railway do empresário americano Percival Farquar. No entanto, a nova controladora também não logrou o bom êxito esperado em seus negócios e, em 1919, devolveu o controle da Auxiliaire aos capitalistas belgas.

Durante a primeira gestão dos belgas, o pomo da discórdia entre a companhia arrendatária, seus clientes e os poderes públicos residiu na questão tarifária: aquela pretendia preços ao nível da remuneração do investimento, ao passo que estes os reputavam excessivos.

Ao tempo da administração americana, o problema maior passou a ser a exiguidade dos recursos investidos pela controladora.

Já a segunda gestão dos belgas foi assinalada pela tentativa infrutífera de reverter o mau desempenho da companhia arrendatária nos anos anteriores, que se agravara por greves iterativas, das quais a mais grave aconteceu de 16 de outubro a 1º de novembro de 1917, causando danos materiais vultosos, a intervenção da Brigada Militar e do Exército, a morte de três pessoas, ferimentos em umas cinquenta outras e, naturalmente, grande comoção em Santa Maria.

Criaram-se afinal as condições para uma providência que vinha amadurecendo praticamente desde a contratação da Auxiliaire, em 1905. Valendo-se do Decreto nº 14.222, de 18 de junho de 1920, a União encampou a rede ferroviária arrendada à Auxiliaire e transferiu para o Estado do Rio Grande do Sul os contratos celebrados com a aludida arrendatária, a que se referiam os Decretos nºs 2.830, 5.548 e 6.673, já mencionados, mais o Decreto nº 9.101, de 8 de novembro de 1911, que autorizou a revisão dos contratos de 15 de março de 1898 e 19 de junho de 1905.

A encampação - consumada por contrato celebrado entre a União e Estado do Rio Grande do Sul, cujas cláusulas foram aprovadas pelo Decreto nº 15.438, de 10 de abril de 1922, modificado posteriormente pelo Decreto nº 18.551, de 31 de dezembro de 1928 - acarretou a transferência dos escritórios da Viação Férrea para Porto Alegre, efetivada em 26 de setembro de 1921, que privou a população santa-mariense de, aproximadamente, 200 funcionários e respectivas famílias.

A Cidade Ferroviária sofrera sensível revés, do qual viria a se recuperar com o transcurso do tempo. Porém, o brilho da época áurea da Auxiliaire não mais voltaria a cintilar.

Em que pesem os evidentes reflexos da encampação e de suas consequências na vida econômica e social da comunidade, Santa Maria não viu desaparecer repentinamente sua importância como centro ferroviário.

Tendo-se em vista o subsequente desenvolvimento da cidade, é possível sustentar que essa importância, se não aumentou, pelo menos manteve-se estável durante algumas décadas, até diminuir a olhos vistos por volta de 1950, ante as dificuldades decorrentes da redução do investimento estadual na Viação Férrea e, notadamente a partir de 1956, também da política federal de expansão da indústria automobilística e das rodovias em detrimento das estradas de ferro.

Mas é preciso reconhecer que, além desses fatores, outros mais concorreram, simultaneamente, para a apontada diminuição da característica ferroviária.

Em acréscimo à presença da polícia civil e militar, desde 1909 Santa Maria tornara-se parada de importante guarnição do Exército, com a instalação do quartel-general da 3ª Brigada Estratégica.

Em 1910, fora elevada a diocese da Igreja Católica Apostólica Romana.

Por conseguinte, passara a ser, além de Cidade Ferroviária, também Cidade Militar e Cidade Episcopal.

E mais: em 27 de fevereiro de 1932, quando da instalação oficial da Faculdade de Farmácia e Odontologia, da qual subsistiu apenas o curso farmacêutico, fora lançada a discreta semente da árvore frondosa hoje representada pelas instituições de ensino superior públicas e privadas que tanto a qualificam como polo universitário.

Santa Maria volta-se agora para outros destinos. Continua a ser Cidade Militar, sede do quartel-general da 3ª Divisão do Exército e da Ala 4 da Força Aérea Brasileira. Passou a ser Cidade Arquiepiscopal com ascensão a arcebispado católico. E vive a plenitude de sua intitulação como Cidade Universitária, abrigando os campi da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), do Centro Universitário Metodista (IPA) e de outras faculdades.

A Cidade Ferroviária ficou no passado, embora assinalada por inúmeros vestígios e preservada na memória comunitária.

Em 1959, a Viação Férrea do Rio Grande do Sul reverteu à administração da União, passando a ser gerida pela Rede Ferroviária Federal S.A..

Em 1997, em consequência da privatização das estradas de ferro sob administração federal, as vias férreas do Rio Grande do Sul foram concedidas à Ferrovia Sul Atlântico S.A., sucedida pela América Latina Logística S. A. em 1998 e pela Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. em 2015.

O parque ferroviário de Santa Maria praticamente desapareceu, desativando-se a estação a partir de 2 de fevereiro de 1996, quando cessou o tráfego das composições de passageiros pela última das linhas a que servia. Porém, trens de carga ainda circulam pelos trilhos que atravessam a área urbana, existe um pátio de manobras e espera-se que, no Quilômetro 3, vagões e ou outros equipamentos para ferrovia voltem a ser fabricados.

Contudo, a situação de Santa Maria no centro geográfico do Rio Grande do Sul assegura-lhe a expectativa permanente de atrair serviços os mais diversos, inclusive de transportes. Portanto, cabe indagar, com um laivo de saudosismo mas também uma ponta de esperança: a Cidade Ferroviária ressurgirá das cinzas como fênix renascida?

O futuro guarda a resposta.

SANTA MARIA E A GUERRA CIVIL DE 1892 A 1895

PRÓLOGO

No penúltimo lustro do século XIX, o Rio Grande do Sul foi convulsionado pela comoção que se costuma chamar Revolução de 1893.

No entanto, as proporções dessa movimentação política e militar que se estendeu a Santa Catarina e ao Paraná e envolveu a participação direta do governo federal, além de refletir-se nas vizinhas Repúblicas Oriental do Uruguai e Argentina, e atrair a atenção de observadores das Américas e da Europa, permitem classificá-la mais adequadamente como uma verdadeira guerra civil.

A GUERRA CIVIL

As hostilidades desenrolaram-se em três teatros, dos quais o catarinense e o paranaense não serão objeto de atenção especial. Apenas o teatro sul-rio-grandense, em razão de sua pertinência direta e imediata com o tema abordado, comportará estudo nesta oportunidade.

Os contendores eram, de uma parte, os federalistas ou federais e de outra, os governistas.

Os federalistas constituíam-se, principalmente, de uma mescla de neo-republicanos - que, durante o Império, haviam militado, a maioria, no Partido Liberal, e a minoria, no Partido Conservador - com republicanos históricos, adeptos dissidentes do Partido Republicano Rio-Grandense, fundado em 1882.

Os neo-republicanos formaram primeiramente a União Nacional, em 8 de junho de 1890, e mais tarde congregaram-se no Partido Federalista, fundado em Bagé por iniciativa de Gaspar Silveira Martins, em 31 de março de 1892. Os republicanos históricos reuniram-se no Partido Republicano Federal, criado em 5 de maio de 1891. Mais ou menos discretamente, essas duas correntes foram auxiliadas por uma terceira, de monarquistas que, em face do 15 de novembro de 1889, tinham se afastado da atividade política por não aceitar o novo regime. O amálgama dessas facções era a rejeição a Júlio Prates de Castilhos e à sua principal obra política, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891.

Aos federalistas ou federais opunham-se, de outra parte, os governistas.

Estes se compunham de republicanos históricos que haviam permanecido fiéis ao Partido Republicano Rio-Grandense, e de neo-republicanos adésistas, na maioria antigos militantes do Partido Conservador mas também, na minoria, oriundos do Partido Liberal. Aglutinava-os a dedicação a Castilhos e a aceitação da carta estadual de 14 de julho de 1891.

O governo federal exercido pelo Marechal Floriano Vieira Peixoto, detestando Gaspar Martins e o parlamentarismo por este preconizado, alinhou-se com Castilhos, apoiando-o com os meios de que dispunha, notadamente o Exército.

Consta que, abertas as hostilidades, Floriano teria enviado o Senador Cunha Júnior para tratar com João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), Brigadeiro Honorário do Exército, Barão de Itaqui antes de renunciar ao título nobiliárquico e general-em-chefe do Exército Libertador, das condições para a deposição das armas insurretas. Estabelecidas as negociações em 18 de abril de 1893, Joca Tavares, partindo do pressuposto de inexistir governo legal no Rio Grande do Sul, postulou a nomeação de um interventor digno de respeito e confiança, assim como a realização de uma eleição honesta que assegurasse o justo governo a quem vencesse o pleito. As negociações foram interrompidas porque a Revolta da Armada deu proporções nacionais à guerra civil estadual, excitando ambições que, no entender do governo federal, poriam em risco o regime republicano.

A Revolta da Armada foi prenunciada de 6 a 16 de julho de 1893 pelo raide do Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk contra Rio Grande. eclodiu finalmente em 8 de setembro, pela sublevação do Contra-Almirante Custódio José de Melo na baía da Guanabara. Foi estimulada, de 27 a 29 de setembro, pela ação do Capitão-de-Mar-e-Guerra Frederico Lorena contra Desterro [hoje Florianópolis]; em 9 de dezembro, pela adesão ostensiva do Contra-Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama; e, em 14 e 15 de janeiro de 1894, pelo ataque a Paranaguá. Sofreu abalos, em 15 de dezembro de 1893, pela evacuação da ilha do Governador; em 9 de fevereiro de 1894, pela insucesso do golpe de mão de Saldanha contra Armação; em 13 de março, pela defecção de Saldanha na baía de Guanabara; em 12 de abril, pelo fracasso do ataque de Melo a Rio Grande; e, em 16 de abril, pelo torpedeamento do encouraçado **“Aquidabã”**. Estiolou-se, em 15 de abril de 1894, pela entrega, por Melo ao governo argentino, dos cinco navios que lhe restavam - o cruzador **“República”** e os transportes armados em guerra **“Uranus”, “Meteoro”, “Esperança” e “Íris”**. E, finalmente, extinguiu-se, em 24 de junho de 1895, pela morte de Saldanha no combate do Rincão de Artigas ou do Campo dos Osórios.

Em cotejo com os federalistas do Rio Grande do Sul, os revoltosos da Armada tiveram atuação secundária na Guerra Civil de 1892-1895. Estes, talvez, sequer se levantassem contra Floriano se aqueles não se tivessem insurgido, desafiando Castilhos e seu férreo sustentáculo político e militar. O mesmo se diga dos descontentes catarinenses e paranaenses, que se aproveitaram de uns e outros para restabelecer posições perdidas ou interesses preteridos.

O Marechal Isidoro Dias Lopes, consoante **depoimento inserto em “A Consolidação da República”**, à página 137, esposou entendimento digno de registro:

“(…) A revolta da armada, chefiada por Custódio de Melo, tendo como grande auxiliar, o capitão-de-mar-e-guerra Lorena, não podia prejudicar a revolução regional Riograndense, porque Custódio não era suspeito à República e Lorena era republicano histórico. Poder-se-ia até pensar que a justiça, a força moral e a simpatia da causa riograndense haviam arrastado a Armada Nacional. A verdade, porém, é que as dificuldades do governo de Floriano com o movimento do Sul animaram

os velhos anseios de Custódio de atacá-lo. Seja como for, essa revolta não poderia prejudicar a revolução.

O prejuízo grande, insanável, veio com a adesão de Saldanha da Gama, trazendo a discórdia entre os revolucionários, gerando e aumentando a suspeita de intuitos monarquistas de muitos destes e da própria revolução. (...)”

Os conceitos de revolta, revolução e guerra civil comportam, em tese, diferentes sentidos e alcances, sendo por isso passíveis de variação conforme os estudiosos que os empregam e os casos a que se aplicam. No presente caso, preferiu-se adotar um critério meramente quantitativo para defini-los. Por conseguinte, uma movimentação coletiva contra a autoridade em exercício seria uma revolta; se adquirisse maiores proporções, passaria a ser uma revolução; e se, conquanto cingida a uma determinada entidade política, atingisse porte superlativo, comparável ao de um conflito armado entre estados distintos, deveria ser classificada como guerra civil. Este parece ter sido o caso da comoção ora considerada porque, embora não transcendesse o território nacional, alastrou-se pelo Sul do Brasil e, ainda que de modo indireto, afetou toda a Federação, seja por sua conexão com a Revolta da Armada, seja pelos vínculos inerentes ao regime federal, por frouxos que se afigurassem na época.

Os momentos inicial e final da guerra civil em questão também estão sujeitos a diferentes determinações, de acordo com o critério de fixação que se venha a selecionar. Nesse caso, a escolha teve em conta não só a datação formal como também a informal.

Sob o aspecto formal, a guerra civil começou com a proclamação de Joca Tavares, enunciada em 5 de fevereiro de 1893 no Acampamento na Carpintaria e **intitulada “Cidadãos, às Armas!”**. Esta proclamação foi ratificada pelo **“Manifesto à Nação Brasileira”, emitido pelo mesmo** general, por Rafael Cabeda e por mais dezoito coronéis, vinte e quatro tenentes-coronéis e dois majores do Exército Libertador, em 15 de março de 1893, no quartel-general então localizado no município de Santana do Livramento. Dentre os signatários, destaque-se o Coronel **Marcelino Pina d’Albuquerque** que pela sua relevância como protagonista no cenário central desse estudo.

Entretanto, a beligerância vinha ocorrendo, informalmente, desde o motim levado a efeito em Porto Alegre por militares do Exército e milicianos da Guarda Cívica, em 17 de junho de 1892, aos quais se juntaram elementos civis armados sob a chefia de Castilhos. Os insurretos sustaram a passagem do governo do Estado do Rio Grande do Sul a Joca Tavares, pelo Marechal José Antônio Corrêa da Câmara, segundo Visconde de Pelotas, que o recebera, a 8 do mesmo mês, do General-de-Brigada Domingos Alves Barreto Leite. Castilhos empossou-se na presidência do Estado nomeando vice presidente a Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, para quem transferiu de imediato o poder antes de renunciar ao cargo recém conquistado. O golpe militar e político do castilhismo ensejou a crescente violência pública e privada que, afinal, determinou a invasão do território sul-rio-grandense por adversários políticos emigrados e aderentes estrangeiros, a partir de 2 de fevereiro de 1893.

O término formal da guerra civil deu-se em 23 de agosto de 1895, data em que lavrada na cidade de Pelotas, no quartel-general do comando do 6º Distrito Militar, pelo Capitão Marcolino Antônio dos Santos, a ata do ajuste de pacificação celebrado entre o General-de-Divisão Inocêncio Galvão de Queiroz, em nome do Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Prudente José de Moraes e Barros, e Joca Tavares. Ainda nesse dia, o referido ajuste foi comunicado por Queiroz a Prudente de Moraes e por este retransmitido a Castilhos que, em sua resposta, a ele não manifestou oposição.

Contudo, as hostilidades já se achavam suspensas, por iniciativas unilaterais, desde os dias 1º de julho de 1895, por Joca Tavares, e 2 desse mês, por Queiroz. Aliás, a guerra civil de fato encerrara-se em 24 de junho de 1895, com o combate do Campo dos Osórios, em que foi aniquilada a força federalista de Saldanha e morto seu chefe pelos governistas do Coronel Cândido Azambuja e do Tenente-Coronel João Francisco Pereira de Souza, pertencentes à Divisão do Oeste, comandada pelo Brigadeiro Honorário Hipólito Antônio Ribeiro.

De “A Consolidação da República”, às páginas 76 a 78, vale trasladar esse elucidativo comentário:

“(...) A luta travou-se, inicialmente, e mesmo até o fim, entre forças de formação improvisada, e isto tanto de um lado como de outro. Mas as que apoiavam o governo dispunham naturalmente de ‘unidades de linha’, de melhor armamento e de mais abundantes recursos. Quando o governo federal tomou posição franca em apoio da situação castilhista, ‘as chamadas colunas da legalidade’ passaram freqüentemente a ser formadas com forças do Exército ou destas e da Polícia Militar, complementadas com guardas nacionais, e ‘batallhões provisórios ou patriotas’.

No Rio Grande do Sul, mais do que em qualquer outra região do país, sempre se constituíram facilmente numerosas e aguerridas forças irregulares. É uma consequência da vida campineira e do processo da formação histórica daquela parte do nosso país, feita através de lutas armadas em torno do problema da fixação das fronteiras, cujas características se prolongaram depois até os nossos dias, por certo, em forma cada vez mais atenuada, mas manifestadas nas lutas políticas que foram surgindo.

(...)

Todavia, o valor militar das forças revolucionárias foi sempre limitado por sua insuficiência **‘técnica militar’ e isso** tanto mais sensivelmente quanto mais numerosas eram suas formações ou mais aperfeiçoados foram sendo os armamentos. Habilíssimas no **‘movimento’**, arrojadas no combate, não podiam competir com forças providas de superior armamento com mais educação disciplinar e maiores recursos de organização.

De qualquer modo, a grande superioridade das forças governamentais ou **‘legalistas’**, residia principalmente, não só na abundância relativa dos recursos que possuíam, no armamento de que dispunham, mas também, no fato de, em regra, enquadrarem-nas numerosos oficiais de formação regular e de apoiarem-se as suas colunas em **‘tropas de linha’**.

Mesmo assim, tinham também o caráter de forças **‘irregulares’ e eram em sua ‘maioria’** formadas pelos partidários **ou ‘chefes políticos regionais’ que as** comandavam, subordinados ou não a chefes militares, muitos dos quais veteranos do Paraguai. (...)”

E, às páginas 117 a 119, mais essas passagens esclarecedoras do depoimento prestado ao autor, Coronel João Batista Magalhães, pelo Marechal Isidoro Dias Lopes:

“(...) O chefe da ação política era Gaspar Martins, mais tarde secundado pelos chefes da dissidência republicana – Demétrio [Nunes] Ribeiro, [João de] Barros Cassal e outros. Joca Tavares foi o chefe militar escolhido. Chefe político também, bravo e com alguma experiência da guerra do Paraguai, penso que era o único em condições, pois na ocasião não havia militares do Exército ativo envolvidos no movimento.

Os comandantes de corpos, isto é, batalhões ou regimentos, eram também todos civis, alguns dos quais honorários ou da Guarda Nacional. Eram, na quase totalidade, chefes políticos em seus municípios.

Joca Tavares tinha, então, setenta e muitos anos, era muito baixo e muito gordo, o que lhe dificultava montar a cavalo mas, uma vez isto feito, andava, às vezes, 16 a 20 horas, sem se apeiar. Conhecia como ninguém, o Centro e Sul do Rio Grande, desde suas picadas e banhados até os mais insignificantes passos de rios e arroios.

As tropas antagônicas eram compostas de colunas chamadas exércitos, de efetivos variando de 500 a 2.000 homens. Era enorme o número dessas colunas ou exércitos. Não sei qual a organização das forças governistas, mas conhecia-se a coluna do Marechal Isidoro [Fernandes de Oliveira], a do General [Francisco Rodrigues] Lima, a de Hipólito Ribeiro, a do General [Antônio Joaquim] Bacelar, a do [Joaquim] Elias Amaro, a do General [João] César Sampaio, do Coronel [Francisco Rodrigues] Portugal e muitas outras, agindo ao mesmo tempo em diversos pontos do Estado consoante a dispersão das colunas revolucionárias, sempre em rápidos movimentos, pois não havia forças a pé, nem impedimenta alguma. Cada homem destas forças tinha seu cavalo (às vezes 2 ou 3), sua arma de fogo (quando tinha), sua lança, sua munição. Nunca me constou que houvesse, em qualquer parte, depósito vultoso de munição à disposição das colunas revolucionárias que – coisa paradoxal – às vezes emigravam, logo após uma vitória, que não podiam explorar por falta de munição!

(...)

Não é possível, mesmo em rápidos traços, precisar com antecedência a marcha das forças revolucionárias, isto é, suas diretrizes as mais gerais, seus planos militares e os objetivos das suas operações, como logo se depreende da mais absoluta falta de organização militar e de recursos bélicos suficientes. O exército ou uma coluna só, ou se fracionava em duas ou três, integradas estas por grupos, chamados corpos, variando estes de 60 a 200 homens cada um, obedecia diretamente ao chefe geral da coluna ou exército, sem autoridade intermediária, pois não havia agrupamento algum se assemelhando à brigada ou divisão.

Como facilmente se depreende da falta de organização militar, deficiência do armamento e equipamento, difícil é determinar a marcha geral da revolução quanto às operações militares na guerra.

Concentração rápida de forças vindas de diversos municípios e do Estado Oriental do Uruguai; concentrações feitas sempre em marchas rápidas e, às vezes, forçadas; marchas e contramarchas de dia e de noite, para sortidas de surpresa em busca de recursos ou para atacar uma força inimiga descuidada, ou para fugir à pressão de forças inimigas superiores; tiroteios rápidos logo seguidos de cargas de lança ou tentativa de cerco e retirada em seguida; isto quase sempre constituía a marcha geral das operações.

Naturalmente, ocasiões houve em que, após uma relativa trégua, no inverno, devido à emigração por falta de material bélico, foram acumulados no Estado Oriental recursos materiais em maior escala, dando lugar à organização de dois exércitos (duas grandes colunas com a organização já descrita), um sob o comando de Joca Tavares e outro do General [Luís Alves Leite de] Oliveira Salgado. É possível que houvesse então qualquer plano de operações para dar combate às colunas do General Lima-[José Gomes] Pinheiro Machado e Hipólito Ribeiro, donde o combate de Inhanduí, o maior registrado em toda a campanha e que ficou indeciso. Tenho, porém, informações de que houve **um ‘qui-pro-qué’ entre as forças de Joca Tavares e Salgado** devido a uma informação de Salgado a Joca, transmitida erradamente por Franklin [José de Lima] Cunha, que provocou o combate às forças inimigas. (...)”

As operações da Guerra Civil de 1892-1895 costumam ser periodizadas por invasões, que ocorreram em três séries sucessivas.

A primeira, de 2 de fevereiro - data da incursão do Coronel Gumercindo Saraiva, a frente de uns 400 homens, pela serra de Aceguá, ocultando-se nos matos do potreiro de Ana Correia - a 4 de junho de 1893 - data da emigração dos 1º e 2º Corpos do Exército Libertador, comandados respectivamente pelo General Joca Tavares e pelo Coronel Antônio Ferreira Prestes Guimarães, a partir do acampamento não distante do arroio Mina e muito próximo da linha divisória com o Estado Oriental.

A segunda, de 27 de maio de 1893 - data da penetração de Gumercindo, com perto de 1.100 homens, rumo ao centro do Rio Grande do Sul - a 4 de setembro de 1894, data da transposição do rio Uruguai pela coluna do coronel Aparício Saraiva, junto ao ponto terminal da picada da Colônia Militar do Alto Uruguai.

E a terceira, de 9 de outubro de 1894 - data da invasão do 2º Corpo do Exército Libertador, do General Antônio Carlos da Silva Piragibe à testa de uns 1.000 homens, que acampou junto ao arroio Upamoroti - a 1º de julho de 1895 - data em que o General Joca Tavares ordenou ao Exército Libertador a suspensão das hostilidades.

Assim opinou o Marechal Isidoro Dias Lopes, conforme **“A Consolidação da República”, à página 116:**

“(...) Não me parece muito própria a denominação de invasão ao movimento revolucionário aludido. Quer na primeira fase da

campanha, em fevereiro de 1893, quando todas as forças operaram sob a chefia de Joca Tavares, quer na segunda com a chefia do Gen. Oliveira Salgado, a situação era a seguinte: - a grande massa das forças revolucionárias estava dentro das fronteiras do Rio Grande e, por aviso prévio, se aproximava de pontos indicados da fronteira uruguaia para receberem armas, munições, algum equipamento (em pequeníssima escala), e os próprios chefes emigrados. (...)"

O argumento parece mais forte em relação às duas primeiras invasões do que no tocante à terceira. Como quer que seja, evita-se a questão falando-se de fases em vez de invasões.

A primeira fase foi marcada pela adoção, de parte dos federalistas, de uma estratégia arrojada, imediatista, de pronta decisão. Confiavam eles na insurreição geral de seus partidários e simpatizantes para vencer os governistas e derrubar Castilhos, deixando Floriano diante do fato consumado. Isso não ocorreu principalmente porque superestimaram o fator moral relativamente aos recursos bélicos necessários ao bom resultado da empreitada, que notoriamente lhes faltavam. O insucesso de Inhanduí determinou o fracasso dessa perspectiva estratégica.

A segunda fase caracterizou-se pela opção, de parte dos federalistas, por uma estratégia cautelosa, contemporizadora e oportunista. O insucesso da primeira fase convencera-os de que não poderiam esperar a vitória senão apostando no desgaste dos governistas e no surgimento casual de circunstâncias favoráveis ao seu partido, ou desfavoráveis ao dos adversários. A escolha mostrou-se acertada, mas o resultado foi novamente mau porque pesou, mais uma vez, a desproporção dos meios disponíveis em relação aos fins colimados, sem que se verificassem eventualidades suscetíveis de modificar o curso dos acontecimentos.

O cerco de Bagé foi improfícuo, desgastante e dilatatório, talvez justificável apenas porque, sob o aspecto moral, a tomada dessa praça, para os federalistas, equivalia à de Paris para os alemães, na Primeira Guerra Mundial, ou à de Berlim ou Tóquio para os aliados, na Segunda. Noutra medida, transferindo-se valores do processo religioso para o político, a cidade, sob o ponto de vista espiritual, significaria para os federalistas algo semelhante ao que Roma representa para os católicos apostólicos romanos, ou Meca para os islâmicos.

Afastar as operações das fronteiras e procurara interiorizá-las foi, em princípio, uma decisão acertada, mas acabou por acarretar o afastamento das duas principais colunas federalistas, de Gumercindo e Salgado, do teatro de guerra sul-rio-grandense. Ao fim e ao cabo, Gumercindo retirou-se do Paraná e de Santa Catarina para ser vencido no Pulador e perder a vida em Carovi, e Salgado ficou inerte em Santa Catarina até ser malsucedido em Rio Grande e emigrar.

Especulações além da realidade são ociosas. Mesmo assim caberia perguntar sobre o que aconteceria no teatro sul-rio-grandense se fosse abstraída a marcha de Gumercindo e Salgado para os teatros catarinense e paranaense.

Primeiramente, o depoimento do Marechal Isidoro Dias Lopes em **“A Consolidação da República”, à página 125:**

“(…) Dizia-se, na alta esfera militar, que a razão da marcha do município de Itaquí para o norte era associar à revolução as gentes e os recursos materiais da região serrana ainda intactos, quando o sul estava cansado e gasto. A verdade inteira é que a coluna revolucionária teve em suas pegadas até Santa Catarina a forte e aguerrida Divisão do Norte e que um dia sim, outro dia não, a retaguarda da primeira era tiroteada pela vanguarda da segunda. (..)”

Portanto, tudo leva a crer que as colunas federalistas adentraram Santa Catarina forçadas pela perseguição governista e não orientadas por nenhuma decisão estratégica.

Em sequência, ainda o mesmo depoimento, às fls. 129 e seguintes, da citada fonte:

“(…) O Governador [Vicente Machado] e o Comandante do distrito no Paraná [general-de-brigada Antônio José Maria Pego Júnior] fugiram antes do tempo, mas mesmo assim se Tijucas resistisse como devia e podia, e se [o coronel Antônio Ernesto Gomes] Carneiro, em vez de encurralar-se (sitiar-se) na Lapa marchasse em auxílio daquela vila, as forças de Gumerindo seriam derrotadas e retrocederiam, como já haviam tentado abandonar Paraná, quando dos primeiros revezes em Tijucas.

(..)

O General Oliveira Salgado em Santa Catarina, queria que o governo revolucionário fosse exercido por ele ou pessoas designadas por Gaspar Martins. Custódio de Melo sustentava o governo de Lorena e Gumerindo ficava com estes. Salgado, então, abandonou Santa Catarina, voltando ao Rio Grande.

(..)

Quando aumentava o pavor do inimigo e crescia a força moral e material da revolução, foi-se espalhando à boca pequena a sinistra notícia: - a Esquadra de Saldanha fora vencida na Baía de Guanabara e a Esquadra de Floriano, importada dos Estados Unidos, com canhões pneumáticos que alcançavam a lua [sic], seguiria para o Sul, em caça, à Esquadra de Custódio!

(..)

Sem a Esquadra de Saldanha, na Baía de Guanabara e ameaçada de destruição a de Custódio, o exército de terra não podia avançar, cortado que seria de comunicações e recursos, devendo retroceder com urgência para o Sul. E enquanto Gumerindo assim procedesse, a grande coluna de Salgado, a bordo dos navios da Esquadra de Custódio, tinha a missão de tomar a cidade de Rio Grande. Incentivado pelos oficiais da armada e contando com os navios de guerra para auxiliá-lo ou para reembarcar em caso de insucesso, Salgado faz o mais difícil que é desembarcar no Rio Grande. Leva, porém, tanto tempo em atacar que permitiu a vinda de grandes reforços inimigos de Pelotas e Bagé para a

insignificante guarnição da cidade a atacar, obrigando-o a reembarcar, emigrando todos com navios e tudo, em Castilhos, no Uruguai.

Agora Gumerindo. Comandante em chefe de um exército de uns cinco mil homens, regularmente armados e municados, contando com artilharia, bateria, se quisesse, as forças legais que, de Itararé, viessem atacá-lo ou perseguir-lo. Não pensou nisso, mas só em retroceder, às pressas, para o Rio Grande do Sul.

Nesse regresso, poderia marchar calmamente e pelas estradas reais certo de bater quem do Rio Grande, lhe viesse ao encontro. Temendo, porém, as forças legais de Itararé e não sabendo lidar com forças das três armas, fracionou a grande coluna em três partes para andar mais depressa, abandonando mesmo a artilharia, como trambolho. Das três pequenas colunas, uma tratou de procurar refúgio pela República Argentina, abandonando as outras duas. Estas, já muito desfalcadas pelo abandono da luta, por forças militares (soldados), já passaram desfalcadas o rio Pelotas e pela Serra, chegaram a Passo Fundo. (...)"

É plausível o argumento de que a abertura dos teatros de guerra catarinense e paranaense não acarretou vantagem para os federalistas, no teatro sul-riograndense. Com efeito, de uma banda, viram-se virtualmente privados de duas aguerridas grandes unidades do Exército Libertador, o 1º Corpo, de Gumerindo, e o 2º Corpo, de Salgado. De outra, não há notícia de que Castilhos e Floriano hajam-se minimamente enfraquecido no Rio Grande do Sul para robustecer a defesa de Santa Catarina e do Paraná, ou bloquear o avanço sobre São Paulo e Rio de Janeiro. Tanto se sentiam fortes que enviaram a Divisão do Norte para fustigar as colunas de Gumerindo e Salgado, e a Divisão do Centro, comandada pelo General-de-Brigada Artur Oscar de Andrade Guimarães, para acometê-las pelo litoral, até bem para lá da linha divisória com Santa Catarina.

Portanto, a ampliação da Guerra Civil de 1892-1895 para além da fronteira norte do Rio Grande do Sul, não trouxe maior proveito aos federalistas. Muito pelo contrário, é admissível que os tenha enfraquecido porque Gumerindo, ao reentrar no Rio Grande, retirava-se com perdas sensíveis, dissimulando uma verdadeira fuga e trazendo aos correligionários sulinos mais o ônus de ampará-lo do que o bônus de reforçá-lo. E Salgado, após o vexame de Rio Grande e a emigração inglória, melhor não se saíra. Ambos talvez fizessem jus aos conceitos emanados do Marechal Isidoro Dias Lopes, de conformidade com as páginas 129 e 136:

"(...) Minha impressão pessoal sobre Gumerindo Saraiva, sem grande valor porque nunca tivemos convivência ou contato duradouros, é que ele era um tipo comum aos estancieiros gaúchos do Uruguai (fronteira com o Brasil) e do Rio Grande. Sem instrução a não ser a dada, então, nos colégios primários, ele era muito inteligente, esperto e astucioso.
(...)

Durante a campanha nunca me constou ato algum de malvadez ou perversidade por ele praticado ou mandado praticar. Em sua coluna, porém, gente sua poderia perpetrar e perpetrou mesmo alguns degolamentos, sem ciência ou aquiescência sua mas sem repressão alguma, quando mais tarde sabidos. Por sua educação, no ambiente

daquela época, não tinha Gumerindo a aversão – permita-se-me dizê-lo – orgânica, pelo crime praticado.

A meu ver, seus conhecimentos estratégicos e táticos eram nulos. Era, porém, ardiloso, valente e audaz, no comando de pequena tropa, como revelou nos raides a que me referi após o combate do Inhanduí.

(...)

Pouco se me oferece dizer sobre a personalidade militar do Coronel de Infantaria Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado.

(...)

Era ele, um dos bons coronéis de infantaria da época, inteligente, de fácil expressão verbal, valente, mais político do que propriamente guerreiro, correligionário intransigente de Gaspar Martins.

Penso que sua educação e instrução militar o tornaram um tanto avesso à guerra acidentada em grandes guerrilhas de marchas e contramarchas de grande velocidade, com fulminantes ataques de surpresa, sempre a cavalo, sempre correndo quer para atacar quer para fugir ao combate.

Quer como comandante de uma grande coluna, quando Joca Tavares comandava outra, quer no comando supremo, deixou um nome quase apagado, quando o de Gumerindo resplandesceu. Penso por isso e pelo que vi, ter sido sua conduta, na guerra, altamente medíocre.” (...)

A terceira fase foi assinalada pela imposição circunstancial, aos federalistas, de uma estratégia do desespero. Conscientes de não mais poderem vencer seus opositores pela força das armas, perseveraram na luta animados pela autoestima, pelo sentimento de honra e pela sensação de que pouco ou nada mais tinham a perder. Como concessão advinda do reconhecimento de sua resiliência, contavam com a obtenção de condições mínimas para negociar uma paz que, de direito e de fato, lhes respeitasse a dignidade e restituísse a cidadania. Animava-os, também, a sucessão de Floriano por Prudente de Moraes na presidência da República. Aliás, Floriano, cujo mandato terminara em 15 de novembro de 1894, faleceu em 29 de julho de 1895, depois do armistício e antes da celebração da paz.

Saldanha, tendo ligado seu destino à causa federalista, reorganizou o Exército Libertador em quatro corpos, de 2.000 homens cada um, projetando ainda formar um batalhão com 400 fuzileiros navais e marinheiros. Desses corpos, apenas três tiveram existência efetiva. Cada um deles adentrou o território brasileiro na medida de sua possibilidade. Em outubro de 1894, o 2º Corpo, do General Piragibe, com uns 1.000 homens, foi o primeiro a fazê-lo. Seguiu-o, em dezembro, o 3º Corpo, do General João Maria Guerreiro Vitória, com cerca de 800 homens. Por fim, em fevereiro de 1895, fê-lo o 1º Corpo, do General Aparício Saraiva, também com uns 800 homens. Os 2º e 3º Corpos acabaram por verter seus escassos efetivos no 1º Corpo, o último a entrar em ação. Por sua vez, o efetivo do batalhão naval não passou dos cento e poucos marujos que foram imolados no Campo de Osório

O efetivo teórico de 8.400 homens nunca foi alcançado. O 3º Corpo, ao invadir, continha uma parte do 2º Corpo que tornara a emigrar. Por sua vez, o 1º Corpo, quando da invasão, só encontrou partes do 3º e do 2º. Corpos em atividade. O 4º Corpo, que deveria reunir as relíquias das forças de Prestes Guimarães e Dinarte Dorneles, jamais se formou.

Saldanha, forçado a imigrar da República Oriental do Uruguai para o território brasileiro com a reserva que lhe restava, fortificou-se no Rincão de Artigas ou Campo dos Osórios, em fins de abril de 1895, reunindo cerca de 700 homens. Destes, perto de 600 eram federalistas sob as ordens de Pina, Chiquinote, Carlos Libindo, Vasco Martins e Ulisses Reverbel, e pouco mais de 100, marinheiros. Uma fração dos federalistas constituía-se em contingente da coluna do General David Martins, à qual Saldanha acabara por conferir a numeração de 4º Corpo do Exército Libertador.

Em 28 de abril de 1895, seu dispositivo foi reconhecido à viva força por um contingente governista, mediante forte tiroteio.

O ataque final deu-se em 24 de junho de 1895, quando mais de 1.200 governistas investiram contra cerca de 400 adversários: 140 federalistas de Vasco Martins, 150 outros de Ulisses Reverbel, na ocasião chefiados por Processo de Andrade, e pouco mais de 100 marinheiros.

Em “Saldanha”, às páginas 400 e 401, lê-se:

“(…) Na manhã de 24 de junho de 1895, no Rincão de Artigas, Campo-dos-Osórios, as forças revolucionárias, sob o imediato comando do Almirante Saldanha da Gama, compunham-**se de pequenos ‘piquetes de cavalaria vanguardeira’,** às ordens do Coronéis gaúchos Francisco Pereira (Chiquinote) e Manuel de Macedo (Fulião); da **‘brigada naval’,** sob o comando do Tenente Costa Mendes, composta dos **‘1º e 2º batalhões de marinheiros’** e do **‘corpo de franco-atiradores’,** cujos respectivos comandantes eram os Tenentes Luiz Timóteo Pereira da Rosa, Fernando Pinto Ribeiro e Honório de Barros; **dos ‘corpos de cavalaria gaúcha’** (atiradores e lanceiros), sob os respectivos comandos dos Coronéis Vasco Martins e Ulisses Reverbel; de dois pequenos **‘piquetes de cavalaria’, um** independente, às ordens do Coronel Ribeirinho, outro como guarda pessoal do Almirante Saldanha. Somados, esses homens **d’armas** não passavam de 380, o que, com os peões dos cargueiros e da cavalaria, daria, para o total da força acampada, o máximo de 400 pessoas em ação.

Dos comandantes acima citados, só não estava no acampamento, na manhã do combate, o Coronel Ulisses Reverbel, o qual, nas vésperas partira em missão especial do Almirante Saldanha, deixando o seu corpo sob o comando do Coronel Processo de Andrade. (...)”

O combate desigual resultou no destroço da força de Saldanha, que teve de 100 a 200 mortos, entre os quais o próprio comandante, lanceado ao retirar-se do campo de batalha.

Após a hecatombe do Campo dos Osórios, do Exército Libertador restava como força eficiente, com algum potencial de combate, apenas o 1º Corpo, de Aparício, que o armistício viria a encontrar acampado na Serrilhada.

A GUERRA CIVIL EM SANTA MARIA

Quando do início da Guerra Civil de 1992 a 1995, a então Santa Maria da Boca do Monte era município desde 16 de dezembro de 1857, e cidade desde 6 de abril de 1876. Não abrigava guarnição por nenhuma unidade do Exército nem da Guarda Cívica, que então fazia as vezes de polícia militar no Rio Grande do Sul.

Todavia, em 14 de janeiro de 1831, quando ainda 4º Distrito do Município de Vila Nova de São João da Cachoeira [atual Cachoeira do Sul], passara a dispor de uma guarda municipal permanente e, desde 1833, comportava uma fração do Corpo da Guarda Nacional de Cachoeira, sob o comando do Capitão José Alves Valença.

Em 24 de setembro de 1837, Valença, provavelmente como cidadão e oficial a serviço da República Rio-Grandense nascida em 12 de setembro de 1836, exercia o comando geral da polícia de Santa Maria. Em 26 de dezembro de 1838, como tenente-coronel, participou do cerco de Porto Alegre à frente do Corpo de Guardas Nacionais do Município de Cachoeira, constituído também de elementos santa-marienses e incluído na 5ª Brigada, do Tenente-Coronel Tomás José Pereira, por sua vez compreendida na Divisão do Centro, do Coronel Davi Canabarro.

Em 16 de outubro de 1850, por desmembramento do Comando da Guarda Nacional de Rio Pardo, veio a ser criado o Comando da Guarda Nacional de Caçapava, que abrangia os municípios de Caçapava e Cachoeira e era exercido pelo Coronel José Gomes Portinho.

Na campanha do Uruguai, de 1851, Portinho chefiou a 12ª Brigada, que compreendia o 1º Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional, de Santa Maria e Cachoeira, corpo este que, desde 26 de agosto, achava-se sob as ordens de Valença.

No ano seguinte, 1852, o dia 10 de agosto encontrou Valença investido no comando do 24º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional de Cachoeira, com parada em Santa Maria.

Em 17 de março de 1857, Valença estava em Cachoeira, à testa do 4º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional, pronto para integrar a 6ª Brigada do Corpo de Exército de Observação, comandada por Portinho; O mencionado corpo incluía um contingente de Santa Maria.

No ano seguinte, 1858, em 28 de setembro, Valença foi nomeado comandante do 14º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, de Santa Maria, em que pese, no dia 20 do mesmo mês, já constar relacionado como comandante do Corpo da Guarda Nacional de Santa Maria, talvez a mesma unidade.

Em 14 de abril de 1860, foi criado o Comando Superior da Guarda Nacional de Santa Maria da Boca do Monte e de São Martinho. Em Santa Maria, permaneceram o 41º Corpo de Cavalaria e uma seção do 18º Batalhão de Infantaria de Reserva. Em 21 de maio, Valença, promovido a coronel, assumiu-o. Esse comando superior foi desmembrado em 23 de dezembro de 1890, quando da criação do Comando Superior da Guarda Nacional de São Martinho, de resto não levada a efeito.

Em setembro de 1864, foi organizado em Santa Maria o 7º Corpo Provisório de Cavalaria da Guarda Nacional que, em outubro, sob as ordens do Tenente-Coronel João Niederauer Sobrinho, partiu para as campanhas do Uruguai e do Paraguai, voltando em abril de 1870, mês subsequente ao do fim das hostilidades, que tinham acabado com a morte de Francisco Solano Lopes em 1º de março de 1870, no cerro Corá, junto ao arroio Aquidaban.

Valença e Niederauer somente retornaram à pátria na memória dos seus contemporâneos, jazendo seus restos mortais em solo estrangeiro, onde pereceram. Valença faleceu em Laguna Brava ou Corrientes, aos 30 de janeiro de 1866, no comando da 4ª Brigada de Cavalaria. Niederauer, em Vileta, aos 13 de dezembro de 1868, como coronel comandante da 3ª Brigada de Cavalaria.

Portinho, mais afortunado, voltou à pátria e sobreviveu o bastante para exalar o último suspiro em Cachoeira, a 8 de agosto de 1886, como Brigadeiro e Barão de Cruz Alta.

Em 1873, parava em Santa Maria o 3º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional. E, em 18 de maio de 1891, o Coronel José da Rocha Vieira, então comandante do 72º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, assumiu o Comando Superior da Guarda Nacional de Santa Maria da Boca do Monte.

A Guarda Nacional foi criada pela lei de 18 de agosto de 1831, que também extinguiu os corpos de milícias, guarda municipais e ordenanças.

Apesar de haver controvérsia a respeito, é sustentável o desaparecimento da Guarda Nacional mediante o Decreto nº 13.040, de 29 de maio de 1918, que organizou o Exército Nacional de Segunda Linha. Com efeito, o artigo 22 desse diploma extinguiu as unidades, comandos e serviços que formavam a Guarda Nacional. Para se ter uma ideia das proporções atingidas por essa vetusta instituição na fase final de sua existência, é oportuno transcrever informação extraída do artigo **“Importância Militar de Santa Maria”**, do Primeiro-Tenente Mário da Silva Freitas, às páginas 63 a **70 da “Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação da Cidade de Santa Maria 1814-1914”**:

“(…) A legendária Guarda Nacional dispõe também, em Santa Maria, dos seguintes corpos: - 42ª, 43ª e 57ª brigadas de infantaria, a que pertencem os 124º, 125º, 126º, 127º, 128º, 129º, 169º, 170º e 171º batalhões, com um efetivo de 306 oficiais, e mais uma outra brigada de cavalaria, com o número 46ª, composta dos 91º e 92º regimentos, com 60 oficiais. (…)”

Nessa época, um recenseamento acusava a população de 54.960 habitantes para o município, sendo 15.538 para a cidade e 39.422 para os distritos periféricos. Por conseguinte, uma população total de 55.000 habitantes, em número redondo, comportava nada menos do que onze unidades da Guarda Nacional: nove batalhões de infantaria repartidos em três brigadas de três batalhões cada uma, e dois regimentos de cavalaria, agrupados em uma brigada.

Ogolpe castilhista de 17 de junho de 1892 teve repercussão em Santa Maria.

Em 30 desse mês, foi afastada a 3ª Comissão da Intendência Municipal, nomeada em 31 de dezembro de 1891 sob a presidência de Pedro Weinmann, sendo reconduzida a 2ª comissão, nomeada em 19 de fevereiro desse ano e constituída por João César de Oliveira, Antônio Appel Filho, Augusto José de Seixas, João Guilherme Weinmann e Ramiro de Oliveira.

Em 20 de setembro de 1892, tomou posse o 2º Conselho Municipal, composto por Augusto José de Seixas, João Maurer, Jorge Maurer, Herculano dos Santos, Henrique Pedro Scherer, João Guilherme Weinmann e Antônio Appel Filho, e o 1º intendente do município, Francisco de Abreu Vale Machado.

A 2ª Legislatura foi tumultuada. Em 10 de maio de 1893, os Conselheiros Herculano dos Santos e Henrique Pedro Scherer renunciaram aos respectivos mandatos e seus suplentes recusaram-se a assumir. Em oposição ao intendente, o conselho deixou de reunir-se por falta de quorum. Por sua vez, Vale Machado, que pedira demissão em 7 de fevereiro, em seguida voltou atrás e reconsiderou o seu pedido.

A crise somente foi conjurada pela eleição de 10 de outubro de 1894, tomando posse, em 5 de novembro, Antônio Augusto Simões Pires, Manoel José Dutra Vila, Abelardo de Almeida Campos e José Cândido da Silva que, juntamente com Jorge Maurer e Henrique Pedro Scherer, compuseram o novo Conselho Municipal.

Em 15 de outubro de 1892, foi extinta a Guarda Cívica ou Corpo Policial do Estado do Rio Grande do Sul e criada, em substituição, a Brigada Militar, com um estado-maior, três corpos ativos (dois batalhões de infantaria e um regimento de cavalaria) e três corpos de reserva. O Estado-Maior e o 1º Batalhão de Infantaria foram organizados em 21 de outubro, o 1º Regimento de Cavalaria em 10 de novembro, o 1º Batalhão de Infantaria de Reserva em 10 de novembro, o 2º Batalhão de Infantaria de Reserva em 11 de novembro, o 2º Batalhão de Infantaria em 15 de fevereiro de 1893 e o 1º Regimento de Cavalaria de Reserva em 19 de julho. Nesta data, organizou-se também um novo corpo ativo, o 3º Batalhão de Infantaria.

Além dessas unidades, outras foram criadas: em 31 de dezembro de 1892, dezessete corpos e 1 esquadrão provisórios civis de cavalaria, auxiliares da força federal na manutenção da ordem pública, com as seguintes paradas: em Santa Vitória do Palmar, o 1º; em Jaguarão, o 2º; em Pedras Altas, o 3º; em Piratini, o 4º; em Dom Pedrito, o 5º e o 6º; em Santana do Livramento, o 7º; em Quaraí, o 8º; em São Borja, o 9º; em São Luís, o 10º e 11º; em Cacequi, o 12º, 13º e 14º; em Caçapava, o 15º, 16º e 17º; e o esquadrão, em São João Batista do Herval. Em 7 de março de 1893, sobreveio a criação de um batalhão provisório denominado **“Guarda Republicana”**, que não chegou a ser organizado.

Na realidade, é difícil determinar com segurança quantas unidades militares não profissionais foram criadas ou organizadas pelos governos federal e estadual em razão da guerra civil de 1892/1895.

Vejam-se o **“Esboço Histórico da Brigada Militar”**, volume I, páginas 87 e 88:

“(...) Em consequência do ato supra, foram estas forças se organizando em diferentes datas, nas localidades indicadas, à proporção das necessidades do serviço.

Quando houve a invasão revolucionária, alguns desses corpos provisórios se incorporaram nas colunas de vários chefes, prestando assinalados serviços, desligados da Brigada Militar.

Desaparecida a necessidade, iam sendo dispensados ou dissolvidos, consoante a natureza da própria criação.

Não é, por isso, de estranhar que só raramente seja de relance um ou outro mencionado neste trabalho, visto como não operavam subordinados à milícia efetiva do Rio Grande. (...)”

A “Crônica da Brigada Militar Gaúcha”, página 124:

“(...) Já os legais organizaram-se em ‘Divisões’ [Essas Divisões tiveram por comandantes: a do Norte, o Gal. [Francisco] Rodrigues Lima; a do Oeste, o Gal. Hipólito [Antônio] Ribeiro; a do Sul, o Cel. [João] César Sampaio; a do Centro, o Gal. Artur Oscar [de Andrade Guimarães]; e a da Capital, o Cel. Tomás T. [Thompson] Flores], compreendendo agrupamentos de tropas do Exército Nacional, da Brigada Militar e de Brigadas Cíveis e Corpos de Patriotas, criados por Júlio de Castilhos, todos com brilhante atuação no evolver dos acontecimentos. (...)”

E páginas 169 e 170:

“(...) Na Revolução Federalista foram criados (...) ‘esquadrões provisórios de cavalaria’ e inúmeros ‘corpos provisórios’.

(...)

Não sabemos, exatamente, quantos foram criados. Encontram-se **documentos do ‘Corpo Provisório nº 26’ e do ‘Esquadrão Provisório de Cavalaria nº 47’. (...)”**

“A Consolidação da República”, página 223:

“(...) A Divisão do Norte constituía-se de cerca de 4.500 homens formados em três brigadas: uma, compreendendo os 1º e 5º Btl. Provisórios, com cerca de 1.000 homens, outra, os 6º, 7º, 9º e 10º Btl. Provisórios com cerca de 800 homens; uma terceira (6ª Bda.), formada pelos 11º R. Cav., 30º Btl. I., do Exército, o 11º e 12º Btl. da Guarda Nacional e 19º Btl. Provisório. (...)” [Observe-se a heterogeneidade da constituição dessa grande unidade, característica das formações emergenciais semi-regulares ou irregulares, dos exércitos improvisados e dos contingentes empenhados nas guerras civís.]

Por fim, em **“Nossas Guerras”**, páginas 28 e 29, alude-se ao total de trinta e sete corpos e vários esquadrões provisórios avulsos ou independentes, bem como a cento e cinquenta e um corpos provisórios de cavalaria e alguns esquadrões avulsos da Guarda Nacional, com a advertência de a numeração e sede das unidades desta

poderem ter sido alteradas durante a campanha e nem todas terem se tornado efetivas.

Não há informação segura acerca da quantidade de corpos de tropa de linha do Exército no Rio Grande do Sul, quando da eclosão da Guerra Civil de 1892 a 1895. Reportando-**se ao “Guia Militar” de José Feliciano Lobo Vianna (Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1893), a “História da 3ª Região Militar”, à página 61**, alude a vinte e uma unidades de combate mas especifica apenas vinte: nove batalhões de infantaria, sete regimentos de cavalaria, um regimento de artilharia de campanha, um regimento de artilharia de posição, um batalhão de engenharia e um corpo de transporte. Estavam elas subordinadas ao 6º Distrito Militar e distribuídas pelas seguintes paradas: Alegrete/Santana do Livramento, 18º Batalhão de Infantaria; Bagé, 5º Regimento de Cavalaria; Cacequi, Corpo de Transporte; Jaguarão, 3º Batalhão de Infantaria, 2º e 6º Regimentos de Cavalaria; Pelotas, 29º Batalhão de Infantaria; Porto Alegre, 13º e 30º Batalhões de Infantaria; Quaraí, 11º Regimento de Cavalaria; Rio Grande, 12º Batalhão de Infantaria e 4º Regimento de Artilharia de Posição; Rio Pardo, 28º Batalhão de Infantaria e 2º Batalhão de Engenharia; Santana do Livramento, 12º Regimento de Cavalaria; São Borja, 3º Regimento de Cavalaria; São Gabriel, 4º Batalhão de Infantaria e 1º Regimento de Artilharia de Campanha; e Uruguaiana, 6º Batalhão de Infantaria e 4º Regimento de Cavalaria.

No curso dos anos de 1893 e 1894, segundo a **“História da 3ª Região Militar”, às páginas 67 e 68**, operariam no Rio Grande do Sul onze outros corpos de tropa de linha, ou seja, nove batalhões de infantaria e dois regimentos de cavalaria, quais fossem os Batalhões de Infantaria de números 11º (Bagé), 14º (Porto Alegre), 17º (Torres), 25º (Rio Grande e São Gabriel), 31º (Bagé), 32º (Bagé), 33º (Porto Alegre), 34º (Porto Alegre) e 35º (Rio Grande) Batalhões de Infantaria, e os Regimentos de Cavalaria de números 13º (Porto Alegre) e 17º (Porto Alegre).

Das prisões de natureza política efetuadas em Santa Maria, uma teve especial repercussão.

Em 30 de outubro de 1892, a prisão do portador Felisberto Pereira de Barcelos, oficial do Exército que servia na Colônia Militar do Alto Uruguai, ensejou ao delegado de polícia José de Souza Vinhas apreender correspondência de José Facundo da Silva Tavares para Felipe Nery Portinho, Timóteo de Souza Feijó e capitão Garcez.

Em consequência, no dia 1º de novembro, em Porto Alegre, a polícia efetuou diligência junto à moradia de José Facundo, da qual resultou sua prisão, com ferimentos, e a morte de seus filhos José Facundo da Silva Tavares Filho e Facundo da Silva Tavares. Na mesma data, também em Porto Alegre, Frederico Haensel foi assassinado pela escolta policial incumbida de sua condução à cadeia.

Em Santa Maria, entre junho e outubro de 1892, teria ocorrido o assassinato, por motivo político, de Manoel Alves da Silva, conhecido por Manoel Claudino.

Do supracitado artigo **“A Importância Militar de Santa Maria”** transcreve-se a abalizada opinião de Antão Gonçalves de Faria, que permite aquilatar o destaque da região central do Rio Grande do Sul perante a concepção estratégica dominante no

início do século XX, que se pressupõe não muito diferente da que vigorava no fim do século XIX:

“**C**arecemos de uma forte linha defensiva servida por estrada de ferro, naturalmente resguardada e mediante a qual possa o nosso Exército em operações, receber prontos recursos do Rio de Janeiro, de Porto Alegre e de outros pontos do Brasil, não só pela estrada de São Paulo a Rio Grande, mas também pela barra do Estado. Os pontos extremos dessa linha e seu respectivo desenvolvimento estão, pois, indicados pela força das circunstâncias.

A ligação de Pelotas a Santa Maria, através dos Municípios de Canguçu, Caçapava e São Sepé, impõe-se.

É a única cujo tráfego se poderá efetuar sob o amparo e resguardo oferecido pelas condições naturais da região a que vai imediatamente servir.

Na serra dos Tapes e nas suas ramificações, na bacia do Alto Camaquã, nas montanhas de Caçapava, nas cabeceiras dos arroios São Sepé e Cambai e no rio Vacacaí, raríssimos são os pontos de fácil acesso a um Exército invasor e as defesas naturais se sucedem, com poucas interrupções, por léguas e léguas.

A topografia e hidrografia dessa zona nos indicam que aí devemos constituir a nossa linha defensiva e segura base de operações, tendo por centro a cidade de Caçapava, ponto dominante, cujas excepcionais e admiráveis condições estratégicas são hoje bem conhecidas. Esse centro estratégico, para desempenhar convenientemente o papel que o futuro lhe reserva, precisa ficar diretamente ligado ao Rio de Janeiro, a Porto Alegre e a Pelotas, pontos donde oportunamente poderá receber recursos. Deve também, mediante ramal, passando por Lavras, ficar estabelecida sua ligação com a estrada de Bagé a Cacequi.

Este ramal, a linha de Santa Maria a São Gabriel e a de Pelotas a Bagé facilitarão a defesa da linha do Sul, quando porventura ameaçada, ou nos auxiliarão a retomá-la no caso de haver o inimigo se apoderado dela.

Completada por este modo nossa rede estratégica da fronteira do Sul, constituídas em praças fortes, as cidades de Pelotas, Caçapava e Santa Maria, ficaremos preparados para pronta defesa do território pátrio em seu extremo meridional, desde que o Governo Federal se resolva a manter neste Estado um Exército suficiente, em boas condições e competentemente dirigido, e a conservar na Lagoa dos Patos uma esquadilha apropriada e bastante poderosa para defendê-la eficazmente contra possíveis investidas de frota inimiga.

O Rio Grande do Sul é a vanguarda meridional do Brasil.

Cumpra, pois, ao governo nacional habilitá-lo para o desempenho cabal de sua **patriótica missão.**”

A condição de Santa Maria como praça militar, de 1892 a 1895, firmava-se na sua localização no centro geográfico do Rio Grande do Sul, no limiar da Campanha e nos contrafortes da Serra Geral.

Essa situação contribuíra para que Santa Maria fosse escolhida como entroncamento da estrada de ferro de São Paulo ao Rio Grande do Sul com a ferrovia de Porto Alegre a Uruguaiana.

Era histórica a posição de Santa Maria entre as bacias dos rios Jacuí e Ibicuí, constituindo-se em passagem relativamente fácil do Litoral para as Missões, a Campanha e a Serra Geral. Serviria, principalmente, como via de trânsito ou ponto de concentração de forças militares, de vez que as peculiaridades das operações de guerra, naquela ocasião, não demandavam o fornecimento copioso nem o depósito significativo de suprimentos.

A linha ferroviária de Porto Alegre a Uruguaiana, cuja construção começara em 23 de dezembro de 1877 na localidade de Margem de Taquari [hoje General Câmara], alcançou Santa Maria em 10 de setembro de 1885, dando-se em 15 de outubro a inauguração solene desse trecho ferroviário. Em 1890, a linha estendera-se até Cacequi, porém somente seria concluída em 1907, quando seus trilhos chegaram a Alegrete e, por fim, a Uruguaiana.

Por sua vez, a linha férrea de Santa Maria ao rio Uruguai [atualmente Marcelino Ramos], teve sua construção iniciada em 4 de janeiro de 1892. O primeiro trecho, de Santa Maria a Cruz Alta, foi aberto ao tráfego em 20 de novembro de 1894, e o segundo, de Cruz Alta a Pinheiro Marcado, em 31 de maio de 1897, depois de pactuada a pacificação.

Na “História da 3ª Região Militar”, à página 62, consta a existência em Santa Maria, no ano de 1893, de um depósito de artigos bélicos em trânsito, localizado no extremo da rua do Comércio [atual Dr. Bozano], provavelmente no local onde mais tarde seria construído o quartel do 7º Regimento de Infantaria], guardado por um contingente do 28º Batalhão de Infantaria. Chama a atenção a distância desse estabelecimento militar em relação às vias férreas supramencionadas e à própria estação ferroviária. Esse depósito estaria destinado a funcionar em Cacequi, então ponto terminal da ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana.

Em novembro de 1892, em São Gabriel, um contingente de 50 homens, às ordens do Tenente Eleutério José Gonçalves, foi destacado de uma concentração de elementos da antiga Guarda Cívica, em São Gabriel, e marchou para a estação ferroviária de Boca do Monte. Ali chegado, em 1º de dezembro, se lhe incorporou um segundo-sargento da Brigada Militar com material trazido de Porto Alegre, seguindo a força reunida para Vila Rica [atual Júlio de Castilhos].

O 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, que em 12 de novembro de 1892 deslocara-se de Porto Alegre a Cacequi, onde acampara em 14, retornou para a Capital em 14 de fevereiro de 1893, deixando em Santa Maria um contingente de 24 praças comandadas por um alferes.

No dia 1º de janeiro de 1893, foi criada ou recriada em Santa Maria a Guarda Municipal, com o efetivo de 16 praças sob o comando de um capitão.

A guerra civil continuou a fazer vítimas em Santa Maria.

Em 4 de junho de 1893, foi encontrado, no passo da Ferreira, o cadáver degolado do capitão governista Belisário Rodrigues de Moraes, pertencente a um dos corpos provisórios então acampados nos arredores da cidade. De 23 para 24 de junho de 1893 ou 1894, dois federalistas de sobrenome Rosa teriam sido degolados junto ao passo do Tigre, na estrada que liga Boca do Monte a Água Negra. Ainda em 1893, outro federalista, Laurindo Trindade, foi morto a tiro por um adversário no local denominado Quebra-Dente, nas imediações do Campestre de Santo Antônio.

Em 3 de agosto de 1893, juntaram-se as colunas federalistas de Gumercindo Saraiva e Luís Alves Leite de Oliveira Salgado. Delas destacaram-se contingentes contra Caçapava, Cachoeira e Encruzilhada. Caçapava foi tomada por Inácio Cortez em 10 de agosto. Encruzilhada, por Estácio Azambuja e Cizério Saraiva. E Lavras, por Zeferino Brasil, em 17. Nessa ocasião, Gaspar Barreto e Franklin Cunha penetraram no município de Cachoeira com o fito de danificar a estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana e obstar-lhe o tráfego; Franklin deteve-se na ocupação de São Sepé e Barreto não logrou realizar seu intento por estar fortemente guardada a via férrea visada.

Diante dessas iniciativas dos federalistas, os governistas, em 15 de agosto, deslocaram para o passo do Verde, no rio Vacacaí, a 4ª Brigada [da Divisão do Norte, de Lima?], com o 3º Batalhão de Infantaria e o 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar.

No dia 17, essa tropa contramarchou com a Divisão [do Norte?] e foi acampar na Estação Colônia da estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, [atual Camobi].

Em 18, a ala direita do 3º Batalhão de Infantaria, com outras forças, movimentou-se dessa estação para acampar junto à Estação Ferreira, próxima de Cachoeira. No dia 19, a ala esquerda desse batalhão seguiu o mesmo destino.

Em 21, a Divisão [do Norte?] transpôs o rio Jacuí no passo de São Lourenço, porém, no dia seguinte, refez a travessia e voltou ao acampamento da estação Ferreira. Entre essa data e 9 de setembro, a Divisão, incluindo 4 unidades da Brigada Militar (1º Regimento de Cavalaria, 1º Regimento de Cavalaria da Reserva, 1º e 3º Batalhões de Infantaria), seguiu da Estação Ferreira para Rosário, passando por Santa Maria e Cacequi. Lembre-se, a propósito, que o combate do Cerro do Ouro – importante vitória federalista – ocorreu em 27 de agosto de 1893, entre São Sepé e São Gabriel.

Em 7 de março de 1894, quarta-feira, circularam por Santa Maria boatos acerca da aproximação de uma coluna federalista.

A guarnição da cidade consistia em um corpo provisório comandado pelo Capitão do Exército e Tenente-Coronel da Brigada Militar Tito Pedro Escobar, e de um esquadrão civil [Guardas **Nacionais?, Patriotas?, “Gaúchos”?**] chefiado pelo Tenente-Coronel Ernesto Beck, ao todo uns 250 homens.

À tarde de 7, os rumores foram confirmados: vinda de Caçapava e São Sepé, a divisão do Exército Libertador chefiada por Marcelino Pina de Albuquerque, de 800 ou 1.000 homens, fizera contato no passo do Verde do rio Vacacaí com um piquete governista, desbaratara-o e transpusera o curso **d’água**.

À noite, o reforço de um segundo corpo provisório, sob o comando do Tenente-Coronel José de Oliveira, teria chegado à cidade proveniente da Estação Umbu, do trecho Santa Maria-Cacequi da linha férrea de Porto Alegre a Uruguaiana. Em consequência dessa e, talvez, também de outras incorporações, o efetivo total da guarnição montaria então a 600 homens.

No dia 8 de março, quinta-feira, ao amanhecer, a força federalista, vinda do passo do Verde, entrou em Santa Maria.

Há dúvida sobre o ponto da penetração. Teria sido a leste do Cerro do Cardoso, pela Alemoa e pelo Quilômetro Três, onde defrontou-se com o piquete do Capitão Rodolfo Melo, que foi repellido e retirou-se para a Serra abandonando munições e carroças na praça [praça Saldanha Marinho?]? Ou teria sido a oeste do Cerrito, perto do cemitério municipal, onde tiroteou brevemente com um piquete às ordens de Gabriel Machado? Ou, talvez, por ambas as frentes? A primeira opção seria preferível sob o aspecto estratégico, mas permitiria uma defesa mais consistente, ao passo que a segunda opção implicaria na inversão dessas condições.

Seja como for, os governistas centraram sua resistência no Hotel Ramos [onde depois se estabeleceu o Hotel Farol], situado na avenida Progresso [hoje avenida Rio Branco], nas proximidades da esquina com a atual rua Manoel Ribas, aprofundando-a até a estação ferroviária. Os federalistas confrontaram-nos com uma linha de atiradores estendida ao longo da praça Tiradentes [quadrilátero formado pela avenida Rio Branco e pelas ruas Vale Machado, Otávio Binato e Daudt, posteriormente loteado], com profundidade até a moderna rua Silva Jardim. O tiroteio perdurou até a madrugada seguinte.

Entretanto, os federalistas ocuparam a parte alta da cidade. Instalaram ambulância [hospital ou posto de saúde móvel], revistaram a cadeia e a intendência municipais, cortaram linhas telegráficas, empastelaram o jornal **“14 de Julho”** e deram causa ao fechamento do comércio e à paralisação das demais atividades urbanas.

Pelas 14 horas, Pina intimou o comandante da guarnição a render-se, não sendo atendido. Os governistas postaram, no local onde, em 21 de abril de 1913, veio a ser inaugurado o quartel do 7º Regimento de Infantaria, uns 60 civis do corpo do Major José Cândido e guardas municipais, sob a chefia dos Majores Felisbino André Beck [filho de Ernesto Beck, tenente-coronel da Guarda Nacional quando do seu falecimento em 28 de junho de 1904] e Fidêncio de Oliveira e Silva. Para afastar potencial ameaça ao seu flanco esquerdo e à sua retaguarda, Pina mandou atacá-los. Depois de alguma resistência, os defensores retiraram-se na direção sudoeste e foram perseguidos até o passo do Raimundo.

Novo reforço para a guarnição foi enviado de Cacequi: o corpo provisório do Tenente-Coronel Alfredo Mesquita, que chegou à Estação Boca do Monte, porém não avançou para Santa Maria, preferindo desembarcar e, através das picadas históricas, ocupar São Martinho.

Da noite de 8 para a manhã de 9 de março, sexta-feira, os governistas deixaram suas posições defensivas e recuaram para a encosta da Serra, onde novamente se

dispuseram a resistir. Na véspera, o contingente do Tenente-Coronel Tito Escobar já se retraíra para a Serra, ficando a resistência entregue à tropa civil do Tenente-Coronel Ernesto Beck.

Os federalistas tomaram a estação ferroviária apossando-se de armas, munições, víveres e outros suprimentos, e tentaram progredir pela estrada do Pinhal, sendo detidos e afinal repelidos. É presumível que não se empenhassem a fundo em desalojar os governistas de suas últimas posições, mas tencionasse, tão-somente, mantê-los distantes da cidade o suficiente para evitar um contra-ataque de surpresa, enquanto a mantivessem ocupada.

Um piquete federalista de 200 homens avançou em reconhecimento até as imediações do povoado de Arroio do Só [hoje Arroio do Sol], encontrando-se, à tarde, com elementos do 7º Batalhão da Guarda Nacional de Porto Alegre, comandado pelo Coronel Guatemozim, e sendo repelido. Outro piquete federal, às ordens do Tenente-Coronel Gabriel P. Machado, foi enviado para reconhecer os arredores do Rincão de São Pedro [atual São Pedro do Sul]. No entanto, o grosso da força federalista concluiu a ocupação de Santa Maria, acampando no passo da Areia. Houve saque de casas comerciais e de residências, assim como cobrança de contribuições de guerra.

Além do corpo provisório do Tenente-Coronel Mesquita e do batalhão do Coronel Guatemozim, convergiram para Santa Maria outras tropas de socorro. De Cruz Alta, a coluna do Coronel João César Sampaio, e de São Gabriel, a do Coronel Joaquim Tomás dos Santos e Silva Filho.

Pela madrugada do dia 10 de março, sábado, a Divisão Pina, do Exército Libertador, levantou acampamento, saiu de Santa Maria buscando o arroio Arenal e tomou o caminho de São Gabriel, que veio a ocupar no dia 17 desse mês, ante a fuga da guarnição comandada pelo Major Nascimento.

A tomada de Santa Maria custou aos federalistas um ou dois mortos e alguns feridos, e aos governistas, pelo menos um morto e seis feridos. Entre os moradores da cidade, soube-se apenas de um adolescente morto, vítima de bala perdida ao observar, de cima de um banco colocado na esquina da rua do Comércio [hoje rua Dr. Bozano] com a rua do Acampamento, o combate urbano que tinha por eixo a avenida Progresso [atual avenida Rio Branco] e se desenvolvia entre a linha federalista, estendida ao longo da hodierna rua Vale Machado, a uns 400 metros, e a linha governista, postada no correr da moderna rua Manoel Ribas, a uns 700 metros de distância da referida esquina.

Antes de se pôr em marcha, Pina ordenou a libertação de dois oficiais e quatorze soldados governistas que tinham sido aprisionados. Pelo menos cinco simpatizantes aderiram à coluna federalista e, curiosamente, alguns oficiais desligaram-se dela, deixando-se ficar na cidade e pedindo garantia de vida. Aliás, não há notícia de terem ocorrido em Santa Maria, nas jornadas de 7 a 10 de março de 1894, atentados à vida nem à incolumidade física, de parte a parte

Ao contrário, nos arredores de São Martinho foram degolados pelo menos quatorze federalistas: Balbino Manoel Francisco de Souza e Carlos Alfredo Seymour, na estrada para Vila Rica, em 9 de março, e outros doze, na volta da Capoeira, da

picada para Água Negra, também nesse mês. Estes malfeitos foram atribuídos aos provisórios mandados pelo Tenente-Coronel Alfredo Mesquita.

Em 5 ou 10 de abril de 1894, o coronel Firmino de Paula, tendo aprisionado parte da brigada federalista de Ubaldino Machado no local denominado capão do Boi Preto, perpetrou a mais grave e uma das duas mais conhecidas atrocidades da guerra civil de 1892-1895 no Rio Grande do Sul [a outra foi Rio Negro], ao mandar matar 270 detidos, entre eles Artur Beck, seu primo-irmão, salvador de seu filho e enfermeiro seu em Santa Maria.

Dias depois, em 13 de abril de 1894, coube aos federalistas dar exemplo de justiça pelas próprias mãos.

O Coronel da Guarda Nacional Martins Hoehr, veterano das Campanhas do Uruguai (1864-1865) e do Paraguai (1864-1870), teve conspícua participação na política santa-mariense. O Cônego José Marcelino de Souza Bittencourt apontou-o como mandante do atentado que, em companhia do Padre Francisco Rositti de Morano, sofrera em 11 de junho de 1883. Embora Martins não tenha sido inquirido nem processado em consequência dessa acusação, o Promotor de Justiça Felipe Alves de Oliveira, incorreu na sua aversão por se ter empenhado na condenação dos indiciados. A desafeição culminou quando Felipe, então Delegado de Polícia, prendeu-o e remeteu-o para Porto Alegre pelas lesões corporais causadas, em 5 de agosto de 1889, a Ernesto de Oliveira, proprietário e diretor do **jornal "A Província"**, de tendência liberal.

Em 23 de dezembro de 1889, Martins foi julgado e absolvido. Felipe, Juiz de Direito da Comarca de São Borja, após a proclamação da República foi transferido para a de Corumbá, no Estado do Mato Grosso. Licenciado, encontrava-se em Santa Maria quando foi assassinado em 11 de agosto de 1890. Martins, recolhido à cadeia desde 8 de outubro de 1890, em 12 de dezembro foi condenado à morte pelo júri, como mandante do assassinato de Felipe; em um segundo julgamento, em 3 de abril de 1891, confirmado na instância superior, a pena que foi convertida em 30 anos de prisão. Martins, removido desde a primeira condenação para a cadeia de Porto Alegre, lá começou a cumpri-la até ser transferido, em agosto de 1893, para o quartel da Guarda Municipal de Santa Maria do qual, em 16 de janeiro de 1894, evadiu-se auxiliado por um grupo de asseclas.

Foragido, homiziou-se no Paraguai, de onde voltou atraído pelo convite de um amigo, o Coronel Pithan, chefe político no Pinhal, para comandar um corpo provisório em Santa Maria. Quando a caminho dessa cidade, foi detido em São Bernardo, no atual município de Tupanciretã, ou em uma estância, perto de Jaguarí, por um piquete de 200 a 250 homens da coluna de Dinarte Francisco Dorneles, chefiados por Aníbal Soares de Lima e Álvaro Laureano. Em 13 de abril de 1894, foi fuzilado a umas duas léguas do capão do Carovi, no rumo de São Luiz Gonzaga.

Em fins de abril de 1894, Tito Escobar partiu de Santa Maria com uns 700 homens para juntar-se aos cerca de 750 homens de Firmino e, reunidos, bater os 1.500 federalistas de Dinarte Dorneles.

Tito Escobar desembarcou na Estação Umbu do trecho ferroviário Santa Maria-Cacequi e marchou em direção a Santiago do Boqueirão, o Povinho, em cujas vizinhanças acampou à espera de Firmino, que vinha ao seu encontro pela costa do Rio Uruguai.

O descompasso das marchas das duas colunas governistas, de 5 ou 6 dias, era significativo e expunha os respectivos chefes ao enfrentamento, em separado, de um inimigo que manobrasse partindo de posição central em relação a eles.

Duas partidas, de 50 e 200 homens, respectivamente, que Tito Escobar destacara em direção a São Francisco de Assis, chocaram-se de modo sucessivo, em 1º de maio, com 500 federalistas de Silvestre Correia, José Nunes de Miranda, José Fernandes (Tico Dedé) e Delíbio de Barros.

Dorneles, primeiramente, entrou no Povinho em 3 de maio. No dia seguinte, descobriu a força de Tito Escobar, acampada na entrada da picada da Colônia de Jaguarí; e, na madrugada de 5 de maio, intentando atacá-la, constatou que se retirara durante a noite.

Tendo afugentado Tito Escobar, Dorneles, em 6 de maio, voltou-se contra Firmino, derrotando-o em Carovi e perseguindo-o entre 7 e 9 desse mês.

Deixando-se enfrentar e bater por partes, os governistas oportunizaram a vitória dos federalistas, tanto tática quanto estrategicamente.

Entre o último decêndio de abril e o primeiro de setembro de 1894, a Serra foi agitada pela espera, pela passagem e, afinal, pelo desbarato das colunas federalistas procedentes do Estado do Paraná que, auxiliadas por forças locais, disputaram com os governistas vários confrontos, alguns relevantes como os do Pulador e de Carovi, acabando por transpor o rio Uruguai e refugiar-se na República Argentina.

Em 28 de junho de 1894, uma força destacada da coluna federalista de Dinarte Dorneles tomou São Martinho. Nesse dia, Demenciano Rodrigues de Moraes foi assassinado em Santo Inácio, lugarejo situado nas proximidades. É possível que houvesse relação entre esses fatos.

No dia 20 de julho de 1894, o povoado do Rincão de São Pedro [hoje São Pedro do Sul] foi invadido por um piquete federalista chefiado por alguém de sobrenome Carneiro, sendo na ocasião degolado o governista Major João Manoel de Ataíde.

Nos meados de julho de 1894, o 1º Batalhão de Infantaria de Reserva da Brigada Militar desembarcou na Estação Jacuí, da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, e estendeu explorações até a Colônia Silveira Martins. Por sua vez, o 3º Batalhão de Infantaria, procedente de Porto Alegre, acampou na Estação Colônia dessa ferrovia. Em 31 de julho, embarcaram em Porto Alegre, com destino a Santa Maria, o 1º Regimento de Cavalaria e os 1º e 2º Batalhões de Infantaria da Brigada Militar. Dessa cidade, seguiram os três corpos para Tupanciretã, onde os aguardava o 3º Batalhão, proveniente da Estação Colônia. Em 5 de agosto, reuniu-se a esses corpos, vindo da Estação Pinhal, da linha férrea Santa Maria-Cruz Alta, o 1º Regimento de Cavalaria de Reserva.

Assim, dos sete corpos ativos e de reserva da Brigada Militar, apenas ficou ausente da concentração em Tupanciretã: o 2º Batalhão de Infantaria de Reserva, que guarnecia Bagé. Depois de operar nas regiões serrana e missioneira, esses corpos, em 30 de setembro, estavam de volta em Tupanciretã. Em 2 de outubro, deslocaram-se para Santa Maria, onde permaneceram até 8, dia em que embarcaram rumo a Cacequi, juntamente com o 13º Batalhão de Infantaria do Exército.

Há um episódio monstruoso que estaria a merecer silêncio tumular, não fosse o periférico envolvimento de Santa Maria em seus contornos e a esperança de que sua evocação contribua para afastar os seres humanos de sua bestialidade primitiva. Trata-se da feroz profanação do cadáver de Gumercindo Saraiva.

Gumercindo foi mortalmente ferido na tarde de 10 de agosto de 1894, quando reconhecia o campo em que se prenunciava o que seria a batalha de Carovi. Faleceu no dia 11, sendo sepultado no início da noite, no cemitério dos capuchinhos de Santo Antônio, entre os rios Camaquã e Itacurubi, junto à estância de Antônio Moraes.

Dos **“Apontamentos para a História** da Revolução Rio-grandense **de 1893”**, transcrevem-se, das páginas 284 a 286, as seguintes passagens:

“(…) No dia seguinte [12 de agosto], ao passarem as forças do governo pelo cemitério, o Coronel Firmino de Paula, comandante da vanguarda, mandou desenterrar o cadáver do legendário general, postando-o à beira da estrada.

(…)

Esta descoberta regozijou a força governista: o comandante da vanguarda deu largas à sua conhecida índole.

O general Francisco Rodrigues Lima, ao aproximar-se do cadáver, contavam os seus próprios comandados, bradava em altas **vozes: ‘as orelhas são minhas’.**

Não temos como afirmar se cortaram ou não, mas a dar-se crédito às versões do tempo, foi a vontade do valente general satisfeita, sendo certo que se consentiu na prática dessa impiedade, foi mais por fanfarrice do que por malvadez.

A exemplo do chefe diz-se ter havido oficiais que, por atos de idêntica natureza, profanaram o corpo do ilustre morto. Um major, separada a cabeça do tronco do corpo do herói, num gesto de repulsivo canibalismo, cujo remorso há de castigá-lo por toda a vida, levou-a para, como mais eloquente troféu de vitória, ser apresentada ao presidente do Estado!
(55)

(55) A imprensa publicou ter sido o autor desta execranda hediondez o major Ramiro de Oliveira, mais tarde intendente de Santa Maria. (…)”

Do livro **“Gumersindo Saravia el General de la Libertad”**, às páginas 530 a 540, destacam-se trechos notáveis:

“(…) El día doce, la vanguardia gubernista, al mando de Firmino de Paula, pasa por San Antonio de Capuchinos, en el pobre cementerio, está el sepulcro de Saravia.

(…)

Es un capitán Moraes, por órdenes de Firmino, quien profana la tumba, arrastrando el cadáver hacia el camino.

Allí lo dejan en exhibición, durante cuatro días, semidesnudo... Frente a él, con bárbaro júbilo, desfilan las fuerzas armadas de la legalidad riograndense.

(...)

Veinte días más tarde, pasan nuevamente por las proximidades las fuerzas del gobierno.

(...)

Y entonces, con una ferocidad que asombra y que conmueve, los representantes de la legalidad riograndense repiten su acto execrable, arrastrando otra vez el cadáver a la vera del camino [había sido nuevamente sepultado por moradores locales].

Se asevera que un general habría pedido las orejas como recuerdo.

Lo cierto es que lo que sucede supera todo lo imaginable. Como hienas, se ceban en el cadáver estos hombres, en un rapto de verdadera locura. Lo decapitan, se llevan como sangrento trofeo la cabeza, y amenazan de muerte, con pena de sufrir los mismos métodos, a los desdichados que se atreviesen a dar nueva sepultura a los despojos.

(...)

Y se han ido los sicarios, rumbo a Santa María.

(...)

Pasado el instante de furiosa locura, toman conciencia de lo que han hecho y quieren disimularlo.

El primero es el coronel Nascimento Vargas, que, en su orden del día, el 24 de agosto, quiere negar, torpemente, la violación de la tumba, afirmando que entre los revolucionarios **'no** ha habido un solo soldado humanitario que se lanzase siquiera una palada de tierra sobre **los restos de su jefe'**. De tal suerte, los gubernistas lo habrían hallado insepulto...

Demora más en reaccionar el Mayor Ramiro Oliveira. Este, con un capitán, un alemán **de las fuerzas 'patriotas' de la** División del Norte (...) fué encargado de llevar, como trágico presente, la cabeza de Saravia al presidente del Estado, Dr. Júlio Prates de Castilhos... Lleno de horror y repugnancia, rechazó este al mensajero. Y, en el colmo de la cólera, lo prohibió volver a ponerse jamás ante su vista.

Esta repulsa abrumó a Oliveira.

Conocida la incidencia, los periodistas buscan sus declaraciones en el Hotel Lagache, donde se hospeda. Confirma todo. Y **agrega que es 'víctima** del cumplimiento de un deber que le fuera **ordenado'**. **'Que** le fuera **ordenado!** **Quién dió** esta orden nefanda?

Secreto que no reveló Ramiro.

Las versiones de lo que sucede luego, difieren entre sí.

La primera que se vulgarizó es la de que, no sabiendo qué hacer con la cabeza, el Mayor Oliveira la arrojó al agua. Así lo declaró al ser interrogado al **respecto: 'Parto hoy mismo para** Santa María y en el viaje la tiraré al río'.

Ahora se agrega que el gerente **de 'A Federação', Marques**, le habría dicho entonces: **'Combátese** a los vivos, mas debe respetarse a los muertos. Por eso le pido ser depositario de tan **sagrados despojos'**. **Ramiro se** sintió aliviado entregandoselos. Y, según el historiador riograndense João Maia,

Marques, al outro dia, lè comunico haberlos enterrado en el sótano de su residência.

Alli estarán todavia, en este reposo que les dió la nobleza de um adversário...

Para Ramiro Oliveira, el infeliz transporte, viene entonces la necesidad de disimular sus actos, de limpiar su culpa, de salvar la imputación que sobre aquéllos recae. De volver al plano civilizado de que cayó en su obnubilación sangrienta, menos hábil que los superiores por cuyas ordenes actuó.

Para justificarse, produce un documento asombroso. Es este: **'Acta de recogimiento del cráneo del caudillo Gumersindo Saraiva.**

Los oficiales abajo firmados, todos pertenecientes a la 4ª Brigada en guarnición en Garruchos en viaje de aquel paso para la capital del Estado, resuelven lo siguiente:

Considerando que el cráneo del célebre caudillo Gumersindo Saraiva ofrece ocasión para un estudio minucioso y de provecho para la ciência; considerando que estando el cadáver insepulto, y el cráneo dislocado, rodando y a la intempérie, en nada podía herir a los sentimientos religiosos y de humanidad; considerando que el cráneo de un guerrillero célebre debia pertenecer a una galeria de preferencia a permanecer a la vera de un camino sujeto al escarnio de los transeuntes; considerando que después de profundizado estudio, mucho lucrarán la ciencia y la sociedad, descubriéndose, como matematicamente sucederá, una organización apta para el arte guerrero; considerando que todo el Município, donde yacen los restos del caudillo, sabe de visu que el cráneo estaba a la intemperie y dislocado;

Resolvieran por eso conducirlo hasta esta Capital ofreciéndolo a los profesionales para que sobre él hicieran profundo estudio, passando después a una galeria.

Rincón de Itacoroby (Cementerio de San Antonio), 8 de octubre de 1894 a las 8½ **de la mañana. (...).**

El acta transcrita es una triste falacia.

No había tal cadáver insepulto. Y si lo hubiera estado, no se apiadaron los sentimientos **'religiosos y humanos' de la 'comisión'**, para reintegrarlo a la tierra?...

No había tal propósito de estudio científico y menos, de galeria.

Era el profesional indicado para ese estudio el Dr. Júlio de Castilhos, y la **dicha 'galeria' la** iban a instalar em el palacio presidencial?

Nadie escarnece, tampoco, los restos de um guerrero célebre. No habría transeúnte que lo hiciera...

Y el propósito de **probar 'matemáticamente' una organización** apta para el arte guerrero, según afirman los militares, se supedita al juicio de un civil como el Dr. Castilhos?...

Quedan, además, dos pruebas definitivas de la superchería.

El acta se firma em Itacoroby, el 8 de octubre de 1894, según se lee en ella; pero también dice que, por todos los considerandos, la comisión resolvió trasladar el cráneo **'hasta esta capital'**. Error decisivo, que demuestra que el documento se redactó en Porto Alegre y no en el lejano San Antonio.

Otra prueba son las declaraciones de Antero Rivas, uno de los firmantes del acta.

Em 1942, manifestando que recién dos o tres dias después del drama de Carovy, supo que Gumersindo había sido herido, falleciendo y siendo sepultado por sus compañeros de armas, y que más tarde desenterró el cadáver Firmino de Paula. Agregó que quando la columna en que militaba pasó por el lugar en que encontraban los restos, él no pudo aproximarse a menos de diez o quince metros, desde donde se le pareció que se le habían mutilado la cabeza y otros miembros.

Dias después, enviado a Santa Maria por cuestiones de pagos y abastecimientos, le tocó viajar com el Mayor Oliveira, que decía levar la cabeza para Júlio de Castilhos, y de quien ***n se separó en aquel punto. (...)***

Ramiro de Oliveira, nascido em Cachoeira a 6 de maio de 1864, atuou em Santa Maria como político, jornalista e criador. Foi casado com Mercedes Niederauer.

Em 28 de março de 1888, juntamente com seu irmão Otaviano de Oliveira, externou sua adesão ao abolicionismo alforriando um escravo.

Em 12 de junho de 1891, tomou posse de seu cargo na Segunda Comissão da Intendência Municipal, para o qual fora nomeado em 19 de fevereiro desse ano.

De acordo com **“O Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhista”**, teria sido nomeado juiz distrital de Santa Maria por ocasião do assassinato do Doutor Felipe Alves de Oliveira, em 12 de agosto de 1891, mas seu nome não consta da relação apurada na **“História da Comarca de Santa Maria (1878-1978)**.

Militou na guerra civil de 1892-1895 como participante da 4ª Brigada da Divisão do Norte, comandada pelo coronel Salvador Aires Pinheiro Machado, no posto de major.

Em 1º de janeiro de 1898, fundou e dirigiu **“O Estado”**, dele se afastando em 1906, quando da aquisição por Antero Corrêa de Barros. Antero, em 1907, chefiaria na cidade a dissidência do Partido Republicano Riograndense, provocada pela candidatura de Fernando Abbott à presidência do Estado, em disputa com Carlos Barbosa Gonçalves, que era apoiado pelo Presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros. Ramiro foi o chefe local dos republicanos ortodoxos, assegurando, em renhido pleito, a vitória do candidato borgista.

De 1901 a 1905, foi deputado estadual na 24ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Em 3 de agosto de 1908, foi eleito intendente municipal de Santa Maria, deixando o cargo em 3 de outubro de 1912, pelo término do mandato.

Exerceu, também, o cargo de subchefe regional de polícia.

Nos dias 23 e 24 de agosto de 1895, Santa Maria festejou a pacificação do Rio Grande do Sul com desfiles, bailes, foguetes e discursos. Referiu-se a participação das bandas de música do 11º Regimento de Cavalaria e do 3º Batalhão de Infantaria. É de se presumir que o primeiro desses corpos de tropa pertencesse ao Exército, e o segundo à Brigada Militar.

Mas seria ingênuo supor que a celebração formal da paz não fosse seguida de dificuldades ao se aplicada ao dia a dia das relações convulsionadas pela guerra civil recém encerrada.

Segundo “Os Crimes da Ditadura”, às páginas 86 a 88 e 91:

“(...) Foi recebido em Porto Alegre, no dia 4 [de fevereiro de 1896], este telegrama, procedente de Santa Maria:

‘Confiamos no empenho em que se acha o General [João Tomás de] Cantuária para a grandiosa obra da pacificação e por isso pedimos a S. Exa. Providências para os abusos praticados nesta Comarca.

Em S. Martinho processam os anistiados Machado, Ramão e Josino Peixoto, que regressaram a seus lares a pretexto de fatos cometidos durante a Revolução.

Aqui, além do fato de Jerônimo Ribas, a quem se infligiu bárbaro castigo, continua o recrutamento. Oito cidadãos agregados do Tenente-Coronel João Maria Penna, morador no Arroio do Só, foram obrigados a servir no corpo de polícia estadual.

O mesmo Tenente-Coronel Penna esteve nesta cidade pedindo **providências.’**

Jerônimo Ribas, a quem alude o telegrama acima, foi recrutado em Conceição do Arroio para servir no corpo civil comandado pelo Coronel João Rodrigues Mena Barreto, aquartelado em Santa Maria. A mãe da vítima, em vista de estar abolido o recrutamento, requereu ao Dr. Juiz da Comarca uma **ordem de ‘habeas corpus’ em favor de seu filho.**

Considerado ilegal pelo Dr. Juiz da Comarca o constrangimento de Jerônimo Ribas, foi concedido o **‘habeas corpus’ impetrado.** Tendo-se ido dar cumprimento à jurídica decisão daquele magistrado, o Tenente-Coronel Mena Barreto a ela opõe-se, conservando preso o cidadão que obtivera o favor concedido pela lei aos que sentem-se ilegalmente privados da sua liberdade.

(...)

Chegou a Porto Alegre, Jerônimo Ribas, recrutado em Conceição do Arroio para o corpo da Brigada Militar estacionado em Santa Maria. Lastimoso o estado do infeliz, que, como em outro lugar dissemos, foi barbaramente espancado no quartel. Jerônimo recebeu, por ordem do Tenente-Coronel João Rodrigues Mena Barreto, o mesmo que se negou a cumprir uma **ordem de ‘habeas corpus’, 450 chibatadas. Um dos redatores da ‘República’ viu o infeliz,** cujas costas eram uma chaga só! Muitas cicatrizes apresentava em outras partes do corpo e do seu tratamento encarregou-se o farmacêutico João Daudt Filho.

(...)

Um fato grave, cujo desfecho foi o assassinato do estimado moço Fleuripe Borges de Santana, deu-se no Rincão de São Pedro, 3º Distrito do Município de Santa Maria, às nove horas da noite do dia 13 de abril [de 1896]. Passeava a vítima em companhia de alguns amigos quando, ao chegar a uma esquina, recebeu ordem de prisão dada pelo Sargento Felisberto, da polícia municipal. Sindicando o motivo da sua prisão, teve como resposta diversos tiros de revólver disparados pelo sanguinário Sargento. Ferido, Fleuripe foi levado para casa de sua família, onde

faleceu dois dias depois, pois o ferimento atravessou-lhe o ventre da direita para a esquerda. (...)”

PERSONALIDADES DA GUERRA CIVIL EM SANTA MARIA

Ante os fatos apresentados, três chefes merecem especial análise de sua conduta.

Não se determinaram a data nem o local de nascimento de Marcelino Pina **d’Albuquerque**. Sabe-se, porém, que em 1865, apresentou-se como voluntário para lutar na guerra do Paraguai, de onde voltou capitão da Guarda Nacional. Filiou-se ao partido liberal. Há notícia jornalística de que, em 1885, era capitão do 37º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional, em São Gabriel. Quando do advento da República, era major fiscal de uma unidade da Guarda Nacional em São Gabriel, talvez do mesmo 37º Corpo de Cavalaria.

Elevado ao posto de coronel do Exército Libertador, invadiu o território sul-rio-grandense na noite de 15 para 16 de fevereiro de 1893, juntamente com José Serafim de Castilhos, o Juca Tigre, à frente de 800 homens dotados quase que exclusivamente de lanças e com apenas 30 e poucas armas de fogo, acampando nas pontas do arroio Jaguari, a 4 léguas de Santana. Em 11 de março, levantou acampamento e, com 400 homens, seguiu para Alegrete, que tomou no dia 19 de março, apoderando-se de 114 comblains e 20 miniés [armas de fogo longas, dos sistemas Comblain, de agulha e retrocarga, e Minié, de espoleta e antecarga], bem como de 12.000 cartuchos para comblains. Em 23 de março, o Coronel Prestes Guimarães chegou a Alegrete e formou a 1ª Divisão do Exército Libertador, sob seu comando, com duas brigadas: a de Pina, que já contava com cerca de 1.000 homens, e a do Coronel Manoel Machado.

No dia 27 de março, a 1ª Divisão, com pouco mais de 900 lanceiros e 400 atiradores, derrotou os 1.130 homens de Santos Filho no arroio Jararaca, ou no capão do Angico, nas vizinhanças de Alegrete. Os governistas perderam cerca de 200 mortos, 57 prisioneiros, entre estes o seu comandante, que foi ferido, 156 comblains, 58 lanças e 6.000 cartuchos. Os federalistas tiveram 20 mortos e 34 feridos, inclusive Pina.

Em 31 de março, a 1ª Divisão marchou para Quaraí, que ocupou. Em 11 de abril, acampou em Barra do Quaraí. Em 21 de abril, o Coronel Salgado, promovido a general, assumiu o comando da 1ª Divisão, que passou a constituir o 2º Corpo do Exército Libertador, e determinou seu deslocamento em direção a Alegrete, acampando, no dia 27, nas pontas do arroio Camoatim, em local situado doze léguas a sudeste de Uruguaiana. Ameaçado pela presença da força governista de Hipólito Ribeiro, Salgado propôs a aproximação do 1º Corpo do Exército Libertador, de Joca Tavares, que de Ponche Verde, em 26 de abril, marchou ao seu encontro. No dia seguinte, a força governista de Lima juntou-se à de Ribeiro e, reunidas, foram em busca do 2º Corpo. A este juntou-se o 1º Corpo na manhã de 3 de maio, e ambos enfrentaram os adversários na batalha de Inhanduí.

Há mais de uma forma de conceituar batalha, em contraste com outras espécies de choques entre beligerantes. Para os efeitos desse relato, batalha seria um combate de grandes proporções, com relevância estratégica, capaz de decidir o conflito. Sob a ótica dos federalistas, Inhanduí poderia ser considerada a grande batalha da guerra, de caráter nitidamente ofensivo, uma vitória decisiva que lhes proporcionaria o controle de toda a região banhada pelo rio Uruguai e seus afluentes da margem esquerda no território brasileiro, por tempo suficiente para alimentar a esperança de uma reversão política favorável. Outros dois recontros trazidos a cotejo, Pulador e Carovi, não teriam passado de típicas refregas defensivas. Contudo, a análise imparcial desses três embates revela a atitude essencialmente defensiva dos federalistas em todos eles, posto que forçados à luta pela perseguição e ataque dos seus adversários. Na verdade, nas três ocasiões, os governistas avançaram contra contendores acuados que não tinham escolha razoável senão aceitar a peleja.

Na noite de 3 de maio, os federalistas abandonaram o campo da batalha de Inhanduí e, em 7, reuniram-se junto ao rio Caverá-Chico. Os governistas manobram para envolvê-los: Ribeiro e Lima, acossando-os pela sua retaguarda; Xavier da Câmara, vindo de Bagé por Cacequi, flanqueando-os pela sua esquerda; e o general João Teles, saído de Santana, cortando-os pela frente. Restou aos federalistas o caminho da República Oriental do Uruguai, pela serra do Caverá. Teles tentou em vão obstar-lhes a retirada no arroio Upamoroti. Rompido o cerco, o retrocesso terminou no dia 13 de maio, junto à demarcação da fronteira uruguaia, ocasião em que os chefes do Exército Libertador decidiram continuar a luta apesar das dificuldades que os afligiam. É provável que Pina, recuperando-se do ferimento sofrido em 27 de março, não participasse ativamente dessa fase da campanha.

Em 27 de agosto de 1893, Pina, que já deveria estar reffeito do seu ferimento, achava-se em Campo Seco com parte de sua brigada, em observação a Rosário e ao 3º Distrito de São Gabriel. Em 11 de novembro, já à frente de uma divisão, reuniu-se a Joca Tavares junto ao rio Piraí. Em 14, foi promovido a general. Em 18, com 1.000 homens, ocupava a área da estância de João Darné, a doze quilômetros de Bagé, até o passo do Valente. Em 23, concentrou-se neste passo e foi reforçado com 300 atiradores. Em 24, marchou pela costa do rio Jaguarão contra os governistas de Manoel Pedroso de Oliveira e recebeu a incorporação de Ladislau Amaro e Domingos Ferreira Gonçalves, com 300 homens. Em 25, encontrava-se na Estação Santa Rosa, da linha férrea de Rio Grande a Bagé, a dezesseis quilômetros desta cidade. Em 26, desalojou Pedroso de sua posição nas pontas do rio Jaguarão, perto da referida estação, recalcou-o para o reduto dos demais chefes governistas e postou-se ao lado da Estação Rio Negro, da mesma ferrovia, a vinte e quatro quilômetros de Bagé.

Em 27, sua divisão teve parte saliente no combate de Rio Negro, atacando os adversários pela esquerda e pela retaguarda até que, sitiados, viram-se eles forçados à rendição no dia seguinte.

No dia 1º de dezembro de 1893, Pina recebeu ordem de apertar o sítio de Bagé pelos quadrantes sul e leste. Dois episódios desse cerco: em 8, uma liberalidade sua e, talvez, também de outros comandantes federalistas, fez com que Joca Tavares, contrariado, avisasse que não mais se podia permitir portaria [salvo-conduto?] a inimigos saídos das trincheiras sem prévia apresentação ao quartel-general; e em

24, juntamente com outros chefes, opôs-se à proposta de seu colega David Martins, de que se incendiasse o casario de preferência ao assalto definitivo da praça. Durante o sítio, dois homens de Pina foram fuzilados por roubo. O cerco de Bagé foi levantado em 8 de janeiro, ante a aproximação das divisões governistas do Oeste e do Sul.

Joca Tavares deslocou-se para Santana e de lá para Alegrete, transpondo, em 27 de janeiro, a ponte do rio Ibirapuitã de oeste para leste e rumando para Rosário. Pina, que fazia a retaguarda, em 1º de fevereiro repeliu um ataque do inimigo junto a essa ponte, que fez queimar, causando aos atacantes a perda de dezoito mortos e trinta e cinco feridos contra somente cinco feridos.

Em 5 de fevereiro, Joca Tavares transpôs o rio Santa Maria e dividiu seu 1º corpo em três colunas. A uma delas, a de Pina, com 800 homens, ordenou seguisse para São Gabriel e operasse por Santa Maria ou por onde fosse mais conveniente.

Em 9 de fevereiro de 1894, a divisão de Pina entrou em São Gabriel, de onde foi expulsa no dia 14. Seguiu para São Sepé e depois para Caçapava, retornou de Caçapava a São Sepé, investiu em seguida contra Santa Maria, que ocupou por dois dias, e retrocedeu em 10 de março para São Gabriel, que retomou em 17, matando dezesseis e aprisionando oito adversários. Retirou-se pela segunda vez de São Gabriel quando se viu acossado pela Divisão do Oeste mas, simulando encaminhar-se para Caçapava e flanqueando a força governista pela direita, tornou a ocupar São Gabriel pela terceira vez. Porém, em 3 de abril, foi novamente expulsa de São Gabriel, marchando para Dom Pedrito, de onde, em 5, foi afastada pela Divisão do Oeste, que lhe causou doze baixas por morte. Perseguida de perto desde as pontas do arroio Ponche Verde, em 7, chegou ao Caverá passando por Santana. De lá, dirigiu-se a Dom Pedrito e desta cidade para o rio Negro, onde em 29 de abril achava-se acampada.

Em 4 de maio, Joca Tavares determinou a Pina marchasse por Piratini, Canguçu e Encruzilhada; levantasse a cavalaria necessária em São João do Duro reservando a excedente para a remonta de Gumercindo Saraiva, que retornava ao Rio Grande do Sul; e, em seguimento, destruísse a estrada de ferro do Norte [Porto Alegre-Uruguaiana?], tomasse Santa Maria e protegesse a passagem de Gumercindo pelas picadas de São Martinho ou São Xavier.

Em 4 de junho, Pina achava-se acampado no passo do Silva, município de Encruzilhada. Em 7, foi alcançado pela Divisão do Sul, que o perseguiu com tenacidade até destroçar sua coluna nas imediações do banhado do Piquiri, com perdas de mais de quarenta mortos e cerca de trinta prisioneiros. Vendo virtualmente dissolvida sua divisão, Pina, acompanhado por pouco mais de 200 remanescentes, escapou para as proximidades de Rosário, onde em 19 acampou.

Todavia, não tardou em reorganizar a grande unidade sob seu comando: já em 3 de julho, comunicava a Joca Tavares estar acampado junto ao rio Ibicuí da Armada, com 600 homens a pé e divididos em grupos, à espera de ordens ou de substituição.

Desse momento em diante, principalmente pela falta do armamento e da munição, acrescida da penúria da remonta, as operações da divisão de Pina foram centradas no baluarte natural – não seria impróprio defini-lo como labirinto – da serra do Caverá. Eventualmente, Pina e seus comandados poderiam efetuar sortidas e até ocupar cidades próximas, mas jamais se distanciando dos contrafortes dessa serra a ponto de arriscar perdê-la como refúgio. Se a divisão de Pina fosse perseguida decididamente pelo inimigo em meio aos cerros e se mostrasse incapaz de aniquilá-lo ou repeli-lo, a solução óbvia do problema seria a retirada a caminho da linha divisória e a subsequente internação na República Oriental do Uruguai, com a expectativa do pronto retorno ao território brasileiro tão logo as condições o permitissem.

A coluna da Brigada Militar saída de Santa Maria para Cacequi em 8 de outubro estava, em 11, na internada de Saicã. Em 13, acampou em Rosário, dela se apartando o 1º Regimento de Cavalaria [de Reserva, ala esquerda?] e o 2º Batalhão de Infantaria, que rumaram para o cerro de Vacaquá. Essa movimentação não passou despercebida a Pina que, em 14 de outubro, acreditava ter evitado um cerco por três colunas governistas. Em 17, José Bento Porto, com a ala direita do 1º Regimento de Cavalaria de Reserva e o 3º Batalhão de Infantaria, marchou para a serra do Caverá, tendo trocado tiros, na tarde do dia 21 e, novamente, no dia 22, com elementos da divisão de Pina. À noite de 22, Porto contra-marchou para Rosário, onde chegou em 27, a tempo de repelir o ataque de Pina a essa cidade e persegui-lo na retirada para o refúgio da serra do Caverá. Em 31, em Vacaquá, Porto recebeu o auxílio dos 1º Regimento de Cavalaria e 1º Batalhão de Infantaria, procedentes de Dom Pedrito. A coluna governista adentrou a serra do Caverá em 1º de novembro. Apertado por quatro colunas inimigas, Pina, sem meios para resistir-lhes e sem outro recurso de evasão, emigrou para a República Oriental do Uruguai.

Contudo, já em 10 de novembro Pina estava de volta ao território brasileiro, acampado junto ao arroio Upamoroti com 300 homens mal armados, desmontados e desmuniados. Incorporaram-se a Pina, nesse acampamento, Gaspar Barreto e Luís Barcelos, elevando a força da sua divisão para 1.200 homens. Na serra do Caverá, juntaram-se a ele, ainda, Manoel Machado e Ismael Soares. Em 24, Pina achava-se acampado em Cerro Doce, junto ao rio Ibicuí da Armada.

Em 26, Pina noticiou a Joca Tavares o afastamento de Machado e Soares. Em 4 de dezembro, Joca Tavares foi informado de que Barcelos, em 26 de novembro, abandonara a divisão de Pina e seguira para Lavras, bem como de que dela Gaspar Barreto também se separara. Em 5, Pina, após receber o reforço de 400 homens com a adesão de Delíbio e a reincorporação de Machado e Soares, tomou o rumo de Alegrete depois de tirotear com os governistas de Porto e Teles. Contudo, em 21, estava de volta à serra do Caverá.

Em 1º de janeiro de 1895, a divisão de Pina achava-se acampada na margem esquerda do arroio Upamoroti. Em 3, Pina soube da aproximação de duas colunas governistas, de uns 300 homens cada uma. A primeira já transpusera o passo da Ponte e vinha-lhe em cima. A segunda, sob o comando de Elias Amaro e Armando Rodrigues da Silva, aproximava-se procedente de Dom Pedrito. À noite, Pina mudou seu acampamento para as pontas do arroio Vacaquá. Na madrugada de 4, pondo Gaspar Barreto no centro, com a linha divisória à direita e ele próprio à esquerda,

atacou a força inimiga. Entretanto, foi informado de que outra coluna governista, de mais de 500 homens, avizinhava-se pela esquerda. Retirou-se então até o Capão Alto, a seis léguas de distância, onde teve a frente cortada por uma quarta coluna adversária. Ameaçado de cerco e vendo-se sem alternativa, acabou por internar-se novamente na República Oriental do Uruguai.

Em 14 de janeiro de 1895, Pina comunicou a Joca Tavares sua intenção de tornar a invadir o território do Brasil no dia seguinte, mesmo estando sem recursos. Como quer que seja, em 4 de março estava acampado junto ao arroio Upamoroti e, em 12, no Curral de Pedras. Em 13, atacou e ocupou Rosário, lá se mantendo até 15, conforme ofício de 21 a Joca Tavares, expedido do acampamento em Campo Seco. Em 24, estava em Dom Pedrito e, em 28, nas pontas do arroio Ponche Verde. Conforme ofício de Joca Tavares a Saldanha, datado de 31, a força de Pina não passaria de 180 homens.

Em 3 de abril, acampado em Vacaquá, declarou constituir-se sua gente, quase toda, de lanceiros que a pé nada poderiam fazer. Em 9 de maio, do acampamento do Curral de Pedras, à margem esquerda do rio Ibicuí da Armada, informou a Joca Tavares ter marchado, em 11 de abril, de Vacaquá para a serra do Caverá passando novamente por Rosário. Em 28 de maio, continuava acampado junto ao rio Ibicuí da Armada. Em 3 de junho, acampava junto ao arroio da Mina, vindo de Saicã. Em 7 de junho, estaria na costa do rio Ibicuí da Armada, atuando em combinação com o General Aparício Saraiva. Em 13, acampava nos campos do Salles, na costa do rio Ibicuí da Armada e em 14, data de seu último ofício conhecido a Joca Tavares, anunciou, às 2 horas da madrugada, rumar para Dom Pedrito.

De 14 a 22 de junho de 1895, é provável que Pina se tivesse juntado à força de Saldanha no rincão de Artigas ou campo Osório, pois nesta data, com Chiquinote, Libindo e mais de 200 homens, teria partido para o interior do Rio Grande do Sul buscando reunir-se ao 1º Corpo do Exército Libertador, comandado por Aparício. Certo é que não participou do desastroso combate em que pereceram, honrosamente, Saldanha, muitos dos seus companheiros e, ao fim e ao cabo, também as gloriosas porém desgastadas armas revolucionárias.

Resumidamente, esses foram os relevantes serviços prestados por Marcelino Pina d'Albuquerque durante a guerra civil de 1892-1895. Começou como coronel e terminou como general. Lutou do início ao fim do conflito. Foi ferido no combate do arroio Jararaca, traiçoeiramente, por Pedro Ploquet, um vingativo ex-protégido. Mas não entrou para a história com a aura que, ainda na atualidade, cerca muitos de seus companheiros de armas.

Do relato dos **“Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893”**, extraem-se três referências significativas a Pina, às páginas 189 e 190, que permitem reputá-lo como habitualmente descuidado, moroso e completamente esquecido dos planos a observar.

A apreciação do heróico biografado, transcrita à fl. 257 de **“Saldanha Almirante L. Ph. de Saldanha da Gama”**, é pouco lisonjeira:

“(..) O General Marcelino Pina é um velhinho de 65 a 66 anos, boa estatura e seco. Tem o cabelo e a barba branca, irregulares. A tez tisonada. Os olhos pequenos e

azuis, brilham às vezes. O nariz é aquilino e as narinas largas, como as do finado General Deodoro da Fonseca. Mas o traço dominante do seu rosto são as orelhas, de um tamanho descomunal, largas e achatadas. Nos seus movimentos, se nota vigor superior à idade; mas, a par disso, há certa apatia no seu todo. Dizem que, na vida atribulada de revolucionário, se tem dado ao abuso da cachaça e ao comércio excessivo com as ‘caboclas’ (chinas) que costumam acompanhar as forças revolucionárias. É um dos chefes mais dedicados da revolução e possui seus conhecimentos militares, tendo sido militar na campanha do Paraguai; mas sua notória apatia o tem prejudicado sobremodo, dando causa a mais de uma surpresa desastrosa. (...)”

No entanto, de **“Os Voluntários do Martírio – Narrativa da Revolução de 1893”**, à página 344, cumpre transcrever a seguinte passagem:

**“(...) e faz-me lembrar o que dizia o valente Pina quando escondidos no Rio Negro nos preparávamos para invadir.
- Dêem-nos cavalos porque armas nós tomamos deles. (...)”**

Pina, durante a guerra, enfrentou dificuldades logísticas tanto mais agudas quanto maior o efetivo comandado. Sua tropa, no início chamada de brigada e, mais tarde, de divisão, tinha efetivos esqueléticos, muito inferiores aos quadros normais das unidades desse porte. Além disso, carecia de meios adequados à guerra moderna, tais como armas de fogo e munições adequadas. Viviam principalmente dos recursos do país, geralmente escassos, e carecia de suprimentos de toda espécie. Acima de tudo, faltava-lhe, quase sempre, o elemento essencial para a guerra de movimento que lhe era imposta pelas circunstâncias, qual seja uma cavalaria numerosa e em bom estado.

Do balanço das qualidades positivas e negativas de Pina como condutor de homens em campanha militar, seria razoável apurar, como saldo, seus melhores atributos: a valentia, a pertinácia e a magnanimidade.

Registre-se como arremate a notável declaração contida em seu ofício de 3 de abril de 1895, dirigido a Joca Tavares:

**“(...) Sempre fui inimigo de grupos. Nunca estive em desarmonia com nenhum companheiro, eles sempre são quem se separam de mim por motivos fúteis, não me querendo acompanhar. Sempre cumpro e cumprirei as ordens de Sua Excelência ou de outro qualquer superior.
(...)”**

Terminada a guerra, Pina recolheu-se à vida privada.

Em 12 de junho de 1896, Pina dirigiu a Joca Tavares, do Município de Dom Pedrito, onde então residia, carta que retrata as agruras por que então passavam os ex-combatentes federalistas e a angústia que afligia seus antigos chefes, não esquecidos da responsabilidade que o mando lhes acarretara:

“(...) Atendendo às constantes reclamações dos nossos amigos do Município do Rosário, telegrafei ontem a V. Exa. pedindo providências a

fim de V.Exa. interceder perante o representante do Governo da União, para este por um paradeiro às perseguições, assassinatos e violências praticadas contra nossos amigos pelos agentes do Governo de Castilhos, que inventam pretextos quaisquer para porem em ação seus planos tenebrosos. Assim é que os moradores daquele Município vivem aterrorizados, tendo já muitos emigrado, como Ismael Soares, Feliciano Patrício, Antônio Flores e outros.

Consta-me ter sido assassinado Basílio Ferreira, cidadão distinto, além de outros que já têm sido noticiado pela imprensa.

O recrutamento tem sido praticado com todos os horrores dos tempos inquisitoriais, dando os maiores tormentos aos recrutados; estes são companheiros que tomaram armas ao nosso lado na extinta Revolução, sendo assim burladas as garantias prometidas pelo Governo da União, no tratado de 23 de agosto.

Os nossos amigos já não podem suportar tantas violências e perseguições; tenho sempre aconselhado prudência, resignação e que o governo do Sr. Dr. Prudente cumprirá sua palavra dando-nos as garantias prometidas e completa liberdade para podermos viver em nossa terra; mas que para isso precisamos esperar; porém, a paciência se esgota e serei impotente para impedir as represálias.

Entretanto, continuarei no meu papel de consolidador da paz que tanto carece o nosso infeliz Estado, obrigação imposta por V. Exa. aos companheiros que ao lado de V. Exa. lutaram pela liberdade.

De V. Exa. tudo esperam os companheiros, e eu, tranquilo, aguardo as providências por V.Exa. já tomadas conforme me comunicou em telegrama de ontem em resposta ao meu do mesmo dia.

Os nossos adversários têm inventado que eu tenho gente reunida para bater a guarnição do Rosário, e isto sei por comunicação feita por eles às autoridades de S. Gabriel e D. Pedrito; isto não passa de uma farsa ridícula com o fim, talvez, de por em ação algum plano de sangue; nada temo por que estou prevenido e por ser essa invenção uma falsidade.

Sem outro motivo, V. Exa. mandará suas ordens ao que se subscreve com toda a consideração e estima.

De V. Exa. velho companheiro e amigo afetuoso. (...)"

Pina acabou seus dias em 26 de novembro de 1905, na propriedade rural que possuía no município de Dom Pedrito.

O inventário amigável dos bens deixados pelo Major Marcelino Pina **d'Albuquerque** foi aberto perante o Juíz Distrital de Dom Pedrito, Dr. Thomaz Aguiar, em 8 de fevereiro de 1907. A relação dos herdeiros do espólio contemplou a viúva-meeira, sua esposa **Zeferina Machado d'Albuquerque**, e os herdeiros-filhos Fernando Pina **d'Albuquerque**, casado com **Lindora Pedroso d'Albuquerque, Anna Pina d'Albuquerque Braga**, casada com José Maria Teixeira Braga, e **Ismênia Pina d'Albuquerque**, solteira. Os rol dos bens inventariados incluiu uma carreta em mau estado, avaliada em cem mil réis; cento e sessenta reses de criar sem touros, avaliadas cada uma por quinze mil réis e todas por dois contos e quatrocentos mil réis; quarenta éguas de cria cavalari ordinárias, avaliadas cada uma por cinco mil réis e todas por duzentos mil réis; dez cavalos mansos ordinários em mau estado, avaliados cada um por dez mil réis e todos por duzentos mil réis; um

estabelecimento rural situado no quinto distrito do município de Dom Pedrito, moradia do extinto casal, consistente em um rancho em mau estado e cozinha, cobertos de palha e cercados de arame para plantações também em mau estado, avaliado por trezentos mil réis; o campo que constituía a pequena fazenda do extinto casal, no lugar do referido estabelecimento, situada a maior extensão no quinto distrito de Dom Pedrito e estendendo-se a área remanescente até o terceiro distrito do município de São Gabriel, com 16,5 quadras de sesmaria ou 14.370.000 m², pouco mais ou menos, avaliado, com as aguadas existentes, por um conto e seiscentos mil réis a quadra ou vinte e seis contos e quatrocentos mil réis o todo; uma fração de campos com matos sita no município de Santa Maria da Boca do Monte, no lugar denominado Peludo, com uma quadra de sesmaria e meia ou 1.310.000 m², mais ou menos, confrontando ao Norte, Sul e Oeste, ao tempo da aquisição em 1900, com a sucessão do Barão de Candiota (Luís Gonçalves das Chagas), e ao Leste com terrenos de Simplício Soares, avaliada em um conto e seiscentos mil réis a quadra ou dois contos e quatrocentos mil réis o todo; e uma fração de campo no segundo distrito de São Gabriel, unida à gleba precedente situada em Santa Maria, com 31 braças de sesmaria ou 450.000 m², mais ou menos, avaliada por trinta e dois mil réis a braça ou novecentos e noventa e dois mil réis o todo. Por conseguinte, o espólio foi avaliado em 32 contos e 992 mil réis. Registre-se que as medidas acima apontadas são aproximativas, pois a quadra de sesmaria corresponde a 871.200 m², ou 87,12 ha, e a braça de sesmaria a 14.520 m², ou 1,45 ha. A partilha desses bens entre os herdeiros foi julgada pelo Juiz da Comarca de Bagé, Dr. Armando Azambuja, em 14 de abril de 1907.

Achylles Porto Alegre, **nos “vultos e Fatos do Rio Grande do Sul”,** à página 90, fez, a respeito de Pina, a seguinte consignação:

“(...) Tomou parte saliente na guerra civil de 1893, comandando fortes colunas do exército revolucionário.

E só voltou à vida tranquila do lar, após o convênio de 23 de agosto.

E, aí vivera, num pequeno sítio que possuía, no município de São Gabriel, fazendo todo o bem que podia, quando a morte o levou, em 25 de novembro de 1905.”

Tito Pedro Escobar nasceu em Itaqui, na então Província do Rio Grande do Sul, em 14 de janeiro de 1855.

Tendo sentado praça no Exército em 24 de dezembro de 1872, foi promovido a alferes em 25 de maio de 1878; a tenente, em 4 de janeiro de 1886; e a capitão, em 1º de março de 1890.

Quando da organização, em 19 de julho de 1893, do 3º Batalhão de Infantaria do serviço ativo da Brigada Militar, foi nomeado seu comandante com o posto de tenente-coronel.

Por não se ter apresentado na oportunidade, o comando interino foi assumido pelo Major Jerônimo Fernandes de Oliveira, fiscal administrativo da unidade. Tito Escobar compareceu para assumir seu comando, somente em 29 de agosto de 1893. Entre 7 de outubro e 1º de novembro de 1893, porém, afastou-se por doença, passando

o comando ao Major Jerônimo, que doravante o exerceu de modo contínuo, sem que haja notícia de Tito Escobar tê-lo reassumido em tempo algum.

Entre 1º e 5 de agosto de 1894, Tito Escobar foi transferido do comando do 3º Batalhão de Infantaria para o do 1º Batalhão de Infantaria do serviço ativo da Brigada Militar, sendo Jerônimo promovido a tenente-coronel e efetivado no comando daquela unidade.

No interregno entre novembro de 1893 e julho de 1894, Tito Escobar recuperou a saúde e, aparentemente sem notável sucesso, exerceu o comando de unidades provisórias ou civis.

Com efeito, quando da tomada de Santa Maria pela Divisão Pina, em 8 de março de 1894, sua conduta deixou-o exposto à crítica acerba. Transcreve-se da **“História do Município de Santa Maria 1797-1933”, à página 244:**

“(…) O esquadrão do tenente-coronel Ernesto Beck que se achava em São José, não podendo combater com a força que se aproximava, em razão de ser esta muito superior em número, recuou, tiroteando até o centro da cidade, na esperança de que viesse em seu auxílio a força do major [sic] Tito Escobar que guardava a Estação da Estrada de Ferro. Esta, porém, aos primeiros tiros, tomou um trem e **‘desapareceu na curva do horizonte’.** (…)”

Da “Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787-1930”, à página 454:

“(…) Consta que o Ten.-Cel. Tito Escobar abandonou logo a luta, retirando-se de trem e a pé pela Serra e deixando os civis de Ernesto Beck entregues à própria sorte. E deve ser **exato, porque é ‘Ao** cidadão coronel Ernesto Beck, comandante da guarnição, ou a quem o **substitua”, que Marcelino Pina, às 14 horas, dirige a seguinte intimação: (…).**”

E dos **“Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893”, à página 189:**

“(…) O comandante da guarnição, tenente-coronel Tito Escobar, com 600 homens, entrincheirou-se na estação da estrada de ferro, respondendo a intimação do general revolucionário com energia e arrogância, nos seguintes termos:

‘Os soldados da República morrem mas não se rendem.’

Na noite de 9 para 10, porém, retirou-se cautelosamente com toda a força, deixando na estação 160 lanças, algumas armas e regular quantidade de munição. (…)”

Nesta obra, também é criticada a atitude do Tenente-Coronel Tito Escobar no combate do Boqueirão, em 1º de maio de 1893, ocasião em que foi derrotado pelos federalistas de Silvestre Correia, José Nunes de Miranda, Tico-Dedê e Delíbio de Barros. Veja-se à página 226:

“(...) Se o comandante dos legais não mandasse estes pequenos contingentes bater a força revolucionária, mas, não obstante o receio de Dinarte, fosse com toda a coluna, não acarretaria a responsabilidade deste desastre, talvez mesmo não sacrificasse um soldado, porque é possível que os federalistas, em menor número e piores armados, tratassem de, cautelosamente, evitar o combate.

Desanimado pelo efeito moral produzido por este revés, durante a noite de 4 de maio, a fim de evitar o inimigo, que provavelmente o bateria, o tenente-coronel Tito Escobar presto retirou-se a caminho da colônia de Jaguari. (...)”

Contudo, Tito Escobar, que participou do recontro de Carovi, foi louvado pelo comandante geral da Brigada Militar, Coronel Joaquim Pantaleão Teles de Queiroz, também chamado Quincas Teles, pela forma correta com que se conduziu no combate do Capão das Laranjeiras, em 6 de setembro de 1894. O louvor repetiu-se em 15 e 18 de novembro, em razão das operações levadas a efeito nas serras do Caverá e de Aceguá. Mas há registro de que, em 20, o comando do 1º Batalhão de Infantaria foi assumido pelo Capitão Aristides da Câmara e Sá, fiscal administrativo da unidade. Este oficial, já em 5 de novembro, recebera louvor de Quincas Teles como comandante de corpo e, em 30 de julho de 1896, muito depois de acabada a guerra civil, ainda se achava no exercício do comando interino do 1º Batalhão de Infantaria, quando da investidura do General-de-Brigada Honorário Salvador Aires Pinheiro Machado no comando geral da Brigada Militar.

Portanto, Tito Escobar teria deixado de ser comandante do 1º Batalhão de Infantaria da Brigada Militar em novembro de 1894. Não há informação de que tivesse assumido outro comando nessa corporação.

É certo, porém, que retornou ao Exército e neste seguiu sua carreira, tendo participado da campanha de Canudos, durante a qual exerceu o comando dos 24º e 27º Batalhões de Infantaria.

Com efeito, seu nome **é mencionado em “Os Sertões” e “Expedições Militares contra Canudos – Seu Aspecto Marcial”**. Desta obra extraem-se citações das partes do Coronel Antônio Olímpio da Silveira, comandante da Brigada de Artilharia, ao General-de-Brigada João da Silva Barbosa, comandante da Primeira Coluna em operações no interior do Estado da Bahia, de 8 de setembro de 1897, à página 182:

“(..) Peço a atenção de V. Exa. Para o modo brilhante com que se portaram os seguintes oficiais e praças: capitão-comandante do 27º, Tito Pedro Escobar, oficial calmo, foi de uma bravura admirável e muito me auxiliou não só no ataque ao entrincheiramento dos bandidos como na construção do reduto, na qual trabalhou com seus soldados; (...)”

E de 5 de outubro de 1897, à página 206:

“(..) Cumpre também a este comando elogiar o digno comandante do 27º Batalhão de Infantaria (de proteção à artilharia), capitão Tito Pedro Escobar, pelo modo correto com que sempre se tem havido, já nos

misteres da sua profissão, já nas ações em que seu esforço de soldado tem sido necess**ário, (...)."**

Tito Escobar foi promovido a major ainda em 1897; a tenente-coronel, em 19 de março de 1904; a coronel, em 5 de dezembro de 1909; a general-de-brigada, em 9 de março de 1912; e a general-de-divisão, em 12 de janeiro de 1918.

Em 12 de fevereiro de 1919, veio a falecer em Porto Alegre, no exercício do comando da 3ª Região Militar, que assumira em 14 de fevereiro de 1918.

Ernesto Beck nasceu em Santa Maria no dia 6 de outubro de 1841, sendo filho de André Beck, comerciante estabelecido, e Isabel Krebs.

Segundo a ata de 21 de agosto de 1872, lavrada quando da apuração das cédulas recebidas para eleitores gerais da paróquia e colhidas na eleição de 18 a 20 de agosto de 1892, Ernesto foi eleito suplente. Era o décimo-primeiro nomeado em uma relação de vinte e dois.

Foram declarados eleitores gerais **“os oito cidadãos mais votados e suplentes os outros imediatos em votos”**. O 1º mais votado teve 275 votos, e o 8º, 265; o 9º, 173 e o 16º, 166. Os 10º, 11º e 12º empataram com 170 sufrágios. O corpo eleitoral era de 750 votantes, dos quais 442 se fizeram presentes.

Os candidatos do Partido Liberal, vencedores, eram João Pereira de Almeida, João David de Medeiros, Joaquim José Édolo de Carvalho, Jaime de Almeida Couto, José Alves Valença, João Frederico Egídio Niederauer, Jerônimo Alves de Miranda e Patrício Dias de Menezes. Os do Partido Conservador, Martins Hoehr, Duarte José de Oliveira, Ernesto Beck, Henrique Scherer, Joaquim de Oliveira Flores, Joaquim Pereira de Miranda Sobrinho, Geraldo Alves Damaceno e Antônio Ferreira de Ávila.

Houve seis votados cujos nomes não constavam das listas partidárias: Maximiano José Appel, com 3 votos, e Jerônimo Pereira de Almeida, Antônio Bento da Fontoura, Felisberto Alves da Palma, Pedro José Cassel e Teobaldo Jaeger, com 1 sufrágio cada um.

Em 10 de setembro de 1885, os trilhos da estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguaiana chegaram à Estação de Santa Maria, possibilitando o movimento de trens de carga mesmo antes da inauguração solene do novo trecho ferroviário, que a veio a ocorrer em 15 de outubro.

Anteriormente, em 23 de setembro de 1885, Beck incorreu em voto de censura, lavrado pela 8ª Câmara Municipal (legislatura de 1883 a 1886). Os motivos teriam sido três. Primeiro, a falta ao compromisso de ceder terreno para abertura de rua que desse acesso à estação. Segundo, a maneira brusca e acintosa com que tratou a comissão de vereadores. E terceiro, a exigência de um desvio que da linha fosse ter ao seu armazém.

Diante desses fatos, a Câmara solicitou ao engenheiro-chefe da ferrovia, por telegrama, **“ordem de serviço e desapropriação”**.

De uma forma ou de outra, a controvérsia foi superada porque a conexão viária do centro urbano com a estação ferroviária afinal veio a ser realizada. No entanto, em 4 de dezembro, o presidente da Câmara, Júlio Gomes Porto, renunciou à vereança alegando motivo de saúde. É possível que o conflito com Beck tenha contribuído para sua atitude.

Por uma parte da população, Beck foi considerado o herói da resistência governista ao assalto de Santa Maria pela divisão federalista de Marcelino Pina d'Albuquerque, de 8 a 9 de março de 1894. No entanto, **na “História do Município de Santa Maria 1897-1933”, à página 244**, lê-se a seguinte passagem:

“(..) O jornal de que transcrevemos esta notícia [**‘O Combatente’**, edição de domingo, 11 de março de 1894] empregou mal o termo **‘resistência’**. Em verdade, resistência não houve.

(..)

Os gaúchos do esquadrão do tenente-coronel Beck, na avenida Rio Branco, por algum tempo, entretiveram-se ainda em tirotear a força que já era dona **da cidade, mas o faziam mais ‘por amor à arte’** que para desalojar o inimigo de sua posição, o que era mesmo impossível. (...)”

Beck, além do comércio, dedicou-se à política, tendo sido vereador e chefe do Partido Republicano Rio-Grandense em Santa Maria, além de ocupar o posto de coronel da Guarda Nacional dessa cidade.

Fossem quais fossem as suas qualidades, a cidade o homenageou dando seu nome a uma rua transversal à avenida Rio Branco, duas quadras acima do prédio da antiga estação ferroviária.

Beck faleceu em Cruz Alta, no dia 2 de fevereiro de 1909.

EPÍLOGO

Durante a guerra civil de 1892-1895, Santa Maria não foi campo de luta como, por exemplos, Bagé e Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul, Itajaí, em Santa Catarina, Paranaguá, Tijucas e Lapa, no Paraná.

Atacada apenas uma vez, em março de 1894, o tiroteio causou inexpressiva quantidade de baixas entre os combatentes e uma única perda na população civil.

Por conseguinte, seu papel, como praça de guerra, não deve ser exagerado em relação a esse conflito.

Nesse período, a importância de Santa Maria decorreu principalmente de sua posição como entroncamento dos trechos ferroviários Margem do Taquari-Cacequi e Santa Maria-Pinheiro Marcado. Muito bem guardadas pelos governistas, essas estradas de ferro nunca sofreram interrupção ou suspensão significativa de tráfego por ação dos adversários. Por elas, os governistas sempre puderam transportar o pessoal e o material destinados às suas operações.

O relevo de Santa Maria como centro logístico, percebido desde há muito mas inequivocamente evidenciado na oportunidade da Guerra Civil de 1892 a 1895, não passou despercebido às autoridades militares.

Entre 1908 e 1915, grandes reformas foram efetuadas no sentido de dar ao Brasil, pela primeira vez, uma organização militar de base regional, estruturada na prévia existência de grandes unidades de formação permanente.

Essa organização foi ditada pela Lei nº 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Em consequência, coube a Santa Maria sediar a 3ª Brigada Estratégica do Exército, uma das cinco então criadas. Seu organizador e primeiro comandante foi o General-de-Brigada José Salustiano Fernandes dos Reis, cujo quartel general instalou-se na cidade em 5 de março de 1909.

No âmbito dessa brigada estratégica, foi criado, em 6 de março de 1909, o 7º Regimento de Infantaria, composto de três batalhões, os de nºs. 19º, 20º e 21º, com efetivos remanejados dos 17º e 29º Batalhões de Infantaria da organização anterior. O primeiro comandante nomeado para o 7º Regimento, Coronel Joaquim Baltasar da Silveira, faleceu antes de assumir seu comando. Por isso, o comando interino foi exercido, primeiramente, pelo Major Frederico Cristiano Buys, comandante do 19º Batalhão, que, em 13 de março, transferiu-o ao Major João Nabuco, comandante do 20º Batalhão. O comandante do 21º Batalhão era o major Ladislau Teles Ferreira. Em 30 de abril, os soldados do 7º Regimento, até então alojados em barracas, passaram a ocupar os pavilhões do quartel da unidade, na proporção em que eram construídos. Em junho de 1911, o 7º Regimento veio a ocupar, provisoriamente, um próprio estadual e, em 21 de abril de 1913, teve inaugurado solenemente o seu quartel definitivo.

Terminada a guerra civil de 1892 a 1895, a Brigada Militar criou, em 16 de dezembro de 1895, o 1º Corpo Provisório, que inicialmente aquartelou em Rosário porém, em 3 de março de 1903, foi dissolvido em Santa Maria, onde ocupava casa própria.

Suas praças vieram a constituir a ala esquerda do 1º Batalhão de Infantaria, destacada nessa cidade e formada pelas 3ª e 4ª Companhias, que passou a ser comandada pelo Major Juvêncio Maximiliano Lemos. As praças até então incorporadas na ala esquerda passaram para a ala direita do referido batalhão. Em 17 de agosto de 1905, a ala esquerda do 1º Batalhão foi desmembrada, recolhendo-se a Porto Alegre a 3ª Companhia e permanecendo, em Santa Maria, apenas a 4ª Companhia, sob o comando do Capitão Afonso Pacheco. Todavia, em 11 de setembro de 1907, a ala esquerda do 1º Batalhão, ainda sob o comando do Major Juvêncio, foi reconstituída pelo retorno da 3ª Companhia a Santa Maria. Mais tarde, em 24 de março de 1909, a ala esquerda do 1º Batalhão novamente se recolheu a Porto Alegre.

Após ter o governo do Estado providenciado na melhoria do quartel da Brigada em Santa Maria, para lá foi provisoriamente transferido, de Rosário, o 1º Regimento de Cavalaria, tendo aquartelado em 26 de outubro de 1916. Esse estacionamento durou pouco porque, já em 16 de abril de 1917, o 1º Regimento ocupava seu quartel no Cristal, em Porto Alegre.

O quartel da Brigada Militar em Santa Maria era pequeno e, embora adequado ao abrigo do destacamento ali mantido, ou de uma força de reduzido efetivo, não se prestava para alojar todo um regimento ou um batalhão. Visando à construção de um novo quartel, o governo estadual, em 30 de dezembro de 1919, adquiriu chácara e terrenos vizinhos à antiga caserna.

Em 18 de abril de 1922, a sede do 1º Regimento de Cavalaria foi afinal transferida para Santa Maria, onde já se encontravam, desde o fim de 1921, dois dos seus esquadrões. No entanto, o 1º Esquadrão permaneceu destacado em Porto Alegre.

Os contornos da guerra civil de 1892-1895 esfumavam-se lentamente na bruma do passado. Entretanto, outra comoção, de menor porte mas não menos marcante, estava reservada para o Rio Grande do Sul no futuro não muito distante.

Estava por acontecer a Revolução de 1923.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. Os Dragões do Rio Pardo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora/Companhia Editora Americana, 1954.

ARARIPE, Tristão de Alencar. Expedições Militares contra Canudos - Seu Aspecto Marcial. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

ASSIS BRASIL, Ptolomeu. Batalha de Caiboaté (Episódio Culminante da Guerra das Missões). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. São Paulo: Edição Saraiva, 1963.

BELÉM, João. História do Município de Santa Maria (1797-1933). Porto Alegre: Livraria Selbach, 1933.

BELTRÃO, Romeu. Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho 1787-1930. 3. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2013.

BENTO, Cláudio Moreira; GEORGIS, Luiz Ernani Caminha. História da 3ª Região Militar 1889-1953. Porto Alegre: Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul, 1994.

BIASOLI, Vitor. O Catolicismo Ultramontano e a Conquista de Santa Maria (1870-1920). Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

CABEDA, Corálio Bragança Pardo; AXT, Gunter; SEELIG, Ricardo Vaz (Orgs.) Diários da Revolução de 1893. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2004.

CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. Os Crimes da Ditadura: A História Contada pelo Dragão. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2002.

CARDOSO, Edmundo. História da Comarca de Santa Maria (1878-1978). Santa Maria: Imprensa Universitária-UFSM, 1979.

CARVALHO, Carlos Delgado de. História Diplomática do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1998.

CÉSAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul: Período Colonial. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

CIDADE, Francisco de Paula. Lutas, ao Sul do Brasil, com os Espanhóis e seus Descendentes (1680-1828): Notas de História Militar Brasileira: Reexame de Questões Políticas e Militares. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.

COSTA, Dídio Iratim Afonso da. Saldanha Capitão-de-mar-e-guerra. Almirante L. Ph. de Saldanha da Gama. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1944.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões (Campanha de Canudos). 18. ed. corrig. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1945.

DALL'ALBA, João Leonir. Laguna antes de 1880: Documentário. Florianópolis: Editora Lunardelli/Editora da UDESC, 1979.

DAUDT FILHO, João. Memórias. 4. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

DOMINGUES, Mário. O Marquês de Pombal: O Homem e sua Época. 2.ed. Lisboa: Livraria Romano Torres, 1963.

DOURADO, Ângelo. Voluntários do Martírio: Narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1977. (Fac-símile de **“Os Voluntarios do Martyrio, Factose Epizodios da Guerra Civil. Pelotas: Americana, 1896”**).

DURANT, Will. História da Civilização. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957–1967. (23 v.)

ESCOBAR, Wenceslau. Apontamentos para a História da Revolução Rio-grandense de 1893. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do Rio Grande do Sul 1503-1960. 2. ed. Rio de Janeiro/Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1960.

FLORES, Moacyr; HÜBNER, Hilda Agnes. Rio Grande do Sul Aspectos da Revolução de 1893. 3. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1999.

FONSECA, Manuel. Gumersindo Saravia: El General de la Libertad. Montevideu: Editorial Florensa & Lafon, 1957.

FRAGOSO, Augusto Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951.

FRANCO, Sérgio da Costa. A Guerra Civil de 1893. 2. ed. ampl. Porto Alegre: Renascença/EDIGAL, 2012.

FRANCO, Sérgio da Costa. Dicionário Político do Rio Grande do Sul 1821-1937. Porto Alegre: Suliani/Letra&Vida, 2010.

GARCIA, Fernando Cacciatore de. Fronteira Iluminada: História do Povoamento Conquista e Limites do Rio Grande do Sul a Partir do Tratado de Tordesilhas 1420-1920. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

GOLIN, Tao. A Fronteira 1763 – 1778: História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional. Passo Fundo: Méritos, 2015.

GOLIN, Tao. A Fronteira: Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. Porto Alegre: L&PM Editores, 2002.

GOLIN, Tao. A Guerra Guaranítica: Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750–1761). 3. ed. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2004.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. Sobre as Ruínas da Velha Matriz, Religião e Política em Tempos de Ferrovia, Santa Maria-Rio Grande do Sul 1880/1900. Santa Maria: Editora UFSM, 2007.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. A Saga no Prata. Porto Alegre: EST Edições/Letra&Vida/ Editora Suliani, 2009.

MAGALHÃES, J.B. A Consolidação da República (Ensaio para a Filosofia da História do Brasil). Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1946.

MARIANTE, Hélio Moro. Crônica da Brigada Militar Gaúcha. Porto Alegre: Imprensa Oficial Editora, 1972.

MEIRA, Antônio Gonçalves; CABEDA, Corálio Bragança Pardo. Nossas Guerras: Considerações Históricas dos seus Recursos. Porto Alegre: EDIGAL, 2009.

MONTEIRO, Jônatas da Costa Rego. A Colônia do Sacramento 1680 – 1777. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937. (2 v.)

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. Anais da Província de São Pedro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

PEREIRA, Miguel José. Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Brigada Militar, Porto Alegre, 1950.

PISTOIA, Cristiana Debus. O Coronel, o Jornalista e o Delegado: Cultura Política e Violência em Santa Maria. Santa Maria: [s.n.], 2011.

PORTO ALEGRE, Achylles. Vultos e Factos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1919.

PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. 2.ed. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.

A REACÇÃO, Orgam das Idéas Liberaes, Santa Maria, de 1915 a 1917.

RIBEIRO, Aldo Ladeira. Esboço Histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Brigada Militar, 1953.

RIO BRANCO, Barão do. Efemérides Brasileiras. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, 1946.

SÁ, Simão Pereira de. História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata. Porto Alegre: Arcano17 Editorial Multimídia, 1993.

SALDANHA, José de. Diário Resumido e Histórico, ou Relação Geográfica das Marchas e Observações Astronômicas, com Algumas Notas sobre a História Natural, do País. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1938.

SILVA, Riograndino da Costa e. Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Globo, 1968.

SOARES, Álvaro Teixeira. O Marquês de Pombal. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

TIMM, Octacílio e GONZALEZ, Eugenio (Orgs.). O Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. O Crime do Padre Sório, Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928. Santa Maria: Editora UFSM, 2001.

VIANNA, Hélio. História Diplomática do Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

VILLALBA, Epaminondas. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDIGAL, 2017.

POSTFÁCIO

O autor escusa-se perante os leitores pelas eventuais falhas que constatarem nos estudos compilados.

Sejam quais forem suas virtudes e defeitos, esse volume muito deve à cooperação de várias pessoas, das quais algumas serão especialmente referidas.

O Doutor Miguel do Espírito Santo, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, colocou essa prestigiosa entidade e sua própria pessoa à inteira disposição do autor, possibilitando-lhe não só farto material de pesquisa como também a valiosa colaboração dos funcionários Thaís Nunes Feijó, Secretária Executiva, Márcia Piva Radke, Bibliotecária, Vanessa Gomes de Campos, Arquivista, Priscila Pereira Pinto, Técnica Informática e Editora da Revista do IHGRGS, e Thiago Ripoll, Técnico Administrativo.

O Engenheiro Civil Paulo Estivalet Flores Pinto forneceu ao autor sugestões, relatos e material de pesquisa.

O Doutor Fausto José Leitão Domingues disponibilizou, ao autor, oportunos comentários e preciosas fontes de pesquisa bibliográfica.

A esses amigos e a quem mais tenha contribuído, de alguma forma, para o bom êxito do trabalho, os calorosos agradecimentos do autor.